



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Richele de Souza Mendes

A REABILITAÇÃO PARTICIPADA DO ESPAÇO
PÚBLICO COMO CONTRIBUTO PARA A
REVITALIZAÇÃO DAS ALDEIAS DE CALCÁRIO

Projeto no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada,
orientado pela Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro
e pelo Professor Doutor Adelino Manuel dos Santos Gonçalves
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Março de 2023

Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra

A REABILITAÇÃO PARTICIPADA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO CONTRIBUTO PARA A REVITALIZAÇÃO DAS ALDEIAS DE CALCÁRIO

Richele de Souza Mendes

Projeto no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada orientado pela
Professora Doutora Margarida Isabel Barreto Relvão Calmeiro e pelo Professor Doutor
Adelino Manuel dos Santos Gonçalves e apresentada ao Departamento de Arquitetura da
Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Março de 2023



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

“Pertencer não vem apenas de ser fraca e precisar unir-se a algo ou a alguém mais forte. Muitas vezes a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa.”

Clarice Lispector

Nota à edição:

Esta dissertação segue o novo Acordo Ortográfico e está redigida em Português Brasileiro.
Utiliza a Norma American Psychological Association – APA Style para referência bibliográfica.

Agradecimentos

Agradeço e dedico este trabalho primeiramente a Deus, sempre Ele, que com sua infinita sabedoria e junto com sua Mãe Maria Santíssima me guiaram até aqui.

Agradeço aos meus pais, Rejaldiran e Roselene, ao meu irmão Renan, ao Vítor, à Julia, as minhas avós e demais familiares que sempre incentivaram meus estudos e oraram comigo para a concretização dos meus sonhos e objetivos. Agradeço também à Thais por todo o apoio e troca de conhecimento durante toda essa trajetória.

Por fim, agradeço professores do curso de Reabilitação Urbana Integrada, em especial aos meus orientadores Margarida Relvão e Adelino Gonçalves, que disponibilizaram seu tempo para me orientar em cada etapa deste projeto.

Resumo

A reabilitação urbana promove a transformação, integração e desenvolvimento dos lugares, desde grandes cidades a pequenos núcleos urbanos, criando uma diversidade de soluções para a melhoria da qualidade de vida das populações. Nestes processos, os espaços de uso comum desempenham um importante papel no reforço das relações sociais, intra e intercomunitárias. Porém, a intervenção no espaço público em meio rural tem de considerar as diferenças entre o significado e a importância desses espaços em núcleos urbanos no espaço rural e nas cidades. Os espaços de uso comum em áreas rurais, diferem dos espaços das cidades pelo tipo de utilização por parte da população. Assim, é necessário clarificar a importância dos espaços públicos e o impacto que a sua requalificação pode ter para a revitalização das aldeias.

A Rede de Aldeias do Calcário é um conjunto de aldeias da região de Sicó que apresenta baixa densidade populacional e com crescente abandono, resultando em sítios desabitados. As aldeias perderam atratividade e as comunidades perderam o interesse em habitar seus espaços partilhados. Neste contexto, defende-se que um processo de reabilitação dos espaços públicos envolvendo a população, desperta nas comunidades o interesse pela utilização dos espaços comuns, contribuindo assim para a valorização das aldeias.

Este trabalho tem como objeto a Rede de Aldeias do Calcário e discute metodologias de reabilitação que concorram para a transformação dos espaços de uso comum, visando o desenvolvimento dos núcleos rurais e o reforço do sentimento de pertença dos moradores, com a participação da população local. Com esse objetivo, propõe recomendações destinadas à reabilitação participada dos espaços públicos em aldeias, proporcionando ambientes de interação, com o propósito de reavivar a autoestima das comunidades e estratégias para reforçar a revitalização das aldeias do calcário.

Questão:

De que forma a requalificação de espaços públicos contribui para a revitalização de núcleos rurais?

Palavras-chave: Participação; Reabilitação urbana integrada; região rural; espaço público; revitalização; Aldeias do Calcário; Territórios de baixa densidade.

Abstract

Urban rehabilitation promotes transformation, integration and development, from large cities to small urban centers, offering a variety of solutions to improve the quality of life of the population. In these processes, common-use spaces play an important role in reinforcing social, intra- and inter-community relations. However, intervention in public space in rural areas has to consider the differences between the meaning and importance of these spaces in urban centers in rural areas and in cities. Common use spaces in rural areas differ from urban spaces due to their low use by the population. Thus, it is necessary to clarify the importance of public spaces and the impact that their requalification can have on the revitalization of villages.

The Network of Villages of Calcário is a group of villages in the region of Sicó that have a low population density, with increasing abandonment, resulting in uninhabited sites. Villages lost attractiveness and communities lost interest in inhabiting their shared spaces. In this context, it is argued that a process of rehabilitation of public spaces involving the population, contributes to the appreciation of villages and awakens interest in the communities in the use of common spaces.

This paper, which has as its object the Network of Villages of Calcário, will discuss rehabilitation methodologies that contribute to the transformation of spaces of common use, aiming at the development of rural nuclei and the reinforcement of the sense of belonging in the residents, with the participation of the population local. It is intended to develop recommendations for the participative rehabilitation of public spaces in villages, providing environments for interaction, with the purpose of rekindling the self-esteem of communities and strategies to strengthen the revitalization of limestone villages.

Question:

How does the requalification of public spaces contribute to the revitalization of rural areas?

Keywords: Participation; Integrated urban rehabilitation; rural region; public place; revitalization; Villages of Calcário; low density territories.

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ARU – Área de Reabilitação Urbana
CRCDC – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo
DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
ADSICÓ – Associação de Municípios da Serra de Sicó
DOP – Denominação de Origem Protegida
DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
FCT – pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
FU – Fronteiras Urbanas
GAL – Grupo de Ação Local
IMI – O Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
ORU – Operações de reabilitação Urbana
OP – Orçamentos Participativos
PAX – Programa das Aldeias de Xisto
PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana
PPS – Project for Public Spaces
RAC – Rede de Aldeias de Calcário
RJRJ – Regime Jurídico de Reabilitação Urbana
SIC – Sítio de Importância Comunitária
SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana
UOPG – Unidade Operativa de Gestão e Planeamento

Índice

Agradecimentos	5
Resumo.....	7
Abstract	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	11
Índice.....	13
Introdução	15
Parte I O espaço público nos territórios rurais e o envolvimento da população	21
1.1 Cidadania e desenvolvimento social em territórios rurais.....	23
1.2 O que é o espaço público no espaço rural?	29
1.3 Reabilitação do espaço público e instrumentos de valorização do território	39
1.4 Práticas participadas em reabilitação de aldeias	47
Parte II A região de Sicó: rede de Aldeias do calcário	61
2.1 Estratégias de reabilitação para a Rede de Aldeias do Calcário	63
2.1.1 Áreas de Reabilitação Urbana das aldeias do Casmilo e Poios	69
2.2 Diagnóstico e caracterização do território	81
2.2.1 A comunidade local e os espaços partilhados	81
2.2.2 Diagnóstico/Caracterização das áreas públicas das aldeias de Casmilo e Poios ..	89
2.2.3 Análises PEST e SWOT	113
2.2.4 Estratégias de atuação para as aldeias de Casmilo e Poios	121
Parte III Recomendações de boas práticas participativas para a reabilitação do espaço público	131
Considerações finais.....	145
Referências bibliográficas.....	151

Introdução

O espaço público é um elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade. Seja numa cidade, numa vila ou numa aldeia, ter um ambiente destinado ao convívio e à socialização dos habitantes estimula o crescimento de uma comunidade. Logo, ter um espaço público adequado e que proporcione bem-estar é essencial para que esta coabitação aconteça de forma apropriada.

Quando se discute o espaço público, aborda-se um contexto mais extenso e questões que abrangem a forma como os cidadãos expressam as suas vivências no cotidiano. Os espaços públicos em núcleos rurais resultaram de formas diferentes de organização social, com características de sítios com baixa densidade demográfica. A partir disso, os problemas encontrados nos espaços públicos de algumas aldeias estão diretamente associados com a vitalidade do território. Os equipamentos e o mobiliário do espaço público, não oferecem características que levem os moradores a ganhar interesse em usufruir dos espaços públicos com maior frequência. Além disso, a degradação destes sítios é favorável ao desinteresse da população em utilizá-los. É importante referir que esta visão engloba todos os espaços de uso comum das aldeias que também podem ser privados e semiprivados, pois podem ser espaços dedicados ao usufruto da comunidade em geral. Sendo assim, objetivando uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, é importante melhorar as condições das ruas, tanto quanto seus espaços adjacentes, como os que são constituídos por edifícios ou outras construções usadas para a reunião dos moradores.

A requalificação dos espaços públicos implica um estudo aprofundado sobre as áreas de intervenção, pois cada espaço possui características específicas que deverão ser considerados no processo de requalificação. O processo de requalificação do espaço público passa por compreender para quem se projeta, identificando o público-alvo, mediante um levantamento que identifique e defina as necessidades do projeto em questão, percebendo os principais quesitos da reabilitação: *o quê? Por quê? e para quem?* Ademais, cabe ao arquiteto identificar em cada intervenção quem utilizará o espaço, como, quando e qual a intenção do uso. Para isso, a participação cidadã ativa nos processos de reabilitação urbana é uma importante ferramenta que contribui para a inclusão da comunidade nas decisões das propostas voltadas à intervenção nos espaços públicos.

O objetivo geral pretendido com o presente trabalho é a elaboração de recomendações para a reabilitação participada do espaço público, de forma que estimule a prática da vida coletiva e o sentimento de pertença na comunidade das aldeias de Sicó. Considerando o objetivo geral deste trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Apresentar ideias para a reabilitação dos espaços públicos das aldeias do Casmilo (Condeixa-a-Nova) e Poios (Pombal) cruzando as propostas dos instrumentos existentes com as propostas elaboradas; propor metodologias que ajudem a reforçar a relação intracomunitária nas aldeias do Calcário para estimular o sentimento de pertença na comunidade.

A presente investigação pretende abordar a temática da reabilitação do espaço público com a participação cidadã, bem como alguns dos conceitos diretamente associados à reabilitação urbana e à sua aplicação no contexto da intervenção em espaços públicos de aldeias. Posto isto, a primeira parte deste trabalho compreende quatro capítulos, o primeiro aborda o conceito de cidadania e o desenvolvimento social em territórios rurais, e a importância das relações comportamentais dos habitantes na formação do território e no desenvolvimento da comunidade. A partir disto, no segundo capítulo, torna-se significativo considerar o espaço público no território rural, tal como uma contextualização a nível da sua origem, tanto na sua vertente física quanto na vertente social. Na vertente física, considera-se que integram a tipologia dos espaços públicos as ruas, os largos, os adros e demais espaços destinados ao usufruto comum dos moradores. Na vertente social, considera-se o modo de vida dos cidadãos, nas relações sociais e a forma de utilização dos espaços públicos. São expostos no terceiro capítulo, conceitos da reabilitação urbana a fim de compreender a finalidade da participação cidadã como metodologia que favorece os processos de reabilitação do espaço. A relação entre participação cidadã e a reabilitação dos espaços públicos é ainda abordada no quarto e último capítulo da primeira parte, durante a explanação de casos participativos que aconteceram em Portugal, e que foram desenvolvidos com o envolvimento da comunidade, sendo dois casos de reabilitação de aldeias históricas, e dois casos de reabilitação em zonas urbanas: o caso da Avenida Lourenço Peixinho em Aveiro, e da Cozinha Comunitária da Terras da Costa.

A segunda parte deste trabalho, tem como propósito analisar a situação da Região de Sicó, no centro de Portugal, mais precisamente as aldeias do Casmilo e de Poios, por apresentarem um forte senso de comunidade, no entanto, os espaços de convívio existentes nestas aldeias não são qualificados para atrair os habitantes. Ao traçar o diagnóstico e caracterização do território de Sicó, num segundo momento, tornou-se possível perceber as dificuldades e as potencialidades das aldeias em estudo, compreendendo as dinâmicas das aldeias e expondo uma análise do espaço público. Esta análise permitiu a seguir, a elaboração de propostas concretas desenvolvidas, de acordo com as necessidades apontadas pelos moradores, para os espaços públicos das aldeias do Casmilo e Poios.

Na terceira parte, utilizando-se a participação cidadã como ferramenta que possibilita a interação da comunidade, provocando nos habitantes o sentimento de pertença pelo território, esta dissertação propõe recomendações participadas, destinadas à melhoria do espaço público das aldeias. As recomendações desenvolvidas têm por objetivo impulsionar a dimensão pública da vida em comunidade e orientar a requalificação do espaço, com infraestruturas de qualidade e que proporcionam bem-estar e estimulem a utilização do espaço pela comunidade.

Com o intuito cumprir os objetivos referidos, a metodologia adotada incluiu pesquisa bibliográfica, através da consulta em livros, artigos, e monografias, com o propósito de elaborar a discussão científica deste trabalho. Foram então selecionados autores que abordavam o espaço público em ambientes rurais e as práticas sociais nestes territórios. Além disso, a pesquisa permitiu clarificar a definição da reabilitação urbana e compreender os instrumentos aplicados na requalificação do espaço público. A análise de exemplos de intervenções de reabilitação possibilitou, o conhecimento/estudo de boas práticas de reabilitação que tiveram, em algum momento das suas intervenções, a participação da população.

Em seguida, através da consulta em monografias e fontes oficiais, como instrumentos de gestão territorial vigentes tanto de caracterização, como de gestão do território, as aldeias em estudo foram caracterizadas e descritas numa visão urbanística, tal qual, os seus instrumentos de reabilitação existentes, a sua população e os seus espaços físicos. A análise dos documentos existentes possibilitou compreender as principais propostas que correspondem à qualidade do espaço público e ao desenvolvimento da comunidade local. Para analisar as relações sociais entre a população das aldeias do Casmilo e Poios, e entender as dinâmicas de convívio dos seus moradores, foram coletadas informações *in loco* através de inquéritos realizados com a população local.

Após interpretar as relações sociais, as dinâmicas de convívio e a viabilidade de uso dos espaços de uso comum das duas aldeias mediante a realização das análises PEST e SWOT, foi possível averiguar fatores relacionados com a ativação do potencial do espaço público e elaborar propostas de intervenção para estes espaços existentes nas aldeias do Casmilo e de Poios. A partir disto, somado aos conhecimentos extraídos do enquadramento teórico, tornou-se possível a elaboração de recomendações de boas práticas para a reabilitação participada do espaço público, como contributo para a revitalização das aldeias do Casmilo e de Poios. Espera-se que este trabalho possa incitar as comunidades a colaborar com as propostas de intervenções destinadas ao espaço comum, e que o sentimento de pertença pelo local contribua para reativar a vitalidade das aldeias.

Parte I O espaço público nos territórios rurais e o envolvimento da população

Os espaços públicos apresentam um papel determinante na vida em comunidade, pois são locais onde ocorrem os encontros, convívios e interação entre os indivíduos de uma comunidade. Estes ambientes são essenciais para o desenvolvimento e planeamento sustentável das cidades, atuando em prol da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Assim sendo, a garantia de existência e qualidade destes estão relacionadas com uma série de condutas que são partilhadas entre a população.

A reabilitação urbana apresenta aspetos relacionados tanto com a vertente do espaço físico das cidades e, de um modo geral, do território urbanizado, quanto com o seu espaço social e económico. Em relação à vertente social, a reabilitação urbana busca atender à diversidade cultural e coesão social. Já em relação ao espaço físico das cidades e de todo o tipo de assentamentos urbanos, pretende-se: a conservação integrada do património edificado, dos espaços públicos e infraestruturas que se encontram em estado de degradação; a coesão territorial e a garantia de habitação. Todas estas vertentes visam melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2015, p. 29).

A requalificação do espaço físico entendida como o motor da reabilitação urbana de um lugar, tem sido a prática mais utilizada na maioria das cidades e aldeias nacionais. O processo de transformação do espaço objetiva melhorar as suas condições de uso, conservando as suas particularidades. Tendo em vista que o espaço público possui um impacto direto na vida social das pessoas, ter um espaço de qualidade torna-se essencial para gerar o sentido de comunidade e despertar o sentimento de pertença ao território habitado. Por outro lado, o envolvimento da população utilizado como metodologia nos processos de reabilitação urbana, se revela uma importante ferramenta no aprimoramento de políticas públicas voltadas à transformação, integração e desenvolvimento do património urbano.

1.1 Cidadania e desenvolvimento social em territórios rurais

Este subcapítulo pretende esclarecer a respeito do desenvolvimento social na esfera rural, para isto, será abordado o conceito do termo cidadania e a importância da sua prática pela comunidade. A partir da percepção de que parte do bem-estar das populações depende da relação entre os habitantes e o território, reconhece-se a importância do espaço público para o bem estar da sociedade. São também analisadas as diferenças entre o ambiente rural e o ambiente urbano, sendo importante compreender que em cada um destes ambientes o espaço público possui características e funções distintas, mas que também a essência destes lugares em ambas as esferas, é de extrema importância para a estruturação do território e de sua comunidade.

O conceito de cidadania está associado à prática de direitos e deveres exercidos por um cidadão. Isto implica um conjunto de princípios de ação cidadã que normalmente pertencem a uma comunidade social e politicamente estruturada. Posto isto, considera-se que uma cidadania adequada corresponde à correlação entre direitos e deveres, que contribuem para a existência de uma sociedade mais justa. A identidade social está vinculada diretamente ao pertencimento a uma comunidade e equivale a um conjunto de características culturais, linguísticas, religiosas, musicais, culinárias, entre outras, que representam um povo. Estas características e as suas variações impulsionam a interação entre os membros de uma comunidade. Para Costa & Ianni (2018), a identidade social e política depende de alguns fatores para existir, nomeadamente a participação política/coletiva; e a consciência de ser portador de direitos e deveres.

De acordo com o Heidegger (1954 as cited in Lorentz, 2016, p. 100), o reconhecimento do ser humano como 'ser pertencente' ao mundo é dada pelo ato de habitar. Para ele, quando o ser humano habita, é capaz de se familiarizar e se identificar com o ambiente ao redor, criando-se um vínculo identitário entre o habitante e o espaço. Isto é, ao escolher um local para habitar, o homem deve identificar algo ali de si próprio, projetando naquele espaço a sua identidade. Em concordância com Heidegger (1954), Lorentz (2016), defende que assim como o morador de uma casa deve reconhecer algo de si próprio em sua residência, qualquer indivíduo também deve ser capaz de se reconhecer num espaço de uso coletivo e, para que isso aconteça, é fundamental a sua participação nas decisões da coletividade.



Figura 1. “Construir, habitar, pensar”. Habitar segundo Heidegger.
Fuente: Sulbarán (2017).

As cidades disponibilizam na sua composição espaços variados que possibilitam aos indivíduos a realização das suas atividades e também o convívio social com os outros. Estas experiências correspondem à prática da cidadania e ajudam a moldar o território habitado conforme as necessidades dos habitantes. Por isso, torna-se essencial incluir o cidadão na discussão do espaço urbano, buscando promover uma educação para o território e capacitar as populações sobre o espaço que habitam e utilizam, mas também para estimular o princípio da democracia e da responsabilidade social (Lorentz, 2016, p. 101).

Os espaços de uso coletivo ajudam a tornar visíveis os valores e a cultura de uma sociedade. Logo, ser membro de uma comunidade significa poder ter uma participação ativa nos espaços públicos. Os princípios da cidadania harmonizam-se com a responsabilidade coletiva, e, para que estes ocorram, o indivíduo deve ser capaz de identificar algo de si na comunidade em que está inserido. De outra forma, suas necessidades e intenções para a melhoria do local de habitação e para o seu próprio bem-estar tornam-se ignoradas (Lorentz, 2016, p. 101).

Para Lorentz (2016), a capacidade que o espaço público tem de estabelecer um vínculo de identidade com o indivíduo torna-se a base da relação mútua que sustenta a construção da cidadania em um determinado corpo social. A praça pública é o instrumento dotado de importância e valores simbólicos (Lorentz, 2016, p. 100). Ela é o espaço de mediação entre um indivíduo e outro, é o lugar de prática de cidadania, tendo por isso maior importância e um valor emblemático em todas as culturas. Além de existir como um espaço com dimensão necessária para comportar a comunidade em eventos e festas, a praça é o reflexo da comunidade, o espaço onde a comunidade se identifica como unidade. Não é por acaso que a cultura ocidental construiu praças com um conjunto de equipamentos públicos de grande relevância, como palácios de importância política, teatros, igrejas, câmaras municipais e monumentos. Estes símbolos constituem a ligação entre o indivíduo e os valores identitários de um território (Lorentz, 2016, p. 100).

O desenvolvimento da sociedade nas grandes cidades e no meio urbano em espaço rural difere em alguns aspectos devido à sua dimensão e concentração de atividades, e a práticas e modos de vida distintos. De acordo com Ferrão (2000), historicamente, o mundo rural organiza-se em torno de alguns aspectos principais, são estes: uma função essencial, como a produção de alimentos; uma atividade econômica influente, a agricultura; um grupo social de referência, referindo-se a família camponesa, aos modos de vida, valores e comportamentos característicos; e um tipo de paisagem, que demonstra o equilíbrio entre a natureza e as atividades humanas desenvolvidas. No entanto, ao longo do tempo, as correlações entre o rural e o urbano acabaram por diversificarem-se, e a cidade integrada no rural foi perdendo a sua importância frente a manifestação das aglomerações urbano-industriais que polarizavam as áreas envolventes (Ferrão, 2000, p. 46).



Figura 2. Espaço Público, lugar de coexistência social e civilidade.
Fonte: Raízes (2017)



Figura 3. Evento no espaço público da aldeia de Cheleiros.
Fonte: Câmara Municipal de Mafra (2022)

Segundo Ferrão (2000):

Neste novo contexto, a relação rural-urbano bifurca-se, dando origem a uma partição das áreas rurais em função da sua proximidade (física, mas também funcional e socioeconómica) aos principais centros urbanos. A diferenciação entre áreas rurais “centrais”, “periféricas” e “marginais” ou ainda a designação de “áreas rurais profundas” evidencia, com clareza, esta nova situação.

Atualmente, os territórios de baixa densidade reúnem um conjunto de problemas que normalmente correspondem: ao envelhecimento populacional, à escassez de atividades económicas, baixa qualificação dos recursos humanos, exiguidade do mercado de trabalho, falta de dinamismo institucional e dos serviços de apoio às atividades, entre outros. Além disso, surge uma nova perceção social, na qual o mundo rural não é mais visto como necessariamente um espaço agrícola. Isto faz com que o rural e o urbano alterem a sua forma de relacionarem-se, e a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural passa a ser associada a partir da ideia de património (Ferrão, 2000, p. 48).

A falta de interação entre os cidadãos que vivem em áreas rurais, em alguns casos, e dependendo da morfologia da aldeia em questão, pode ser associada à distribuição espacial das atividades de serviços e comércio, das áreas de lazer e das próprias residências que não contribuem para que haja um convívio entre os moradores das aldeias. A dimensão espacial dos territórios tem influência direta na sua densidade, portanto, o afastamento espacial existente nas aldeias origina um isolamento entre os próprios moradores.

De certa forma, as aldeias são consideradas heranças culturais que envolvem uma grande parte do passado. São lugares que preservam em si um conjunto de costumes e tradições que devem permanecer ativas, para que esta herança também se mantenha viva no futuro. Em vista disso, a população das comunidades rurais devem ser o elemento principal que se deve optar por valorizar, visto que as suas características de linguagem, crenças, opiniões e padrões de comportamentos mais tradicionais, são o que definem a cultura destes ambientes. Tendo isto em conta, é importante ter um maior interesse em cuidar dos espaços públicos que promovem a interação e a relação da comunidade. Além disso, é necessário promover estímulos entre os habitantes locais, sendo parte da responsabilidade dos agentes autárquicos fomentar a participação cívica e dedicar-se, em conjunto com a população, para que as tradições locais sejam transmitidas às demais gerações.

GUIA DO PATRIMÓNIO RURAL

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS DE BASE



Figura 4. Associação do Rural com o conceito de património.

Fonte: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR (2022). <https://www.dgadr.gov.pt/>.

1.2 O que é o espaço público no espaço rural?

Este subcapítulo tem o objetivo de apresentar e caracterizar os diversos tipos de espaços públicos existentes no ambiente rural, a fim de salientar a relevância de cada um destes para a formação estrutural de aldeias. Para isto, é importante ressaltar as funções que são atribuídas a estes espaços pela população, frisando a maneira como a comunidade faz uso dos equipamentos comunitários existentes, de forma a ocasionar uma proximidade uns com os outros e estreitar os laços socio afetivos entre os habitantes das aldeias.

No decorrer da história, o espaço público se estabeleceu como um importante elemento para o desenvolvimento da sociedade, possibilitando a comunicação entre desconhecidos devido seu caráter público, aberto e acessível a todos. Como visto no subcapítulo anterior, considerar o espaço público como um local de socialização para debater e analisar assuntos que dizem respeito às comunidades é de suma importância para a melhoria do convívio da sociedade (Lorentz, 2016, p. 101). Diante disso, espaços conhecidos por largos e praças, foram ao longo do tempo palco de aglomeração de pessoas para realizar encontros, festas, trocas culturais, celebrações religiosas, feiras, torneios, entre outras atividades que eram realizadas nestes espaços das cidades.

Nas grandes cidades, o espaço público tem sido alterado de acordo com as necessidades do cidadão ao longo do tempo e moldando-se conforme a própria evolução da humanidade. A adaptação das ruas aos automóveis, modificou grande parte da estrutura viária das cidades, sendo que a partir do início do século XX, todo o processo de intervenção urbana foi realizado priorizando uma melhor circulação rodoviária (Marques, 2018, p. 15). Nas áreas rurais, é comum que os espaços públicos e as ruas mantenham características originais, ou próximo disso, devido ao lento progresso de modernização e à baixa demanda das vias para automóveis, uma vez que os desenvolvimentos nestes sítios são mais vagarosos. Além disso, a maioria das aldeias possui poucos habitantes e, normalmente, estes trabalham numa economia de cariz rural, ou seja, executam atividades agrícolas, pecuárias, entre outras. Considerando que as práticas rurais possuem uma mecânica mais próxima da natureza, os costumes no espaço rural revelam a intensa relação que se estabelece entre o trabalho e a terra.

O espaço público em áreas rurais, por vezes, pode ser como locais de pontos de encontro, abertos e acessíveis a todos, onde são realizados diferentes tipos de atividades, sejam estas organizadas ou espontâneas. Importa ressaltar que o espaço público em pequenas localidades se tornou fundamental para o comportamento da comunidade existente, para a vida social e económica do local (Moravcová *et. al.* 2020).



Figura 5. *Ruas da aldeia Casal de São Simão.*
Fonte: Vagamundos. <https://www.vagamundos.pt/>.

As relações sociais nas aldeias abrangem as relações entre familiares e vizinhos, a forma como se reúnem e o seu espírito de comunidade e entreajuda. Trata-se também de como se relacionam com o meio envolvente e com os elementos que condicionam um espaço coletivo na vida rural. Consideram-se elementos importantes nestes espaços, equipamentos e atividades que permitem às pessoas partilharem uma experiência num ambiente coletivo, são estes: os fornos e tanques comunitários, as fontes, as eiras, os poços, currais destinados a guarda coletiva de rebanhos, entre outros equipamentos que possam vir a serem partilhados pelos habitantes. De modo geral, a cultura comunitária está ligada à vida coletiva, e às atividades praticadas em comunidade, assim como as festas, as feiras e manifestações que expressam deliberadamente os costumes de um povo.

O lento desenvolvimento das aldeias em relação às grandes cidades ajuda a conservar mais facilmente a sua estrutura original, permitindo a análise de adaptação ao longo do tempo do uso dos espaços públicos à novas funções cotidianas. Para Figueiredo (2004), a organização espacial que um povoado adquire, depende de diferentes fatores de ordem socioeconómica, histórica (como a presença de um castelo ou igreja), ou física (devido ao clima, ou relevo). Estes fatores geram um conjunto de especificidades locais que passam a interferir diretamente na maneira em que pessoas vivenciam os seus dias. Desta forma, além da importância a nível da circulação, da salubridade e das relações socioculturais, o espaço público das aldeias também representa todo um modo de vida.

De acordo com Figueiredo (2004, p. 42):

A aldeia é a unidade de povoamento concentrado por excelência, existindo nela “práticas sociais”, “sistemas económicos” e “ritmos de trabalho” muito particulares de cada lugar, permitindo a criação de uma identidade própria. É na aldeia, nas suas construções, nos seus espaços, pelo dimensionamento e técnicas usadas, que melhor se entende a estrita relação do homem com o meio.

É comum perceber que nestes pequenos núcleos as relações entre os moradores são de solidariedade uns com os outros. O sentimento de comunidade se faz presente na forma em que estes interagem entre si e é fomentado pela existência de equipamentos e práticas de utilização coletiva. Importa ressaltar que muitos destes equipamentos, por vezes, foram implementados e construídos nas aldeias pelos próprios moradores. Portanto, para além de serem instrumentos essenciais para a utilização dos habitantes, estes também são utensílios coletivos que desencadeiam o sentimento de pertença e partilha com a comunidade.



Figura 6. Forno comunitário em Viana do Castelo, 2021.
Fonte: Rádio Alto Minho (2021). <https://radioaltominho.pt/>.



Figura 7. Tanque comunitário em Galegos da Serra, 2022.
Fonte: A Voz de Trás-os-Montes (2022). <https://www.avozdetrasosmontes.pt/tanques-comunitarios-ainda-sao-espacos-de-convivio-nas-aldeias/>

Diferente das cidades, é habitual encontrar nas aldeias pessoas desfrutando do clima e da calma do ambiente em seus alpendres, quintais ou nas varandas de suas casas. Nota-se também que os moradores se encontram uns com os outros para interagirem, para jogarem cartas ou simplesmente para assistirem o tempo passar mediante à escassa movimentação nas aldeias. Como já explanado anteriormente, percebe-se que existe um sentimento de pertença para com o território, uma forte ligação entre o povo e o meio que os rodeia, o que se reflete no modo de viver e habitar do cidadão. Brandão (2008) e Fernandes (2012), consideram que o espaço público pode ser classificado em diversas tipologias, consoante a sua estrutura espacial e função, conforme demonstra o quadro 1.

Os espaços públicos, no geral, formaram-se de acordo com as circunstâncias da sua localização, dimensão, necessidade de uso e se estruturaram a partir das necessidades de um povoado. Torna-se então possível identificar nas aldeias diversos tipos de espaços exteriores que são indispensáveis para a sua organização espacial. São estes: a) Espaços públicos de circulação (arruamentos e caminhos); b) Espaços públicos de encontro (largos, terreiros); c) Espaços “semipúblicos” (pátios); d) Espaços privados (quintais). Ademais, existem aldeias que possuem um senso de comunidade maior e que justificam a existência de associações ou/ e de centros culturais, recreativos e de desportos, e que são frequentados pelos moradores, tornando-as como componente público do território, acessível a toda população. Tendo isto em consideração, estes espaços serão descritos a seguir, para ajudar-nos a interpretar melhor, a maneira que estes ambientes se encontram aproveitados nas aldeias.

As vias de circulação costumam depender do relevo existente e do tipo de atividade que é praticada nestas aldeias. Estes fatores estão diretamente relacionados com a funcionalidade do espaço. É comum que nas ruas destes núcleos não haja diferenciação nos pavimentos entre a zona pedonal e a zona viária pois só no final do século passado o automóvel se massificou e passou a ocupar as vias. A partir da substituição dos pavimentos viários, maiores velocidades passaram a ser permitidas e o indivíduo deixou de sentir-se à vontade para conversar junto à calçada (Figueiredo, 2004). A presença de uma via com pavimentação não asfáltica torna as vias de circulação com uma característica de uso muito mais destinada ao peão, transferindo á este uma vontade de permanecer por mais tempo no local.

Quadro 1. Tipologias de Espaço Público.

Fonte: Adaptado, Brandão (2008) as cited in Fernandes (2012).

Espaço	Função	Tipologia
Traçado	Encontro, Circulação	Largos, praças Ruas, avenidas.
Paisagem	Lazer, Natureza, Contemplação	Jardins, parques Miradouros, panoramas.
Deslocação	Transporte, Canal, Estacionamento	Estações, paragens, interfaces Vias-férreas, autoestradas Parking, silos.
Memória	Saudade, Arqueologia, Memoriais	Cemitérios Industrial, agrícola, serviços Espaços monumentais.
Comerciais	Semi-interiores, Semi-exteiores	Mercados, Centros comerciais, arcadas Mercado levante, quiosques, toldos.
Gerados	Por edifícios, equipamentos e sistemas	Adro, passagem, galeria, culturais, desportivos, religiosos, infantis Iluminação, mobiliário, comunicação, arte.



Figura 8. *Pavimentação das ruas da aldeia histórica portuguesa Idanha a velha, em cubo de granito, 2020.*

Fonte: Nós e o Mundo (2020). <https://noseomundo.com/>.

De acordo com Marques (2018, p. 14):

O ambiente da rua, enquanto espaço público, é “desenhado” de formas distintas, devido, essencialmente, às diferentes culturas onde se insere, ao local e à sua dimensão. São também estes fatores que culminam em diferentes características, especificamente a nível do resultado final e dos tipos de utilização na cidade, na aldeia ou na vila. No entanto, é também importante referir que um outro aspeto que influencia significativamente o resultado final está associado ao próprio projeto, nomeadamente ao arquiteto, ao urbanista, ao engenheiro e a todos os outros intervenientes que integram o referido projeto.

Os espaços abertos de encontro, como os largos dos Pelourinhos, são os espaços principais das aldeias. Os adros e os largos normalmente estão acompanhados de algum edifício religioso que surgiu como ponto de partida para a construção de um povoado (Figueiredo, 2004). Estes largos servem como lugares de convívio, pontos de encontro, locais de realização de feiras e mercados para a venda de produtos agrícolas.

Já os espaços de encontro privados, são os quintais das casas que por vezes também servem como pontos de convívio dos moradores das aldeias. Além disso, nas aldeias, é comum encontrar espaços comunitários em locais fechados, como a sede de associações locais que costumam abrir ocasionalmente para reuniões e convívio entre os moradores. Normalmente, os habitantes das aldeias que possuem este tipo de espaços de convívio, possuem um forte espírito de comunidade.

É possível notar a variedade de espaços de uso comum em núcleos rurais que tornam prováveis as trocas sociais entre os habitantes das aldeias. No entanto, o fraco estado de conservação destes espaços e o facto de estarem desprovidos de elementos que proporcionem conforto, acaba por influenciar diretamente na vitalidade destes núcleos. Torna-se, por vezes, a moradores ou visitantes, permanecer em um ambiente pouco preparado para comportar pessoas por um longo período, devido a ausência de condições e equipamentos como mobiliário de espaço público, iluminação, água, etc.

A maneira como os núcleos rurais se encontram organizados espacialmente depende de diversos fatores e atividades que são características específicas do território, assim como nas cidades. Estas condições conduziram as aldeias e os seus espaços públicos a serem estruturadas de uma forma aparentemente espontânea, a partir das dinâmicas funcionais que eram, e são desenvolvidas no local. Tal conclusão só reforça o entendimento de que a relevância dos espaços públicos nos territórios rurais é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, tanto para o cidadão de forma individual, quanto para a comunidade.



Figuras 9 e 10. *Espaços abertos de Encontro na aldeia de Poios, 2022.*
Fonte: Elaboração autoral (2022).



Figura 11. *Estrela Poiense, Associação cultural de Poios.*
Fonte: Elaboração autoral (2022)

O espaço de uso coletivo promove o contacto humano e possibilita o encontro entre as pessoas para que hajam trocas e interações sociais. A disponibilidade de equipamentos de uso comunitário, é uma ferramenta para aproximar e colaborar com as trocas de sociais que ocorrem entre os moradores de aldeias. Nesta perspetiva, promover o convívio e a oportunidade das pessoas se encontrarem, oferecendo acesso a diferentes atividades de interação e espaços adequados, torna-se oportuno para o desenvolvimento sociocultural nos núcleos rurais.

1.3 Reabilitação do espaço público e instrumentos de valorização do território

Entendendo a requalificação do espaço público como um veículo para o bem-estar e a valorização do território, este subcapítulo busca explorar alguns conceitos relativos à reabilitação do espaço público, a fim de frisar a importância em preservar o território habitado e suas dinâmicas particulares. Pretende-se descrever alguns problemas que ocorrem em sítios abandonados, e que tendem a limitar/reduzir o papel democrático dos espaços públicos. Perante os princípios que são expostos adiante, será enfatizada a participação cidadã como metodologia utilizada nos processos de reabilitação do espaço como agente que potencia o sentimento de pertença no habitante.

Atualmente, a maioria dos problemas das áreas antigas caracterizam-se pela deterioração nas condições de habitação, envelhecimento da população residente, edifícios abandonados, aculturação e perda de valores sociais, insegurança, decadência do tecido urbano, degradação do patrimônio arquitetónico e problemas de tráfego. Tendo em conta os desafios urbanos colocados por estes problemas, ocorre a adoção de uma reabilitação em grande escala nas áreas mais antigas, que atue de acordo com o princípio da conservação integrada a partir de obras de reabilitação, passando a considerar questões físicas, sociais e económicas. A conservação integrada do patrimônio corresponde, pois, a uma abordagem original e altamente eficaz, priorizando a dimensão social (Roth, 2004, p. 21).

Com base neste conceito, foram criados um conjunto de mecanismos a fim de combater a desertificação dos centros históricos, de forma a atrair a população ativa e fazer o seu repovoamento. Para promover a modernização dos espaços mais antigos e torná-los mais atrativos para a população, as intervenções pretendidas passaram a compatibilizar objetivos de carácter físico e económico. A estratégia do aproveitamento turístico das zonas antigas ajudou a dinamizar alguns destes espaços, otimizando as suas funções culturais e valorizando o património arquitetónico. Entretanto, esta ideia de intervenção também acabou por desvirtuar a identidade dos espaços e dos habitantes, ocasionando o afastamento da população local. (Baptista, 2013).

Hoje em dia, uma das maiores preocupações para solucionar os problemas das áreas antigas abandonadas, parte em recuperar o espaço dos indivíduos residentes, espaço atribuído originalmente a abrigar as dinâmicas da população local e a suprir as necessidades funcionais do território. Considerando que o espaço público se encontra consolidado, cabe aos profissionais técnicos reinventar e requalificar este espaço.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 307/2009, considerando também a sua atualização mais recente, Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU), a definição de Reabilitação Urbana corresponde a:

Forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.

Os conceitos denominados requalificação urbana, renovação urbana, regeneração urbana e revitalização urbana, estão relacionados com a transformação de edificações, infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva, os quais são intervencionados de acordo com a nova solução urbanística adotada, podendo haver obras de conservação, recuperação e readaptação do edificado. Estas intervenções viabilizam a qualidade de vida e o bem-estar da população, de forma a melhorar as condições de salubridade dos edifícios e manter o funcionamento da cidade. Sendo assim, é importante o aprofundamento no estudo voltado a caracterização do espaço a ser intervencionado, para que sejam ponderadas todas as condicionantes de acordo com o tipo de operação a ser realizada (Baptista, 2013).

A requalificação do espaço público trata-se de um meio para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, que viabiliza a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. A requalificação busca reintroduzir a qualidade e acessibilidade nos espaços da cidade, provocando uma mudança de valor na área de intervenção, ao nível económico, cultural, paisagístico e social. A partir disto, a necessidade de haver um envolvimento pela parte da população nas decisões ao nível da requalificação do espaço, tem sido cada vez mais necessário para a eficácia e sustentabilidade de uma intervenção (Carneira, 2017, p. 25 - 28).

Como já visto anteriormente, o espaço público possui um papel importante no desenvolvimento da sociedade (Lorentz, 2016, p. 101). No entanto, por vezes, estes espaços tornam-se pouco utilizados e conseqüentemente degradaram-se, caindo num ciclo de desvitalização. Portanto, a degradação dos espaços públicos tem causado preocupações a nível ambiental e também social, visto que se encontra diretamente relacionado com a marginalização, insegurança, fraca qualidade do parque habitacional, falta de serviços de apoio a crianças e jovens, entre outros fatores que elevam a preocupação por requalificar esses espaços.

Quadro 2. Tipologias e conceitos de intervenção do espaço.

Fonte: Extraído e adaptado de Walter Rossa, Terminologia dos "re"s: MIArq do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (2011-2012).

Conceito	Descrição
Requalificação Urbana	É o conjunto de ações que tem como objectivo a elevação dos níveis de uso, conforto, valor patrimonial e/ou estético de um edifício, conjunto edificado e/ou espaço(s).
Reabilitação Urbana	É uma forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios.
Recuperação Urbana	É um tipo de ação essencialmente próximo do restauro, não tanto da conservação. Tem, contudo, uma conotação mais relacionada com a funcionalidade que o restauro em si, que é claramente de âmbito físico, material.
Renovação Urbana	Entende-se uma forma de intervenção no tecido urbano existente em que os patrimónios urbanístico ou imobiliário são substituídos, no seu todo ou em parte muito substancial.
Reconversão Urbana	Corresponde essencialmente a uma ação de alteração funcional do(s) edifício(s) e/ou espaços, embora isso implique inevitavelmente alterações no edificado de diversa ordem. Por outras palavras, a reconversão ocorre sempre a par de ações de reabilitação, reestruturação, etc.
Refuncionalizar	Corresponde a todo o tipo de ação que conduz a uma alteração de usos do espaço e/ou do edificado.
Restauro	É uma ação que, tendo como primeiro escopo a conservação, visa devolver a um espaço e/ou edifício o seu esplendor e coerência referidos a um momento da sua história, nem sempre implicando o regresso à sua origem. Em tese impõe a não modernização de qualquer um dos seus aspectos construtivos, espaciais, estéticos, etc., mas a remoção de elementos espúrios, alterações improvisadas ou mal resolvidas.

Uma vez que o problema de degradação do espaço público depende de vários fatores de ordem económica, sociodemográfica e do próprio espaço, implica obras de intervenções e um conjunto de instrumentos que irão auxiliar na reabilitação urbana. No que se refere à abordagem do problema e dos métodos que serão desenvolvidos para a solução do mesmo, cabe salientar a necessidade da inclusão da população nos processos de decisão, a fim de recuperar a qualidade do espaço para os habitantes.

A importância atribuída à participação cidadã na reabilitação urbana como processo de requalificação e revitalização do espaço urbano, está relacionada com possibilidade de os habitantes interferirem nas decisões que irão impactar na sua qualidade de vida. A comunidade sente-se parte da intervenção e assegura-se da resposta às suas necessidades e anseios. Além disso, a participação atua ainda como meio de melhoria da autoestima e do sentimento de pertença para a comunidade local (Santos, 2018, p. 15).

Os conceitos inerentes acerca da temática da participação pública, estão associados a democracia e a cidadania. Esta perceção busca envolver o público e os seus representantes na tomada de decisão administrativa. A participação pública, entretanto, deverá ser encarada como uma componente primordial para a contribuição do desenvolvimento sustentável, tanto na abordagem multidisciplinar, quanto na análise social, económica e ambiental (Bass, Dalal-Clayton & Pretty, 1995).

As praças e os parques são essenciais para a composição do tecido urbano e apresentam um impacto positivo na vida dos habitantes, gerando lugares recreativos, espaços de socialização e estimulando conexões humanas entre a comunidade. Diante disto isso, a requalificação do espaço público requer um projeto efetivo de recuperação do espaço, que possa trazer de volta a população e a vitalidade do ambiente e do território. A requalificação do espaço público em conjunto com a participação da população, deve ser uma prioridade nas agendas de planejamento urbano, com o intuito de oferecer às pessoas espaços acessíveis e de qualidade.

A participação ativa dos cidadãos garante a efetivação dos planos que são propostos para a cidade, assegurando que a implementação dos projetos que foram viabilizados ocorra com êxito. A fiscalização a longo prazo é realizada pelos próprios habitantes e garante a continuidade das intervenções propostas. A relação entre cidadania e território diz respeito à esfera pública, logo, deve haver uma responsabilidade cívica pelo bem comum que promova sentido e propósito ao que é público. Desta forma, para se manter a essência democrática, a prática de cidadania por parte dos cidadãos deve ser ativa em discussões sobre o planeamento do espaço, sobretudo através de ações participadas (Santos, 2018, p. 43).

As políticas e diretrizes europeias e mundiais também referem a importância da participação cidadã. A revisão de 2005 da Constituição da República Portuguesa, reconhece diretamente a importância da participação na ação sobre o território, além de atestar o seu fundamento para o funcionamento um governo democrático como inclusivo e transparente para com a população.

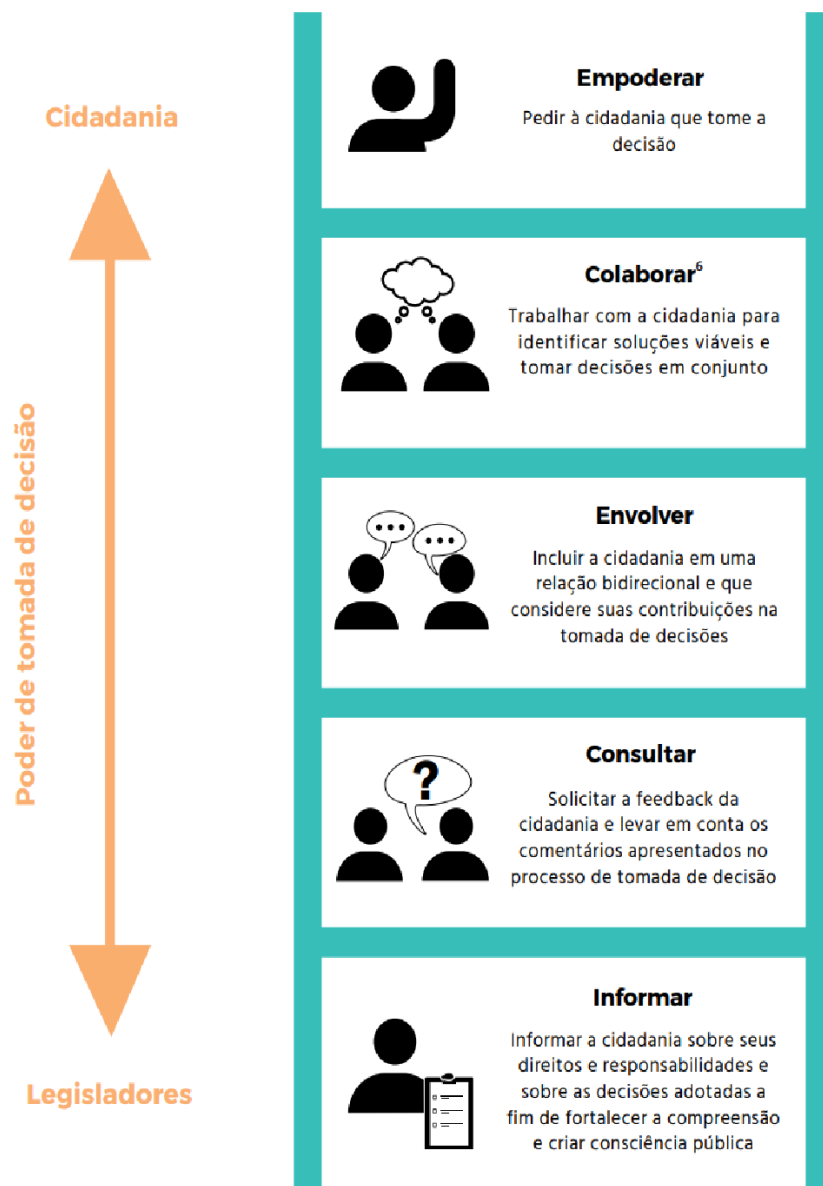


Figura 12. Esquema da participação cívica.

Fonte: Parltools (2018). <https://parltools.org/pt/conjunto-ferramentas-sobre-participacao-cidadao-processo-legislativo/introducao/>

A nível internacional, a Nova Agenda Urbana (United Nations, 2016), aponta repetidamente em seu dossiê as ideias de Participação, Pertença, Coesão, Regeneração e Reabilitação, que são mencionadas afim de realçar o compromisso, com o objetivo desejado de cidades sustentáveis e inclusivas. Entretanto, para que isto ocorra, as abordagens devem buscar sempre integrar a população de forma ininterrupta nas decisões públicas.

O “Project for Public Spaces” (PPS) de Whyte (2018), é uma organização sem fins lucrativos, direcionada à criação e manutenção de locais públicos que constroem comunidades, com idealização do planejamento e do design fixados na comunidade. Esta organização fundamenta que não basta o desenvolvimento de ideias e elementos de design para a requalificação de um espaço público, mas que também deverá haver o envolvimento da população na elaboração das propostas, a fim de aceder às condições e necessidades da comunidade desde o princípio, para que a conceção do espaço público seja apropriada. Com base nisso, foram desenvolvidas pelo PPS, algumas ferramentas de planeamento com o propósito de permitir que as comunidades que desenvolvam uma visão sobre os seus bairros, (Project for Public Spaces, 2012 as cited in Whyte, 2018). Portanto, O Diagrama do Lugar é uma ferramenta que exhibe quatro critérios direcionados à princípios como: sociabilidade; acesso e ligações; usos e atividades; conforto e imagem. Estes critérios permitem avaliar se o espaço é, ou não satisfatório para o usufruto da comunidade, possibilitando o cidadão a avaliar cada espaço, mediante os aspetos intuitivos e qualitativos.

O método da participação cívica contribui para que os cidadãos permaneçam devidamente informados a cerca do planejamento urbano, objetivando o desenvolvimento de um espaço democrático e interdisciplinar. A sua finalidade é envolver o cidadão no planejamento e nas tomadas de decisões visadas para o local. Isto fomenta o um sentimento de pertença na comunidade, ocasionando um maior interesse em preservar o lugar habitado.

Numa altura em que os problemas ocasionados pela degradação e não utilização dos espaços se intensificam, as preocupações com a requalificação desses espaços são encorajadas. A partir disto, espera-se que as obras de requalificação pretendidas para as áreas mais antigas, que atuam mediante ações participativas, satisfaçam as necessidades de usufruto do espaço por parte dos moradores. Visto que, um espaço público sem qualidade pode ser o resultado de uma desarmonia entre a intenção do projeto original e o uso.

Além disso, a integração dos espaços públicos no meio urbano é uma preocupação não só a nível funcional, mas também a nível social. O processo de requalificação destes espaços exige um estudo profundo da área a ser intervencionada, pois a maioria dos espaços públicos apresentam um padrão de uso bem definido. Um objetivo fundamental ao requalificar um espaço é entender para quem se projeta e buscar responder aos anseios do público-alvo.

WHAT MAKES A GREAT PLACE?

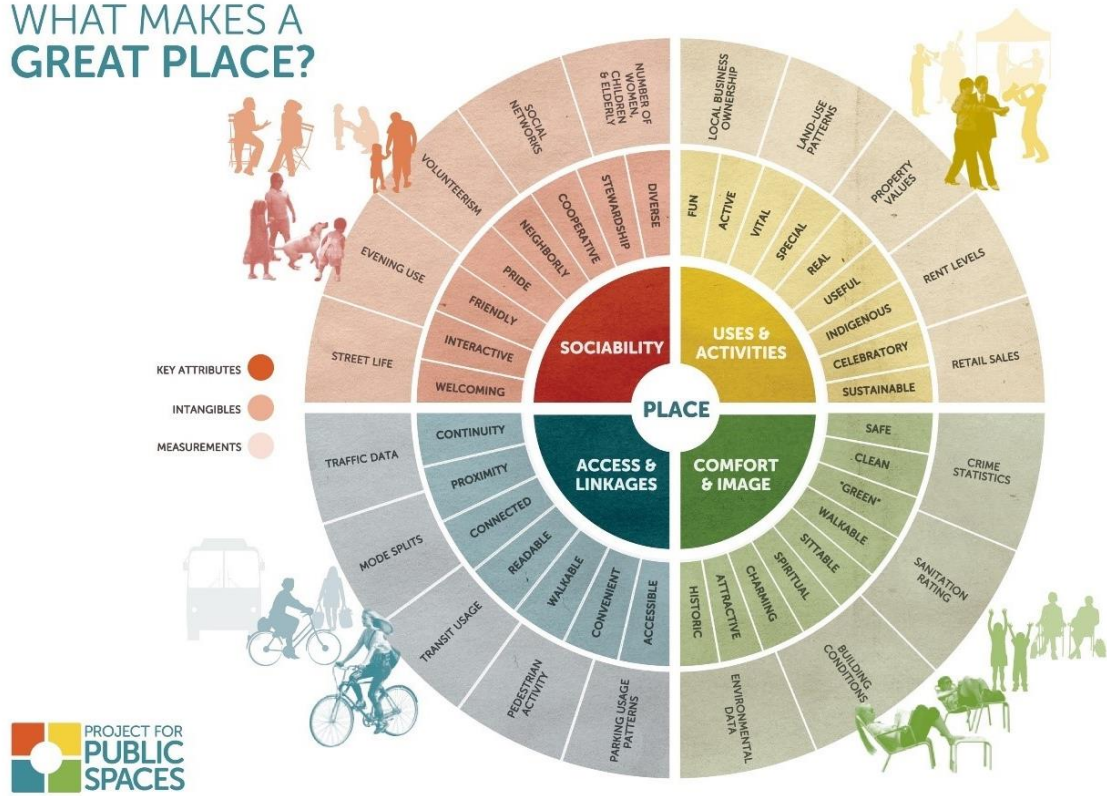


Figura 13. Diagrama de Lugar.
 Fonte: Project for Public Spaces (PPS)

1.4 Práticas participadas em reabilitação de aldeias

As ações participativas podem estimular, para além da corresponsabilidade, o sentimento de pertença do cidadão ao espaço habitado. Neste subcapítulo são analisados alguns exemplos de ações participadas que se originaram a partir da necessidade da reabilitação/requalificação de espaços de utilização coletiva. O objetivo é estudar intervenções sobre o espaço público, de modo a registar e analisar procedimentos que trouxeram de volta a vitalidade ao território, exibindo o processo de cada intervenção e os seus resultados.

Neste subcapítulo procura-se compreender os desafios e as oportunidades que cada caso obteve em seu processo de intervenção, a fim de ressaltar as decisões que alcançaram sucesso e também aquelas que não convém replicar. As ações realizadas no espaço público como local que integra a comunidade e desenvolve a vida em sociedade, são tomadas como base referencial para o caderno de recomendações que integra a última parte deste trabalho.

Os casos escolhidos são Quintadona e Casal de São Simão, ambas em Portugal. Deste modo, são apresentados dois casos de intervenções realizadas em aldeias com características semelhantes ao objeto de estudo deste trabalho, as aldeias da RAC de Sicó que tiveram o forte envolvimento dos seus cidadãos nos seus processos de requalificação. Além disso, são também descritos, ainda, dois processos de intervenções realizadas em espaço urbano, que tiveram a mobilização e o envolvimento da comunidade em seu desenvolvimento, Tratam-se dos casos da Av.^a Lourenço Peixinho, Aveiro, e da Cozinha Comunitária da Terras da Costa, (Costa da Caparica), em que suas ações trouxeram, de alguma forma, uma nova dinâmica ao espaço público do local em causa.

a) Aldeia de Quintadona

A aldeia de Quintadona, Concelho de Penafiel, localiza-se nas terras do Vale do Sousa e apresentava em 2018 uma população residente de 50 habitantes. É um local que se encontra preservado, mantendo o caráter típico original da aldeia, as características arquitetónicas patrimoniais são definidas pela combinação do xisto com os granitos amarelo e ardósia, para além da sua paisagem envolvente agrícola e florestal.

Com o empenho da Câmara Municipal de Penafiel, a colaboração da Junta da Freguesia de Largares e dos habitantes de Quintadona, a aldeia passou, e tem passado, por obras de conservação e reabilitação relativamente à preservação da sua arquitetura vernacular e à requalificação dos espaços públicos. Estas obras são elaboradas e desenvolvidas com a participação dos habitantes, das associações locais e das autarquias e tem-se observado, nos últimos anos, um grande interesse na compra de casas e terrenos que se encontram à venda, além de um aumento na fixação de casais jovens na aldeia.



Figura 14. *Aldeia de Quintandona, Centro Interpretativo. Penafiel, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 15, 16 e 17. *Equipamentos comunitários da aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022).

Através da visita de campo e de consultas bibliográficas, foi possível analisar o local e compreender quais foram as principais obras de reabilitação desenvolvidas na aldeia. O principal fator a considerar neste estudo, é o fato de as intervenções realizadas terem sido centradas nas pessoas que lá vivem e que, apesar de ser uma estratégia de desenvolvimento voltada para o turismo, o resultado final trouxe grandes benefícios aos habitantes residentes. Foram visadas a criação de condições para fixar a população no espaço rural, a atração de novos habitantes e a recuperação da cultura tradicional. Para além disso, a revitalização provocou a sensibilização da população para a importância destes bens e a obra consolidada também tem atraído turistas que buscam experienciar os sabores e as tradições da aldeia.

As edificações e os espaços envolventes da aldeia passaram por processos de reabilitação, sendo que algumas construções foram reabilitadas para desenvolver a atividade turística. No geral, o plano aplicado permitiu que vários edifícios fossem recuperados e possibilitou uma dinâmica a nível paisagístico, incentivando populações de aldeias vizinhas a reabilitarem também as suas casas.

Os projetos realizados foram dedicados à requalificação do interior da aldeia, como pavimentação das ruas, muros, e à requalificação de diversos equipamentos públicos como o fontanário, o lavadouro, o tanque e o cruzeiro. Além disso, foram realizados diversos trabalhos de enquadramento urbanístico, como a implantação de infraestrutura básica de saneamento e abastecimento de água; alteração das cablagens e caixas de iluminação; implementação de sinalização de informação turística e de trânsito; aplicação de pontos de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos em diversos pontos da aldeia, devidamente distanciados, além da criação de espaços para estacionamento de automóveis. Entretanto, apesar das diversas intervenções realizadas, não existe um documento que ajude a monitorar e perceber qual o grau de satisfação dos promotores ou da população da aldeia.

Importa mencionar também, as festividades para referir a dinâmica existente na aldeia. A festa do caldo de Quintandona tem duração de três dias e ocorre sempre em setembro. Esta festa é dedicada à gastronomia local e o objetivo deste evento é atrair visitantes, para que estes possam conhecer a história da aldeia, bem como seus costumes e gastronomias, com acesso a um conjunto de atividades de caráter lúdico-cultural, espetáculos musicais e teatrais. A cada ano, espera-se pela realização da festividade, que ocorra um maior interesse por parte da comunidade em envolver-se nos processos de valorização e reconhecimento daquilo que lhes pertence, a fim de salvaguardar a memória, os costumes e as riquezas culturais, sociais e turísticas existentes na região. Este acontecimento só ocorre devido ao total envolvimento dos moradores, que se voluntariam. Os lucros económicos do evento, são depois investidos em melhoramentos da aldeia. No entanto, os moradores consideram que o maior ganho deste evento é o convívio, a partilha de conhecimentos e o estar em comunidade. Atualmente, os habitantes da aldeia sentem que o local é mais valorizado por ter pessoas que o visitam.



Figuras 18 e 19. Caixa de correio e poste de luz feitos em xisto e ardósia na aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 20. Festa do Caldo na aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022.
Fonte: O Porto encanta (2013). <https://www.oportoencanta.com/>.

A criação desta festividade ajuda a promover, dinamizar e diversificar as atividades que acontecem na aldeia, potenciando os recursos endógenos e assegurando a fixação da população. São criados diversos espaços temporários como por exemplo, palcos, barracas de vendas de produtos endógenos e estacionamento, para permitir que as atividades da Festa do Caldo ocorram, e tudo isto acontece graças às iniciativas dos moradores, que trabalham de forma ativa e em conjunto, dedicando-se para que o evento tenha tudo aquilo que precisa para receber os visitantes da aldeia. A partir deste envolvimento ativo da população, o sentimento de pertença pelo território é estimulado em meio a comunidade e as relações intersociais são estreitadas entre os moradores.

b) Aldeia Casal de São Simão

A aldeia de Casal de São Simão pertence ao concelho de Figueiró dos Vinhos e localiza-se na crista de um monte. A aldeia, juntamente com a praia fluvial e as Fragas de São Simão são atuais fatores de atração turística e dinamismo para a região. Esta aldeia faz parte das Aldeias de Xisto (PAX), que tem por objetivo a melhoria das condições de vida dos moradores do local, fixação dos habitantes e elevação da autoestima, geração de emprego e a qualificação dos recursos humanos para gerar uma melhor proximidade com o exterior, criando uma nova economia e recuperando as tradições culturais através da valorização do património.

Em 2006, foi criada uma associação denominada “Refúgios de Pedra”, empresa atuante na rede de Aldeias do Xisto e que tem ajudado na dinamização da promoção turística das aldeias, com a finalidade de preservar e promover a aldeia, a sua envolvente e as tradições, de um modo sustentável. A Refúgios de Pedra também tem por objetivo a colaboração e a presença em ações do Município de Figueiró dos Vinhos, como forma de participar na vida do Concelho. A associação é composta pelos atuais moradores e proprietários das casas, que ajudaram uns aos outros a recuperarem um total de 16 habitações.

Após a inclusão na Rede das Aldeias do Xisto, desenvolveu-se a reabilitação total da aldeia, respeitando os materiais e o seu traçado original. No cume da aldeia encontra-se o restaurante e loja turística da aldeia, e ao longo das ruas, as edificações que se já estão quase todas reabilitadas, possuem em sua construção pedra quartzito. Já numa parte mais baixa é onde está localizado o fontanário. Os espaços de uso comum na aldeia incluem uma Eira, um Forno comunitário e uma fonte. Elementos estes que fazem parte da tradição da aldeia e que são utilizados e preservados pela população. A intervenção realizada na aldeia, com cerca de 40 pessoas diretamente envolvidas, junto das entidades oficiais, tais como a Câmara Municipal e a Rede das Aldeias do Xisto, permitiu a recuperação das tradições antigas de partilhar o trabalho e trouxe de volta a vitalidade da aldeia.



Figura 21. *Aldeia de Casal de São Simão, 2019.*
Fonte: Mundo Português (2019). <https://www.mundoportugues.pt/>.



Figura 22. Caixas de correio no espaço público da Aldeia de Casal de São Simão, 2019.
Fonte: Sapo Viagens (2019). <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/escondida-no-meio-da-serra-casal-de-sao-simao-e-uma-das-mais-bonitas-aldeias-de-xisto>

No ano de 2012 a associação criou o “Dia da Associação”, com o objetivo de reunir a aldeia em convívio e partilhar algumas tarefas comunitárias. Os moradores participam de forma ativa na preservação de sua aldeia com ações de limpeza da envolvente do Casal de São Simão, visando preservar e proteger o espaço dos incêndios florestais.

A associação Refúgios de Pedra também teve sua atuação na abertura do percurso pedonal, que faz ligação da aldeia do Casal de São Simão à Ferraria de São João e o Caminho do Xisto. Esta iniciativa tem atraído uma enorme quantidade de pessoas a percorrer por estes trilhos, e o êxito desta ação levou a Câmara de Figueiró dos Vinhos a lançar dois novos percursos pedonais que farão parte de uma Grande Rota das Aldeias do Xisto.

c) Projeto para a Avenida Lourenço Peixinho

A Avenida Lourenço Peixinho é um eixo viário da cidade de Aveiro que começou a ser construída na segunda década do século XX e representa a história do crescimento da cidade, da ligação que ela faz desde o centro até a estação de caminho-de-ferro. A grande alameda possui um perfil de trinta metros, largos passeios e um separador central com árvores.

Com o passar do tempo, a Avenida acabou por perder qualidade para a sua função habitacional, social, cívica e económica. Devido a esta desvitalização, a Avenida passou por várias estratégias de planeamento e iniciou-se um debate público que deu início ao movimento cívico designado Amigos d’Avenida, que contou com espaços de encontro virtual para partilhar opiniões sobre a Avenida e outros temas da cidade, e também como estímulo à realização de debates públicos.

A intervenção em caso, tratou-se de uma obra importante para a cidade que, inicialmente, consistia em criar um espaço público de qualidade. A autarquia definiu como objeto de intervenção para a requalificação da Avenida Lourenço Peixinho o território da Avenida e os seus quarteirões adjacentes, e a intervenção resumia-se na elaboração de um projeto do espaço público. Tratava-se de uma ação que beneficiaria a classe política, social e o comércio. Entretanto, esta intervenção passou por vários obstáculos ainda no seu processo de conceção, devido ao facto do território em estudo apresentar certas preexistências que exigiram um estudo mais aprofundado.

Em 2010, o objeto central da intervenção sofreu alterações na área de intervenção, além da incorporação da regulamentação urbanística do edificado da Avenida e área envolvente e um conjunto de propostas de dinamização e animação socioeconómica do território. O alargamento do estudo surge com o reconhecimento de que não era possível regenerar o eixo central da cidade apenas com a realização da intervenção no espaço público da Avenida, pois a área em questão deveria ser enquadrada num estudo mais alargado, no domínio da mobilidade, da economia e do mercado imobiliário.



Figura 23. *Moradores limpando a fonte da aldeia de Casal de São Simão.*

Fonte: Associação Refúgios de Pedra (2012). <https://www.casaldesaosimao.com/a-refugios-de-pedra/>

A partir disso foram desenvolvidos um conjunto de 30 princípios para um processo de planeamento integrado, que se organizam em torno de seis subtemas, designados: coordenação e participação; instrumentos de planeamento e zonamento; qualificação das intervenções; mobilidade; cultura e divulgação. Neste processo, o papel da autarquia passava pela coordenação das ações e mobilização de incentivos locais e nacionais visando a reabilitação de imóveis; o incremento da participação dos cidadãos e divulgação dos resultados; a avaliação das áreas de intervenção, em articulação com os planos existentes; a definição de um zonamento para a Avenida e área alargada; a valorização do modo pedonal, fruição do espaço público e cuidados com arborização e mobiliário e arte urbana; o fomento da multifuncionalidade da ocupação e reformulação da mobilidade, com consideração especial de percursos cicláveis, transportes coletivos e gestão do estacionamento; e a animação do espaço central e criação de atividades ligadas às artes e cultura (Mota, 2013, p. 547).

Paralelo a isto, o movimento de cidadãos Amigosd'Avenida perspetivou a sua própria visão para a Avenida, que expectava que o projeto se constituísse como uma possibilidade de reconstrução do sentido de comunidade, e que atuasse em prol do reforço de identidade e sentido de pertença, fundamentada num desejo de voltar a viver o centro, em consonância com a manifestação pela animação e qualificação do espaço público elaborado pelo movimento (Mota, 2013, p. 548)

A partir de uma reflexão coletiva, exposta nas plataformas digitais do movimento cívico, apresentou-se um conjunto de objetivos para a intervenção municipal, que deram enfoque a três dimensões: o papel da Avenida Lourenço Peixinho enquanto espaço de comércio e exposição da cidade, das funções económicas, sociais e culturais; o papel enquanto 'palco', utilizando o espaço público para a realização de atividades de animação cultural e artística; e o papel enquanto espaço residencial, lutando a favor de uma vivência permanente do espaço.

Para o projeto de execução da Avenida, ficou previsto um novo perfil de arruamento que prioriza o peão com passeios mais largos, arborização, troca de pavimentos, além da criação de novos espaços destinados a funções específicas como o comércio. O desenvolvimento em torno do projeto teve vários momentos de participação em diferentes etapas, as quais os cidadãos eram informados acerca do andamento dos trabalhos e davam seus contributos e recomendações. Além disso, foram criados modelos de cenários de espaço público, onde os cidadãos eram chamados a se imaginar vivendo, para posteriormente darem suas opiniões e preferências, gerando um conhecimento interessante sobre as dinâmicas de uso da Avenida. Foram também desenvolvidos estudos de mobilidade ciclável, perfis viários, arborização, identificação do tipo de espécies de árvores e posicionamento do mobiliário urbano em locais estratégicos. Atualmente, a obra de requalificação urbana da Avenida Dr. Lourenço Peixinho encontra-se em estado de execução.



Figura 24. Avenida Lourenço Peixinho, Aveiro, 2020.
Fonte: Câmara Municipal de Aveiro (2020)



Figura 25. Imagem de divulgação da Sessão Pública de apresentação do projeto da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 2012.
Fonte: Amigosd'Avenida (2012). <https://amigosdavenida.blogs.sapo.pt/758532.html>

d) Cozinha Comunitária da Terras da Costa

Terras da Costa é uma comunidade formada por imigrantes de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que se encontra localizada num bairro de construções ilegais, na área de reserva agrícola da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. O bairro que teve início nos anos 70 como solução rápida de habitação para os imigrantes que vinham em busca de melhores condições. Além disso, os convívios inexistentes entre os moradores do bairro tornavam a comunidade segregada, o que contribuía ainda mais para a disseminação da precariedade do local (Santos 2018, p. 97).

Visando atender a necessidade da população local e o abastecimento de água no território, o projeto científico denominado Fronteiras Urbanas¹ (FU), o qual é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), decidiu intervir na situação. No entanto, o projeto buscou envolver atores locais em todo o processo, o que facilitou a entrada do FU no bairro e ajudou a validar as propostas lançadas em meio à comunidade.

O projeto da Cozinha Comunitária que foi desenvolvido para o local, tratou não apenas de solucionar o problema da falta de abastecimento de água, mas também estimulou a população a atuar em coletividade e participar nas decisões para o bairro. O Fronteiras Urbanas na Costa da Caparica teve ajuda da Universidade Autónoma de Lisboa, que atuou estimulando o diálogo entre a população sobre as necessidades e as possibilidades de ação (Santos, 2018, p. 99). Nos Workshops ocorridos, estudantes e técnicos de arquitetura participaram, atuando na capacitação dos locais para a melhoria das suas condições de habitabilidade, assumindo a responsabilidade de encarregar o Município de Almada, em conjunto com os moradores, a procurar soluções para o realojamento de 500 habitantes que residiam em condições desfavoráveis. Em vista disso, a Câmara Municipal de Almada autorizou a construção da Cozinha temporariamente, e realizou a ligação para o fornecimento de água potável no Bairro.

Em um dos Workshops realizados durante o processo de discussão do projeto, foi criada a primeira Comissão de Bairro, na qual os moradores discutiram as necessidades do bairro junto das entidades e instituições locais. A partir disso, a população decidiu que se iniciaria um processo de identificação e pertença, botando em foco as necessidades comuns da população, resultando num compromisso de melhoramento no Bairro. A construção da cozinha comunitária como pretexto para solicitar à Câmara Municipal de Almada uma linha de água em direção ao Bairro foi o surgimento das ideias de melhoria das condições do local.

¹ Projeto científico, originado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, com o objetivo de promover a alfabetização e dinâmicas de encontros culturais para a educação comunitária. (Santos, 2018, p. 97)



Figura 26. *Bairro das Terras da Costa, Costa da Caparica.*

Fonte: Archdaily (2021). <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse>



Figura 27. *Cozinha comunitária das Terras da Costa.*

Fonte: Archdaily (2021). <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse>

O espaço da cozinha comunitária foi desenvolvido em 2013, a partir da escolha do local de implantação pela comissão de moradores e os técnicos voluntários. Enquanto aguardava-se a aprovação do licenciamento para a construção do equipamento comunitário, foram realizadas no local a limpeza e retirada de entulhos. No meio tempo entre o tempo de espera da construção, eram desenvolvidos workshops que foram promovidos pelo FU, e que incentivavam constantemente o envolvimento da população e o sentimento de pertença (Santos, 2018, p. 101). Nestes workshops era realizada a produção de peças para a cozinha como sabão e também materiais que poderiam ser comercializados, buscando envolver a todos ativamente além de arrecadar fundos para a construção da obra. Além disso, foi realizada a instalação de um Painel de Informação que existiu durante toda a construção da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, e que indicava cada evolução da obra. Este painel permitiu que as pessoas que não queriam participar dos encontros de moradores pudessem acompanhar o desenvolvimento do processo e ficar a par como das programações que viriam a acontecer.

Durante a intervenção do FU, a cozinha comunitária funcionou como uma escola destinada a crianças e à alfabetização de mulheres, lugar de encontro para os moradores do bairro e também foi utilizada para a realização de sessões de teatro, possibilitando o convívio entre os moradores locais e visitantes. Atualmente, as reuniões destinadas a Comissão de Moradores do Bairro acontecem no espaço da Cozinha Comunitária, portanto, o local tornou-se espaço de reunião e assembleia para os habitantes. Este projeto atuou não apenas na solução de um problema de precariedade básica, mas também fomentando o sentido de comunidade e ocasionando uma participação ativa por parte dos moradores nas decisões do bairro. Os cidadãos passaram a refletir sobre as questões fundamentais, considerando seus direitos e deveres, e o que poderia ser reivindicado em meio a comunidade. A partir disto, o processo de desenvolvimento da cozinha melhorou consideravelmente a autoestima da população e deu esperança para melhorias futuras, como o projeto do realojamento dos residentes para os Bairros Sociais do Monte da Caparica.



Figura 28. Moradores das Terras da Costa ajudando a edificar a cozinha comunitária.

Fonte: Coletivo Warehouse (2014). <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse>



Figura 29. Refeição entre os moradores na Cozinha Comunitária.

Fonte: ArchDaily (2021). <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse>



Figuras 30 e 31. Programa educativo desenvolvido na Cozinha Comunitária.

Fonte: ArchDaily (2021). <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse>

Parte II A região de Sicó: rede de Aldeias do calcário

O Plano Integrado de Intervenção “Rede de Aldeias de Calcário” (RAC): 6 aldeias, 12 Experiências, é financiado através da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior e desenvolvido pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó. O plano prevê a elaboração de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana para as seis aldeias que fazem parte da rede, as quais estão localizadas em cada um dos 6 concelhos parceiros da Terras de Sicó, são elas: Ariques (Alvaiázere); Casmilo (Condeixa-a-Nova); Chanca (Penela); Granja (Ansião); Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure).

As aldeias foram selecionadas para esta iniciativa devido às suas localizações estratégicas em torno do maciço da Serra de Sicó, além de apresentarem um elevado potencial para o desenvolvimento turístico, centrado num conjunto de valores ambientais, culturais e sociais. O projeto objetiva a regeneração dos aglomerados, preservando a sua identidade e contribuindo para a dinamização do território de Sicó.

Todavia, com exceção do concelho de Condeixa-a-Nova, todas as redes de núcleos urbanos de Sicó, independentemente da sua dimensão, têm assistido a um crescente abandono por parte da população, com todas as consequências, nomeadamente o abandono e a degradação de grande parte do seu edificado. Assim, os espaços de uso comum destes sítios caracterizam-se por locais subutilizados, que por vezes não fornecem uma infraestrutura adequada com qualidade, que promova o bem-estar e que incentive a população local a socializarem uns com os outros.

Em algumas aldeias, como em Casmilo e Poios, existem espaços públicos que constituem pontos de encontro para os habitantes. Nestas duas aldeias, além deste tipo de espaços, existem associações de moradores. No entanto, tanto aqueles espaços como os das associações não são qualificados ou atrativos para que ocorra uma maior interação entre as pessoas que lá vivem, nem capazes de fixar novos moradores e atrair mais visitantes ao território.

Este capítulo apresenta o diagnóstico e a caracterização do território de Sicó, a fim de conhecer a sua população e compreender as dinâmicas das aldeias, expondo uma análise do espaço público como elemento conformador do ambiente e das relações das pessoas com o território. Esta análise ajuda a perceber as dificuldades e as potencialidades das aldeias em estudo, para proceder à elaboração de recomendações que objetiva integrar a comunidade nas propostas de reabilitação dos espaços públicos do território, de modo e despertar o interesse da comunidade em habitar estes espaços e potencializar o sentimento de pertença nos cidadãos.

2.1 Estratégias de reabilitação para a Rede de Aldeias do Calcário

A Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento surgiu em 1995, como resultado da evolução da Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), criada em 1988. A Terras de Sicó é, portanto, uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, que atua em prol do desenvolvimento do território mediante parcerias entre as Câmaras Municipais de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure. Esta associação visa o crescimento socioeconómico dos concelhos em que atua, impulsionando empreendimentos, criando uma relação de cooperação entre os diversos níveis de identidades (locais, regionais, nacionais e internacionais), apoiando projetos de revitalização do espaço rural de Sicó, e desenvolvendo iniciativas relacionadas à valorização dos produtos endógenos (vinho, azeite, mel, queijo rabaçal, cabrito e borrego, ervas aromáticas, frutos secos, etc.), ao incremento de atividades turísticas e à melhoria das infraestruturas da região.

Tendo como objetivo principal o desenvolvimento da região de Sicó e da sua população, a associação atua na promoção de produtos turísticos, na organização e preparação de novas oportunidades produtivas e de comércio, diversificando os pequenos investimentos nos setores económico, social e cultural. A divulgação da região também integra a sua estratégia de *marketing*, assim como a garantia do selo de certificação dos produtos endógenos, possibilitando maior geração de renda aos moradores. É importante referir que, apesar do forte incentivo ao turismo rural, a Terras de Sicó se apresenta como um elemento mediador entre a defesa dos interesses da população e a representação local das esferas regionais, nacionais e internacionais (Sicó, 2017). De certa forma, a associação ajuda a promover um processo participativo ao comprometer-se em envolver os moradores na demanda de tomada de decisões para o território de Sicó.

Em relação às operações de apoio mais relevantes, a Terras de Sicó promove a aplicação do regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; apoia pequenos investimentos na transformação e comercialização; promove a diversificação de atividades na exploração; apoia na criação de circuitos e cadeias curtas de mercados locais; promoção de produtos de qualidade locais; e a preservação e renovação de aldeias (Sicó 2017).

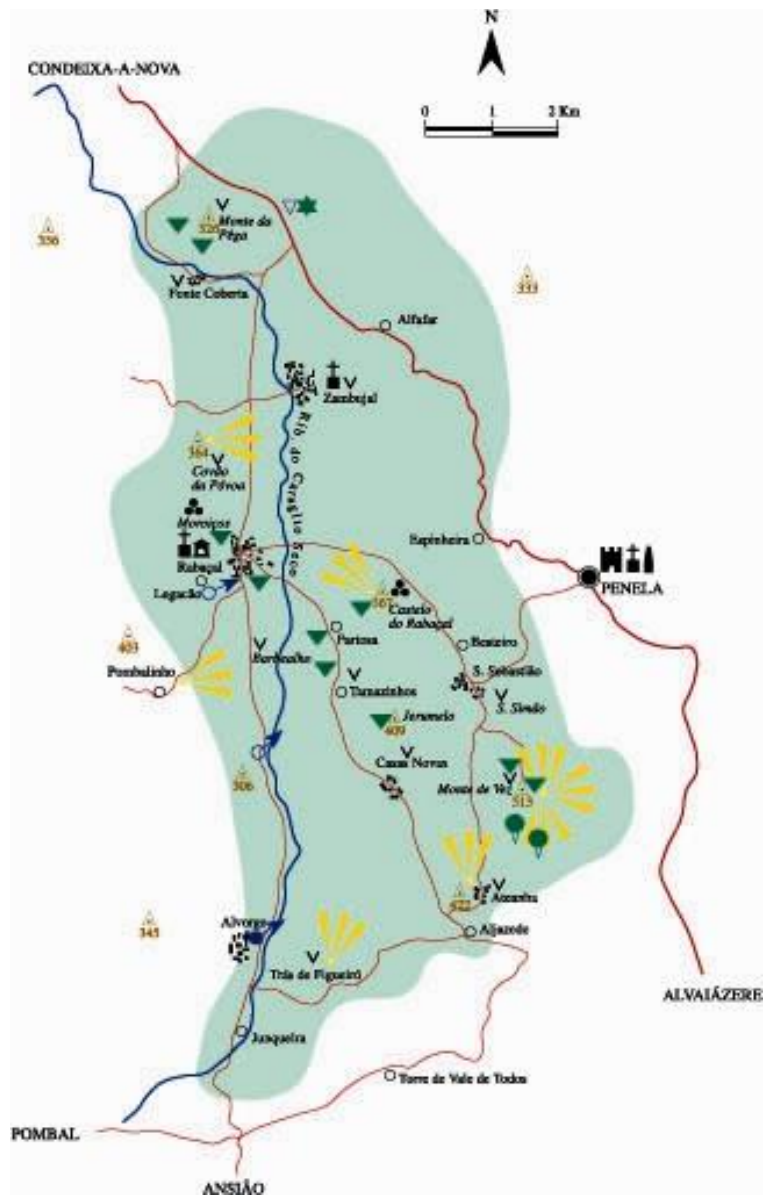


Figura 32. Rota turística das Terras de Sicó.
 Fonte: Roteiro das Terras de Sicó (2005)

Cada município aborda a aldeia correspondente em níveis diferentes nos seus Planos Diretores Municipais, mas ainda assim, é possível encontrar nestes documentos algumas das intenções de ações e metas que cada um destes visa para a região. Em conjunto com as Câmaras Municipais parceiras, a associação Terras de Sicó encomendou à empresa Território XXI estudos e diagnósticos com vista a desenvolver uma estratégia de reabilitação urbana para cada aldeia da RAC que se insere no RJRU, com exceção de Casmilo, cuja área de reabilitação está a ser delimitada pela própria Câmara Municipal, através da Divisão de Planeamento Urbanístico.

A estratégia concretiza-se através da criação de Áreas de Reabilitação Urbana² (ARUs) que delimita uma área a intervencionar e das Operações de Reabilitação Urbana³ (ORUs) que encerram a definição de uma estratégia para operacionalizar a reabilitação. Esta delimitação parte do conhecimento rigoroso do território, levantando as suas necessidades e potencialidades e este conhecimento é fundamental para o desenho das estratégias políticas e ações que possam conduzir à reabilitação destes núcleos.

A delimitação de uma ARU obriga identificação da área onde a reabilitação urbana vai ser prioridade. Os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) são um dos meios para fomentar a reabilitação. É importante salientar que o comprometimento da reabilitação urbana não deve ser assumido apenas pelo Município, sendo essencial o envolvimento dos cidadãos e das entidades privadas no processo.

Atualmente, ainda não existem ORUs aprovadas para as Áreas de Reabilitação Urbana das aldeias do Casmilo e de Poios. No entanto, o projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do núcleo antigo de Casmilo, encontra-se em fase de discussão pública e a ARU da aldeia de Poios encontra-se em fase de aprovação da Alteração da proposta da Área de Delimitada.

² “Área de Reabilitação Urbana é uma área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.” (RJRU, Decreto-Lei n.º 307/2009)

³ “A Operação de Reabilitação Urbana consiste no conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área.” (RJRU, Decreto-Lei n.º 307/2009).

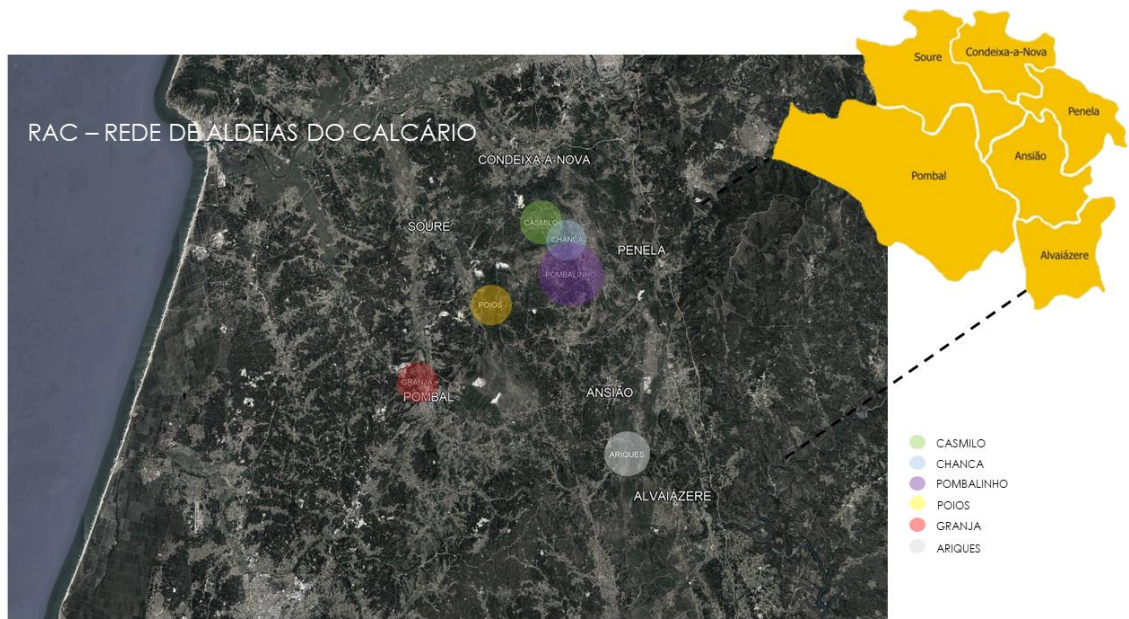


Figura 33. Demarcação da Rede de Aldeias do Calcário (RAC).
Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth, 2022.

Estratégia de Desenvolvimento Local

O documento denominado “Estratégia de Desenvolvimento Local” (RAC), desenvolvido pela Terras de Sicó, aponta direções concretas de desenvolvimento estratégico para a região de Sicó e se insere na dimensão rural do instrumento de financiamento para o desenvolvimento territorial da União Europeia, Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Neste contexto, a lógica tradicional de elaboração de políticas de desenvolvimento regional e local são invertidas, sendo aderida uma abordagem ascendente, ao invés da descendente. Isso significa que a população local assume uma participação nas implementações de estratégias de desenvolvimento local, formando uma parceria que visa a conceção e execução de uma estratégia de desenvolvimento integrado, que responda aos desafios sociais, ambientais e económicos verdadeiramente sentidos pela população (Sicó, 2015). Esta estratégia publicada em 2015 obteve sucesso, e permitiu a liberação do financiamento europeu do DLBC para o Grupo de Ação Local (GAL) Terras de Sicó.

2.1.1 Áreas de Reabilitação Urbana das aldeias do Casmilo e Poios

Tendo em conta os planos estratégicos que foram desenvolvidos para a RAC, esta secção é destinada à análise dos documentos de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU's) das aldeias do Casmilo e Poios, com o intuito de compreender os objetivos por detrás das estratégias pensada para os espaços públicos destes núcleos.

São apresentadas as características físicas e demográficas dos territórios, além da descrição do perfil populacional, a fim de possibilitar uma maior familiarização com os territórios em análise. Para além disso, torna-se importante para o desenvolvimento deste trabalho, perceber de que forma as estratégias definidas nas ARUs das aldeias de Casmilo e Poios, poderão envolver a participação ativa da população local, com o intuito de perceber se houve algum envolvimento por parte da população.

Casmilo

A aldeia do Casmilo é uma aldeia pertencente à freguesia de Furadouro que apresenta cerca de 19,3km², sendo destes, 12 km² de área edificada consolidada. A aldeia encontra-se à aproximadamente 7km da sede do concelho Condeixa-a-Nova e apresenta um antigo núcleo orgânico, com edificações de pedra e muros tradicionais e que, de acordo com o PDM, é um espaço residencial tipo III.

O aglomerado se organiza em torno da Rua do Tronco, do troço Sul da Rua Principal, Largo do Cruzeiro e Fundo da Rua/ Rua das Lapas. A área de ocupação consolidada do aglomerado corresponde a aproximadamente 11,4 hectares e a maioria dos edifícios têm um uso habitacional ou de apoio agrícola, somando 182 edifícios que correspondem a 18 edificações por hectare. Existem duas capelas e dois alojamentos locais na aldeia. As ruas principais apresentam pavimento em betuminoso e sem distinção entre o passeio e o leito carroçável, contudo alguns caminhos não são pavimentados. Próximo desta aldeia existe uma formação geológica distintiva, que resultou na composição de grutas, denominadas “Buracas do Casmilo” e que constitui um ponto de interesse significativo para o turismo da região.

A população existente no concelho de Condeixa a Nova, de acordo com os Censos 2021, é de aproximadamente 16.735 habitantes, cerca de 10.000 pessoas a mais em relação aos Censos de 2011. A freguesia de Furadouro possui 200 habitantes e a aldeia do Casmilo por sua vez apresenta cerca de 98 pessoas residentes na aldeia (Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, 2013).

No âmbito do programa de desenvolvimento territorial da RAC, promovido pela associação Terras de Sicó, a ARU e respetiva ORU assumem-se como instrumentos essenciais para a execução das diversas intervenções de qualificação do espaço construído e para a melhoria das condições de investimento em equipamentos e serviços associados ao turismo cultural e de natureza. No entanto, a primeira delimitação da ARU do núcleo antigo de Casmilo perdeu a eficácia legal por não ter sido aprovada uma ORU nos três anos seguintes à aprovação da ARU, tendo sido necessário a realização de uma nova delimitação da ARU de Casmilo.

A nova proposta de delimitação da ARU corresponde à área já delimitada anteriormente, apenas com pequenos ajustes e correções de limites. Para esta nova delimitação, foi integrada a totalidade de um espaço de lazer e convívio existente no núcleo antigo, além disso, foram excluídas algumas parcelas. Esta delimitação mais recente da ARU foi realizada com base em instrumentos urbanísticos coexistentes, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova. Além disso, nesta aldeia encontra-se inserida numa unidade operativa de gestão e planeamento (UOPG U7 – Lugar de Casmilo) que define a necessidade de uma abordagem integrada, com programas diferenciados, para um tratamento a nível de planeamento mais detalhado, com acompanhamento especial durante à sua execução.

Como objetivos estratégicos para a ARU propõe-se a melhoria da qualidade do espaço público e o desenvolvimento da comunidade local, ressaltam os seguintes: garantir boas condições de utilização e funcionalidade dos edifícios e das parcelas em que se inserem; proteger e promover a valorização do património cultural edificado como fator de identidade e diferenciação urbana; garantir o bom funcionamento das infraestruturas urbanas; travar o declínio demográfico e o abandono, reforçando e tornando atrativo o uso habitacional; apoiar a diversidade social e cultural.

Os objetivos específicos da ARU do Núcleo Antigo de Casmilo, passam por: Criar regras e incentivos à reabilitação e à recuperação, procurando diminuir a degradação e descaracterização do edificado e respetivos espaços envolventes.

Quadro 3. Estatística demográfica do concelho de Condeixa a Nova.

Fonte: Extraído de Censos 2021 (2021). <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/condeixa+a+nova-475>

TERRITÓRIO

Condeixa-a-Nova

	1960	1981	1991	2001	2011	2021
População residente	13.555	13.257	13.027	15.340	±17.078	16.732
Taxa de crescimento anual médio da população (%)	-	-	-0,2	1,6	±1,1	-0,2
Densidade populacional Nº médio de indivíduos por Km²	97,7	95,4	93,7	110,6	±123,2	120,7
Jovens (%) menos de 15 anos	22,6	20,3	16,1	14,7	±16,0	13,6
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	65,4	62,1	64,2	66,5	±65,0	63,6
Idosos (%) 65 e mais anos	12,0	17,6	19,7	18,8	±19,0	22,8

Poios

A aldeia de Poios situa-se no concelho de Pombal, pertencente ao Distrito de Leiria sendo delimitado, a Norte, pelos concelhos de Figueira da Foz e Soure, a Este, por Ansião e Alvaiázere, e a Sul, por Ourém e Leiria. O conselho engloba uma área de cerca de 626 km² e apresenta uma população residente de 55.217 habitantes (INE 2011).

A estratégia nacional de aproximação das cidades de Lisboa e Porto permitiu o desenvolvimento de infraestruturas ferro e rodoviárias na região, criando boas condições, fixando a população e as atividades económicas no concelho. Constituído ao todo por 13 freguesias, Pombal contém 5 freguesias que se encontram parcialmente inseridas no Sítio de Importância Comunitária (SIC) Sicó/Alvaiázere, nomeadamente as freguesias de Abiúl, Pelariga, Pombal, Redinha e Vila Chã (Pombal, 2015).

O aglomerado urbano de Poios está inserido na freguesia de Redinha, a cerca de 18 minutos da cidade de Pombal e encontra-se inserido no Sistema Serrano, caracterizado por uma ocupação do solo com rocha nua, vegetação mediterrânica (zambujeiro, carrasco, oliveira, carvalho português, medronheiro) e indústria extrativa. Neste sistema territorial, os valores naturais e a biodiversidade, o património geomorfológico e os recursos minerais (calcário) são apresentados como uma grande potencialidade. Poios destaca-se por ser uma aldeia que ainda mantém um carácter muito característico das aldeias de montanha da Serra de Sicó, onde se conjugam as matas de carvalho cerquinho, com a azinheira, o medronheiro e o sobreiro. Neste pequeno aglomerado encontram-se ainda muitos exemplares da arquitetura popular tradicional da região (Sicó, 2019).

Conforme definido no PDM de Pombal, o aglomerado de Poios integra o nível IV da hierarquia urbana, e se resume a um aglomerado de pequena dimensão, com uma ocupação urbana de baixa densidade onde predomina a função habitacional (Terras de Sicó, 2019, p. 7). Além da função habitacional, o aglomerado possui um empreendimento turístico e dois equipamentos de utilização coletiva (um deles desativado), e por esse motivo, a aldeia de Poios depende funcionalmente de Redinha, sede da freguesia que integra. O acesso a Poios faz-se através de duas vias, uma com ligação direta à Redinha, a EM527 e pela Rua Nossa Senhora da Estrela, que atravessa o aglomerado em direção ao maciço central da Serra de Sicó.

Nos termos do PDM relacionados a área de solo urbanizado, “Os Espaços Urbanos de Baixa Densidade”, correspondem a áreas do território caracterizadas por um nível médio ou baixo de infraestruturização, sendo destinado predominantemente a funções residenciais, em sua maioria unifamiliares, isolada ou em banda, com um ou dois pisos. As atividades nestes espaços (o comércio os serviços, equipamentos de utilização coletiva e empreendimentos turísticos isolados) definem-se como atividades compatíveis.



Figura 36. Acesso de Poios à capela de Nossa Senhora da Estrela, Serra de Sicó.
Fonte: Câmara Municipal de Pombal (2015).

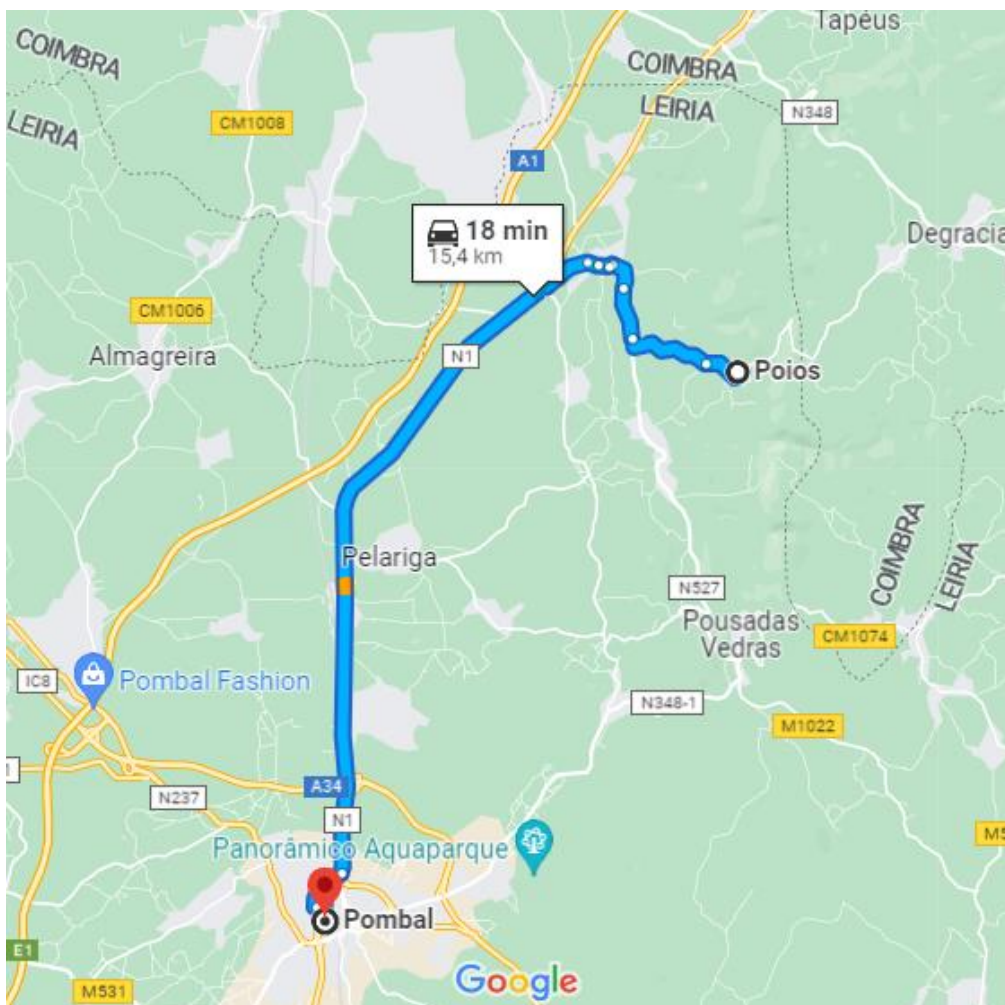


Figura 37. Trajeto de Poios à cidade de Pombal.
Fonte: Extraído do Google maps (2023)

Para os critérios de delimitação da ARU de Poios foram considerados dados que refletem a situação atual do aglomerado, ao nível urbanístico e socioeconómico, mas também os objetivos de reabilitação e regeneração urbana. A proposta de delimitação da ARU engloba aproximadamente 12,1 hectares de área, engloba toda a área urbana “com um carácter linear e orgânico que se estrutura a partir de um eixo principal, a Rua Nossa Senhora da Estrela que faz a ligação a Poios, a partir de Redinha, e continuando pela encosta da serra passa pela Capela e Miradouro da Senhora da Estrela, a 350 metros de altitude, no vale dos Poios. Do referido eixo principal, emanam a Rua do Poço, para sudoeste, e a Rua do Sobreiro, para norte, que conjuntamente com a Rua do Casal e a Rua da Azinhaga, definem a estrutura urbana do aglomerado (Terras de Sicó, 2019, p. 15).

Quanto a população presente na área urbana de Poios delimitada pela ARU, em 2011 foram registradas 110 pessoas habitando o local (cerca de 9,1 habitantes por hectare), correspondentes a 5,2% da população da freguesia de Redinha. Registrou-se também, que entre os anos de 2001 e 2011, a população residente passou por um decréscimo de 14%, acompanhando a decadência populacional do conselho e da freguesia de Redinha. Em termos etários, esta população é constituída principalmente por indivíduos que com idades entre os 15 aos, sendo a população ativa correspondente a 68 indivíduos. A população dedica-se essencialmente a atividades do setor secundário e terciário, e apenas 3% ao setor primário (Terras de Sicó, 2019, p. 15). Entretanto, existem várias parcelas agrícolas ao longo do aglomerado, bem como de pequenas hortas e quintais na envolvente das habitações, as quais são exploradas em regime de autoconsumo.

De acordo com o Censo de 2011, o parque edificado da ARU constitui um total de 69 edifícios clássicos. Entretanto, de acordo com o levantamento de campo efetuado para a delimitação da ARU em 2019, foram identificados 102 edifícios, dos quais 75% são de uso residencial, e os restantes direcionados para outros usos, destacando-se as construções, mais ou menos isoladas, as quais são destinadas a arrumos.

No aglomerado urbano de Poios, prevalece a habitação unifamiliar isolada e/ou em banda, com um a dois pisos, implantada à face da via. Comumente, o edificado isolado encontra-se envolvido por parcelas agrícolas, com pequenos quintais e jardins, e o edificado agrupado ou em banda apresenta o mesmo tipo de ocupação do lote, nos terrenos localizados nas traseiras das habitações. Em ambos os casos, o edificado é, na sua maioria, complementado por garagens, anexos e telheiros, inseridos nos lotes de forma contígua ao edifício principal ou dispersos pelo terreno envolvente, com usos diversos, mas, invariavelmente, relacionados com a atividade agrícola e pecuária. Cerca de 83% do parque edificado é anterior a 1980 e 1/3 do mesmo encontra-se vago. Destes, 26% dos edifícios encontram-se em necessidades urgentes de reparação e 52% de edifícios com necessidade de algum tipo de reparações.



Figura 38. Critérios de delimitação da ARU de Poios.
 Fonte: Terras de Sicó (2019).

Em resumo, “conclui-se que a ARU de Poios constitui um pequeno aglomerado urbano algo envelhecido, de características rurais, com um edificado relativamente degradado e maioritariamente vocacionado para os usos residenciais, complementado por construções de apoio a atividades agropecuárias de subsistência, grande parte das quais construídas nos moldes tradicionais.” (Terras de Sicó, 2019, p. 15).

A pequena Capela de São João e o conjunto de edifícios no aglomerado urbano ressaltam os valores identitários e patrimoniais da aldeia. O percurso pedestre existente denominado “Canhão do Vale dos Poios”, na Serra de Sicó, que integra parcialmente o percurso pedestre Grande Rota 26 – Terras de Sicó, com um pequeno troço que atravessa o aglomerado de Poios reforça a valorização desta aldeia. No limite da aldeia está em construção um edifício destinado ao centro interpretativo do maciço da Serra de Sicó criado a partir do projeto “Explore Sicó”, e pretende ser um espaço de informação e valorização do maciço da Serra de Sicó. Associado ao centro, foi criado um espaço de alojamento, um serviço de cafetaria e um espaço de apoio a outras atividades turísticas relacionadas com a Serra de Sicó.

A ARU definiu como objetivos estratégicos que correspondem à qualidade do espaço público e ao desenvolvimento da comunidade local. São estes: a melhoria das condições de circulação e mobilidade; a qualificação do espaço público, procurando compatibilizar a manutenção da identidade do local com intervenções ao nível da sinalização, os mobiliários urbanos, os espaços de utilização coletiva e condições de acessibilidade viária; a valorização do património arquitetónico popular, a criação de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo de lazer; o aumento da capacidade de atração e retenção populacional (Terras de Sicó, 2019, p. 21). Por sua vez, como objetivos específicos da ARU do Núcleo Antigo de Poios, estabelece-se: a proteção e valorização do património cultural numa perspetiva de afirmação do caráter e identidade da aldeia; a qualificação da rede de espaços públicos e das infraestruturas urbanas; a melhoria das condições de circulação pedonal; a melhoria das condições de acessibilidade viária e de estacionamento; a criação e/ou qualificação de espaços de utilização coletiva numa perspetiva de valorização da imagem e de afirmação da identidade da aldeia. (Terras de Sicó, 2019, p. 22).



Figura 39. Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios.
 Fonte: Câmara Municipal de Pombal (2015).

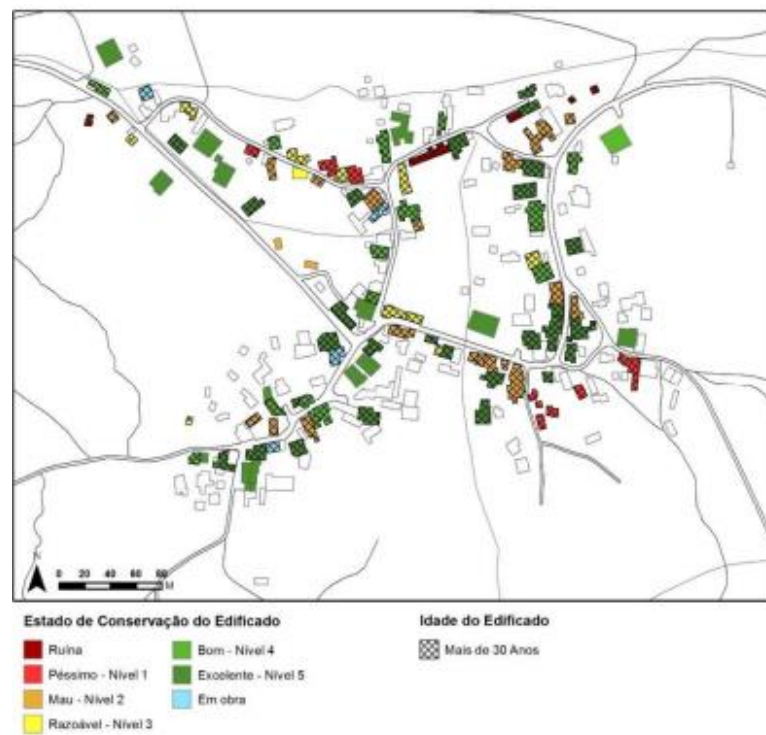


Figura 40. Estado de Conservação e Idade do Edificado da ARU de Poios.
 Fonte: Terras de Sicó (2019)

Análises das estratégias existentes

Com base nos critérios de delimitação desenvolvidos para as ARU's das aldeias do Casmilo e de Poios, constata-se que os objetivos estratégicos e específicos apresentam algumas propostas que se referem à requalificação do espaço público. Com a finalidade de melhoria na qualidade de vida dos habitantes, mediante as obras de manutenção e reabilitação do edificado e do espaço envolvente, a delimitação das ARU's promove, de forma genérica, a melhoria dos espaços públicos das aldeias. A partir disso, espera-se que as ORU's que virão a seguir, compreendam planos de requalificação e revitalização mais específicos, e que busquem priorizar as necessidades locais, através de estratégias que favoreçam as relações comunitárias existentes.

A valorização do turismo nas estratégias de desenvolvimento, aparenta ofuscar as reais necessidades da população local e deixa a participação ativa dos residentes apenas como algo simbólico. O turismo passa a ser uma ameaça a partir do momento em que os problemas dos moradores são colocados em segundo plano. Por isso, as estratégias futuras, que afunilam os planos de ação para o território, deverão manifestar maior atenção nos interesses dos habitantes, além de objetivar a melhoria dos espaços coletivos, que reforçam o sentido de comunidade. As estratégias específicas voltadas para a dotação de equipamentos de uso comunitário, que sejam compatíveis ao modo de vida local, e do incremento das condições de acessibilidade e de transporte de bens e pessoas são bons pontos de partida para trabalhar o reforço deste sentido comunitário nas aldeias.

Entretanto, embora as propostas existentes estejam de acordo com o produto final deste trabalho, constata-se a inexistência de estratégias que intencionem a participação ativa da população local. A fim de alcançar estes objetivos, as obras de reabilitação do edificado e dos espaços coletivos deverão adquirir métodos de participação que fomentem a valorização do território por parte dos habitantes. Para que isto ocorra de forma mais tangível, considera-se essencial o envolvimento ativo dos moradores no desenvolvimento das propostas apresentadas, a fim de potencializar o sentimento de pertença pelo espaço habitado.

2.2 Diagnóstico e caracterização do território

Neste subcapítulo analisa-se como as trocas sociais entre os moradores ocorrem nos espaços de convívio das aldeias de Casmilo e Poios. Após a realização do estudo de campo e da coleta de dados com entrevistas que foram efetuadas *in loco*, tornou-se possível compreender melhor as dinâmicas sociais que ocorrem no espaço público das aldeias, para perceber as necessidades dos habitantes relativamente a estes espaços. Identificando os principais pontos de encontro e entendendo os estilos de vida dos moradores, foi possível apontar as condições das áreas públicas das aldeias de Casmilo e Poios, mapeando os espaços públicos degradados subutilizados, a fim de perceber de que forma estes ambientes podem ser melhorados, atendendo aos anseios da população local e melhorando a qualidade de vida dos habitantes.

2.2.1 A comunidade local e os espaços partilhados

Durante as visitas efetuadas nas aldeias de Casmilo e Poios, foi realizado um inquérito, juntamente com o levantamento fotográfico, a fim de identificar as principais carências presentes nos espaços públicos de convívio das aldeias, e ouvir sugestões dos próprios moradores acerca do que a comunidade gostaria que fosse melhorado nestes espaços. O objetivo principal era saber se as pessoas possuem uma coexistência e interação umas com as outras, e em especial, se os espaços de convívio disponíveis nas aldeias permitem que estas trocas ocorram de forma adequada, garantindo uma boa qualidade de vida à comunidade. Para isto, fez-se necessário também compreender o estilo de vida, a cultura e as tradições da população de Sicó, para que as recomendações enunciadas no final deste trabalho, fossem ao encontro dos anseios da comunidade. Tendo isto em vista, é fundamental incluir na elaboração das propostas, a participação ativa da população, para que as orientações sejam adequadas ao estilo de vida dos habitantes, atendendo a necessidade dos atuais e possíveis futuros moradores.

O inquérito, que possui caráter qualitativo, pretende compreender as necessidades, as dinâmicas e os comportamentos sociais das pessoas de Casmilo e Poios, tornando possível agregar um conjunto de informação sobre práticas, e valores culturais. A entrevista foi dividida em duas partes, na intenção de ser breve e objetiva, a fim de simplificar a conversa com os moradores. Na primeira parte, além das questões iniciais que foram feitas para identificar o perfil dos moradores, as perguntas elaboradas englobam a esfera das relações sociais, que visam compreender a convivência entre os moradores das aldeias com os vizinhos e amigos. Além disso, o inquérito ajuda a interpretar de que forma estes encontros sociais poderiam ser otimizados, fazendo um melhor aproveitamento dos espaços de uso comum.

Quadro 4. Inquérito realizado na esfera das relações sociais.

Fonte: Elaboração autoral (2022).

RELAÇÕES SOCIAIS E INTERCOMUNITÁRIAS	
<i>Costuma reunir-se com amigos, familiares e vizinhos? Com que frequência?</i>	Diariamente
	Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana
	Quinzenalmente, duas vezes por semana
	Mensalmente, 1 vez por mês
	Não me desloco, pois não sinto necessidade
	Não, pois não sinto necessidade
<i>Considera que na sua aldeia há espaços para encontros e convívio?</i>	Sim
	Não
<i>Gostaria que houvesse mais atividades e serviços na sua aldeia, como por exemplo:</i>	Café/Restaurante
	Espaços Lúdicos
	Festividades/ Feiras
	Oficinas
<i>Gostaria que houvesse mais pessoas vivendo em sua aldeia?</i>	Não
	Sim. Comente.
<i>As pessoas da sua aldeia costumam se encontrar para conversar/discutir sobre os assuntos que dizem respeito à comunidade?</i>	Não
	Sim. Comente.

Quadro 5. Inquérito realizado na esfera de qualidade de vida e percepção do local.

Fonte: Elaboração autoral (2022).

QUALIDADE DE VIDA E PERCEPÇÃO DO LOCAL	
<i>“Tenho uma boa qualidade de vida em minha aldeia”. Esta afirmação é verdadeira?</i>	Sim
	Não
	Não sei responder
<i>Fatores que eu gostaria de mudar em minha aldeia:</i>	Comentário:

A primeira visita às duas aldeias, Casmilo e de Poios, ocorreu em uma quinta-feira pelo período da tarde, durante a semana e no fim do horário laboral, é quando há probabilidade de encontrar maior circulação de pessoas nas aldeias. A segunda visita à esta aldeia ocorreu numa quarta-feira. Em Poios, pelo período da manhã e Casmilo pela parte da tarde. Em ambas as aldeias, os habitantes reportaram que já teriam participado de inquéritos semelhantes a este, e que haviam contestado com as autarquias o facto de que as propostas apresentadas nos documentos das estratégias existentes para a reabilitação destas aldeias serem destinadas aos visitantes e turistas.

Foram recolhidos um total de 20 inquéritos, (10 por aldeia) dos quais apenas 18 foram considerados para análise, devido ao facto de nos restantes terem sido preenchidos menos de 50 % da totalidade das questões. A amostra total é constituída por 18 inquéritos, dos quais 9 respondentes são da aldeia do Casmilo e 9 são da aldeia de Poios, correspondendo a 50% e 50%, respetivamente, na amostra total.

A predominância de entrevistados são homens, apresentando mais de metade da amostra (n=10; 55,5%). Além disso, observou-se também que os entrevistados estudantes foram os que apresentaram menor frequência (n=3; 16,6%). Já os grupos pertencentes aos “trabalhadores” e “reformados” apresentaram percentagens intermédias de representatividade na amostra total de 55,5% e 27,7% respetivamente (quadro 6).

Os moradores que foram entrevistados eram em sua maioria homens e trabalhadores ativos que apresentavam em média de 60 anos de idade e muitos eram responsáveis pelo rendimento familiar. Ao introduzir uma conversa inicial, explicando brevemente a pertinência deste trabalho, foi possível realizar os inquéritos com alguns moradores da aldeia de Casmilo. Os habitantes que estavam presentes na aldeia neste dia e que se disponibilizaram para responder às perguntas eram principalmente pessoas idosas. Na aldeia de Poios, os moradores que responderam ao inquérito eram adultos e alguns idosos que estavam ocupados, trabalhando nos quintais de suas casas, exercendo atividades rurais e/ou domésticas.

Ao obter resposta de 18 pessoas no total (9 por aldeia), foi possível alcançar conclusões distintas, referentes às perguntas que estavam descritas no questionário. Além disso, tornou-se possível extrair maiores informações de alguns moradores que fizeram questão de acrescentar observações à conversa. Portanto, as respostas das entrevistas, serão transcritas nos parágrafos a seguir, de forma que nos ajude a compreender melhor como ocorrem as necessidades e as dinâmicas das populações destas aldeias.

Quadro 6. Perfil dos moradores das aldeias de Casmilo e Poios.

Fonte: Elaboração autoral (2022).

ENTREVISTADOS		n	%
Género	<i>Homens</i>	10	55,5
	<i>Mulheres</i>	9	45,5
Ocupação	<i>Estudantes</i>	3	16,6
	<i>Trabalhadores</i>	10	55,5
	<i>Reformados</i>	5	27,7

Relações Sociais e Intercomunitárias

Em relação às perguntas realizadas no âmbito de relações sociais e intercomunitárias, a maioria dos moradores de ambas as aldeias responderam que costuma se reunir com amigos, familiares e vizinhos com frequência de uma a duas vezes por semana. Os habitantes das duas aldeias salientaram que possuem ótimos vínculos com os vizinhos e com a comunidade em geral, as pessoas se encontram com regularidade e buscam conviver sempre mantendo boas relações umas com as outras. Quanto aos espaços disponíveis nas aldeias para encontros e convívios com os vizinhos e amigos, os habitantes explicaram que estes encontros ocorrem normalmente nas associações, nos largos principais das aldeias e nas próprias habitações. Apesar disso, os entrevistados ressaltaram o fato da pandemia ter causado uma redução na frequência dos encontros sociais que costumavam acontecer nos espaços das associações.

Nesta aldeia, os moradores afirmaram que a associação, juntamente com a quadra são espaços bastante utilizados, mas que poderiam ser melhor aproveitados pela população, caso houvessem mais opções de atividades e dinâmicas, além de uma melhor estrutura destes ambientes. Os entrevistados que possuem filhos e netos, chegaram a comentar sobre a criação de outros espaços lúdicos na aldeia, e disseram que isto geraria mais opções de entretenimento para os “miúdos”. Na aldeia há ainda um largo central que engloba um palco coberto, o qual foi erguido em betão pelos moradores juntamente com o auxílio do município. Os moradores de Casmilo pronunciaram-se também sobre não haver um café na aldeia e informaram que há um projeto em desenvolvimento para a construção de um café vinculado ao alojamento local, que será implantado na rua do Tronco, onde se situa um antigo edifício em mau estado de conservação e que será reabilitado para dar lugar ao alojamento. Neste assunto em especial, surgiram algumas divisões de pensamentos, alguns moradores explicaram que seria bom a implantação deste tipo de estabelecimento para atrair maior movimentação para o local, outros acreditam que a inauguração de um café pode tirar o sossego e a tranquilidade da aldeia. Quanto à possibilidade de mais pessoas passarem a viver na aldeia do Casmilo, a maioria respondeu que gostariam que sim, e que faz falta a presença de novas pessoas vivendo no local.

Em Poios as respostas não foram muito diferentes, os habitantes afirmaram que tanto a sede da associação quanto o largo próximo à capela de São João são locais frequentados com regularidade. Apesar disso, os moradores reclamam do fato de não haver um café para frequentarem. Ainda que existam mais crianças vivendo nesta aldeia do que em Casmilo, não há espaços de lazer construídos para o entretenimento destes. O centro de memória de Sicó que está sendo construído na aldeia de Poios, o CIMU SICÓ – Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, tem dividido a opinião dos habitantes quanto ao desenvolvimento desta obra. Os moradores mais jovens defendem que este centro irá ajudar a atrair mais pessoas para a aldeia, e veem isto de forma otimista. Já os mais velhos, pensam que o dinheiro gasto nas obras poderia ser investido de outra forma, visando resolver os problemas dos próprios habitantes.

Dimensão qualidade de vida e percepção do lugar

A segunda esfera do inquérito pretende analisar a qualidade de vida e a percepção do local. Todos os entrevistados de ambas as aldeias responderam que vivem com uma boa qualidade de vida e que gostam de viver em suas aldeias pelo bem-estar, proximidade com a natureza, maior convívio com os vizinhos, e por toda a tranquilidade que a vida na aldeia proporciona. Quando questionados sobre os fatores que gostariam de mudar nas suas aldeias, a maioria respondeu que gostaria que houvesse maior cuidado e zelo por parte dos governantes com os problemas individuais que são apresentados pelos habitantes. Um morador de Casmilo explicou que quando foi apresentado à comunidade um dos documentos estratégicos para a aldeia, a população se contrapôs a algumas propostas pelo fato destas serem direcionadas ao turismo, quando a própria população residente não recebe tal cuidado com os problemas que apresentam à autarquia. Ainda por este mesmo morador, foram apontados uma série de problemas relativos aos serviços e espaços públicos que deverão ser solucionados na aldeia. Dentre os problemas apontados por ele, destacam-se: ausência de fibra ótica; Melhoria da iluminação pública; Necessidade de acabamento da pavimentação urbana em algumas ruas; Necessidade de limpeza e desinfecção das ruas com regularidade; Necessidade de melhorar parque de merendas, do fontenário e criar lugares para estacionamento; Necessidade de restauro de poços, eiras, muros e outros componentes de pedra existentes na aldeia; entre outros. De modo geral, grande parte dos problemas apontados relaciona-se com a falta de mobiliário e infraestrutura adequada, falta saneamento e a falta de serviços.

Além disso, os moradores relataram também que gostariam que houvessem atividades que trouxessem mais desenvolvimento para a aldeia, como atividades culturais e dinâmicas de lazer direcionadas especialmente aos moradores, e não apenas aos turistas. Em Poios os moradores não se queixaram tanto das propostas já existente que são voltadas para o turismo, pois muitos deles esperam que mais pessoas passem a viver na aldeia e que essas intervenções sejam suficientes para trazer as melhorias necessárias nas infraestruturas e serviços.

2.2.2 Diagnóstico/Caracterização das áreas públicas das aldeias de Casmilo e Poios

Ainda durante a visita em campo e após realizar os inquéritos com os moradores das aldeias do Casmilo e Poios, foi possível proceder a um levantamento fotográfico dos espaços públicos das aldeias e observar as condições e o estado de conservação que estes ambientes se encontram. A partir disto, tornou-se possível compreender quais, os espaços públicos disponíveis nas aldeias para o convívio dos moradores e quais as características destes espaços, procurando compreender se respondem às necessidades da própria população. Os espaços públicos degradados subutilizados são ambientes que provocam também o abandono da população. Ao avistarem prédios abandonados, ruas malcuidadas, inexistência de equipamentos e infraestrutura pública no território em que habitam, as pessoas das aldeias sentem-se esquecidas. E uma vez que, as melhorias de infraestrutura e atividades nestes lugares passam a serem desenvolvidas com o foco principal no turismo, como referiram alguns entrevistados, sem a pretensão de melhoria das condições de habitabilidade, e ainda sem favorecer o bem-estar da população residente, ocorre especulação imobiliária e fuga de alguns jovens moradores para outras aldeias ou cidades vizinhas.

Conforme já referido anteriormente, o espaço público é fundamental para que ocorram os momentos de convívio entre a comunidade, sendo acima de tudo um espaço de encontro e de trocas sociais. Por isso, a seguir, serão mapeados os espaços públicos existentes nas aldeias do Casmilo e Poios, a fim de identificar os principais problemas existentes na qualidade dos espaços públicos. Como espaço público forma classificados todos os espaços exteriores que foram delimitados na área de Reabilitação Urbana como as ruas, os largos, os espaços de circulação e os espaços de lazer/recreação e de contemplação. Além disso, considera-se também os espaços públicos edificados, como a sede das associações locais existentes tanto na aldeia do Casmilo, quanto na aldeia de Poios.

Casmilo

Eixos viários

Em primeira análise destaca-se, à partida e de acordo com a hierarquia viária, os espaços públicos que se desenvolvem ao longo da circulação principal e as vias de passagem que surgem a partir desta. Os passeios das vias secundárias encontram-se nivelados com as faixas de rodagem, e são pavimentados com cubos de pedra, o que poderá dificultar as deslocações de pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente no uso de cadeira de rodas. Não há transição definida entre a via e o passeio e além disso, as zonas de passeadeiras apresentam largura variável, consoante ao perfil dos arruamentos. A maioria das restantes vias de circulação agrícola/ florestal da ARU não possuem revestimento, estas apenas apresentam um caminho traçado em terra batida.

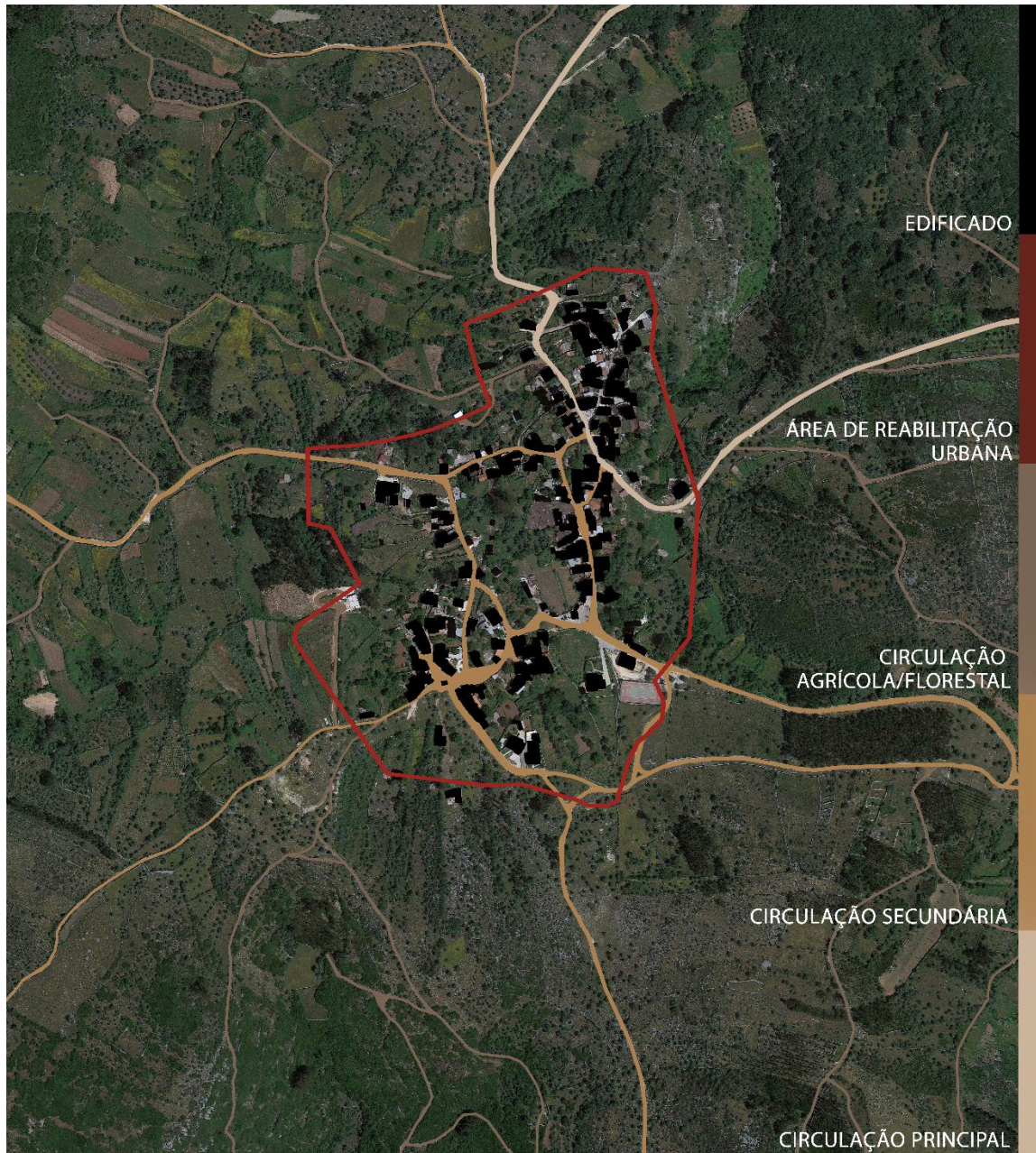


Figura 41. Mapa com hierarquia de circulações da ARU do Casmilo

Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022).



Figura 42. *Rua do Tronco, Largo do cruzeiro e Largo da Capelinha na aldeia de Casmilo*
Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022).



Figura 43. *Rua do Tronco.*
Fonte: Arquivo pessoal do Professor Adelino Gonçalves: imagens dos estudantes do MIA (2020)



Figura 44. Estrada e passeios da aldeia do Casmilo
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 45 e 46. Pastores com seu rebanho de cabras nas vias do Casmilo.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 47. *Carros estacionados na aldeia do Casmilo.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

Praças e largos

Os principais espaços públicos são compostos pelo Largo do Cruzeiro ou Largo da Capela de São Paulo, Largo da zona do palco, pela sede da Associação de moradores e pelo largo da capelinha. Para além da vivência que proporciona na aldeia, estes espaços caracterizam-se pelo seu bom estado de conservação e pela sua dimensão no contexto do território.

Apesar da importância dos largos para a organização da aldeia, estes ambientes não se encontram devidamente equipados com mobiliário urbano (bancos, contentores de lixo, iluminação, Wc) que atenda às necessidades dos moradores e de quem visita o local. A falta de mobiliário que sejam convidativos para permanecer nestes locais, faz com que sejam pouco utilizados por quem lá transita, isto é, são sobretudo espaços de passagem.

Na zona do palco, identifica-se um espaço público formalizado pelo Largo da Rua do Troco, um fator diferenciador da aldeia que costuma servir de estacionamento em dias comuns. O largo integra uma zona com um palco coberto, e caracteriza-se pelo razoável estado de conservação da via e dos passeios. Está equipado com algum mobiliário urbano, designadamente contentores do lixo. Apresenta um fluxo de passagem não tão intenso e é um lugar de permanência diminuta, em muito devido a falta de bancos para as pessoas sentarem-se.

Espaços Públicos de Interesse

- 1 - Largo da capela de São Paulo
- 2 - Zona do Palco
- 3 - Associação dos moradores
- 4 - Largo da Capelinha

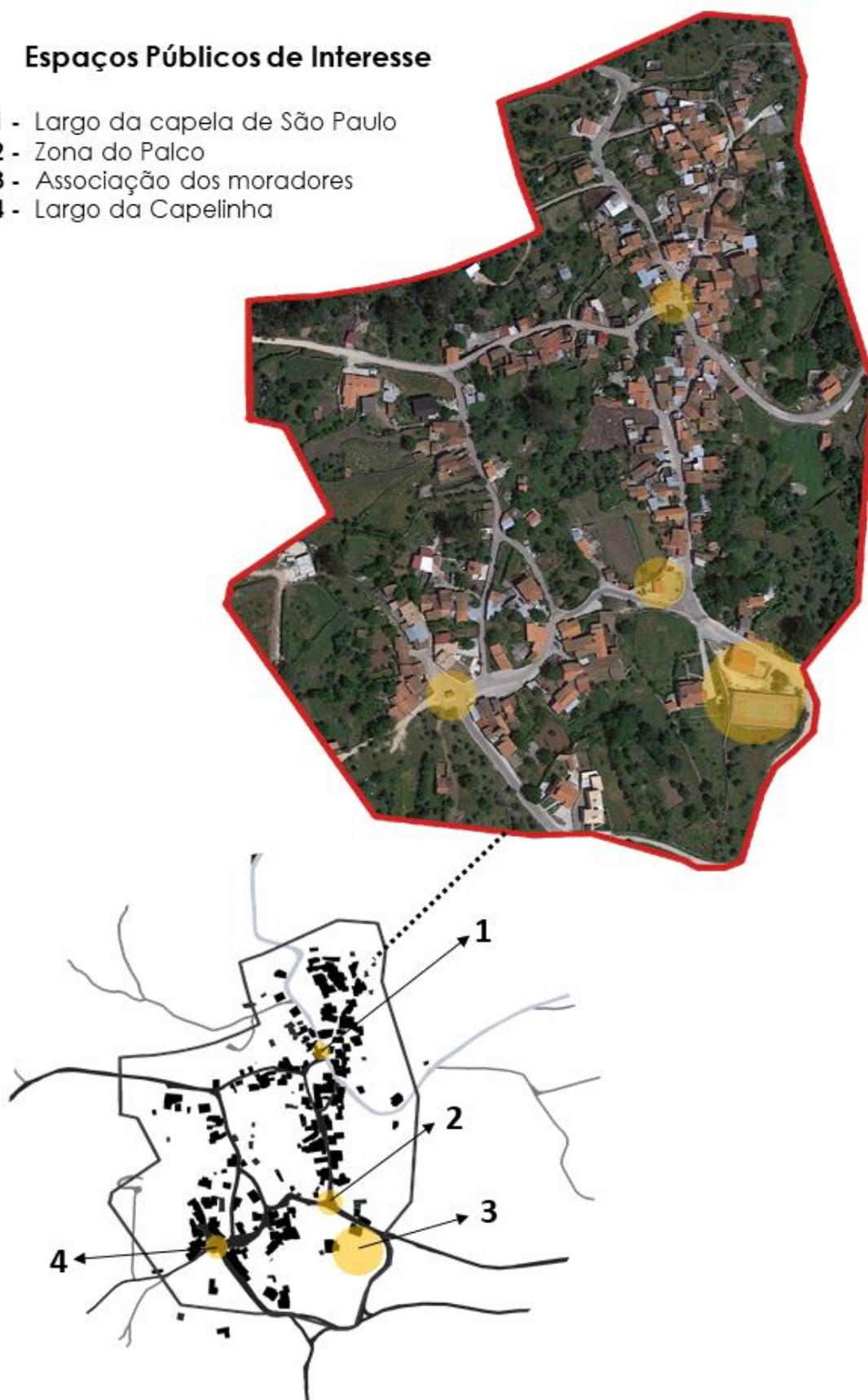


Figura 48. Mapeamento dos espaços públicos de Interesse da aldeia do Casmilo
Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022)



Figura 49. *Palco do espaço público de encontro na aldeia do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 50. *Zona do Palco, espaço público de encontro na aldeia do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 51. *Rua do Tronco, próxima a zona do palco.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 52. *Largo do Cruzeiro*
Figura 53. *Largo da Capelinha*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo (CRCDC) –
Associação dos Moradores

O CRCDC é bastante utilizado, especialmente pelos moradores e costuma ser local onde a maioria dos convívios da aldeia ocorre com maior durabilidade. O edifício apresenta-se em bom estado de conservação e é estruturado com um bar, uma cozinha, espaço para refeições, um salão com um espaço para palco e uma casa de banho. Além disso, na parte externa, no lado sul da entrada da associação, é possível ter acesso ao campo de futebol que também se encontra em bom estado. Por sua vez, também no exterior, mas no lado nascente, localizam-se bancos e mesas que servem para o convívio dos moradores na área externa e que também são utilizados por visitantes que costumam fazer piqueniques no local.

Apesar deste ser um ambiente bem estruturado, as instalações do CRCDC, juntamente com a sua envolvente podem ser melhorados, mediante a reforma do passeio, implemento de uma rampa de acesso a deficientes, e construção de um forno comunitário para que os moradores possam fazer uso e transmitir os saberes da gastronomia local. Além disso, também podem ser visadas algumas melhorias para o parque de merendas, como a restauração do fontenário e a criação de lugares para estacionamento. O espaço destinado ao campo de futebol ainda pode ser ampliado, para dar espaço a outras atividades e dinâmicas de lazer.

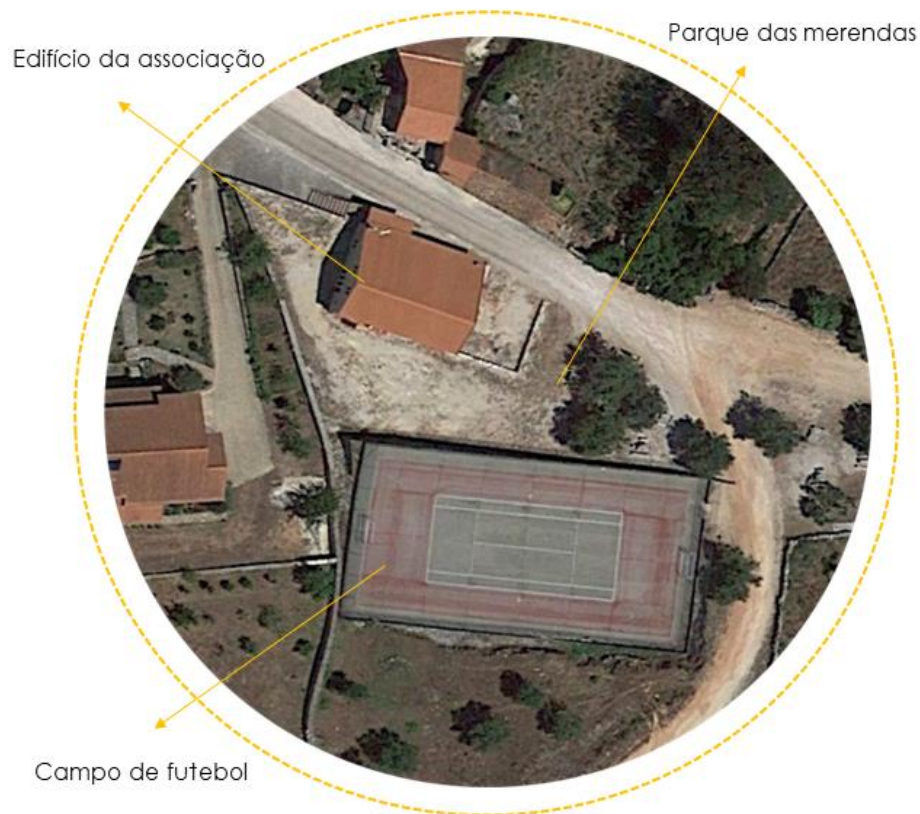


Figura 54. Imagem satélite CRCDC.

Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022).



Figuras 55 e 56. *Instalações do Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 57 e 58. Escadas de acesso à instalação do Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo, 2022.

Fonte: Elaboração Autoral (2022)

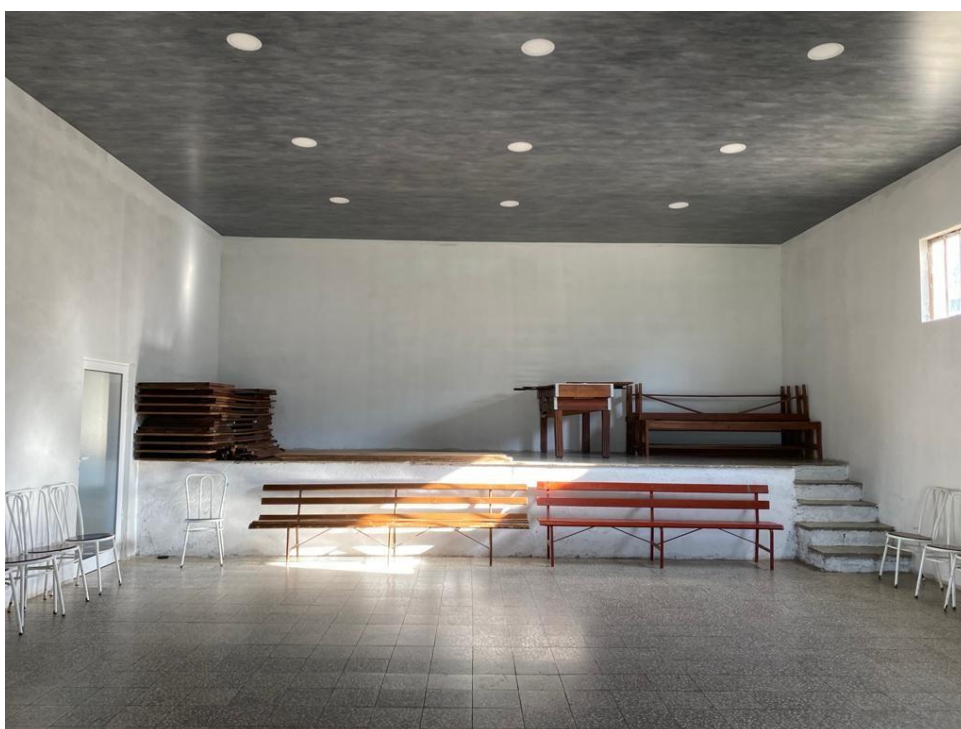


Figura 59. Espaço Interno, zona do palco da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.

Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 60. Espaço Interno da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 61. Cozinha da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 62. Espaço interno de refeições da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

A reabilitação participada do espaço público



Figura 63. *Bar da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 64. *Parque das merendas da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 65. *Fontanário da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 66. Espaço externo da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 67. Campo de Futebol da aldeia do Casmilo, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

Poios

Eixo Viário

A via de circulação principal e as ruas de circulação secundária de Poios possuem pavimentação asfáltica, priorizam a passagem de carros pela aldeia e encontram-se em bom estado de conservação. A Rua Nossa Srª da Estrela é a via principal que atravessa o aglomerado e é a circulação preferencial tanto para a passagem de carros, quanto de pessoas, assim como também para os pastores que passam com os seus rebanhos. Esta rua apresenta várias ramificações, que levam tanto às vias de passagem secundária quanto as vias de circulação agrícola/ florestal.

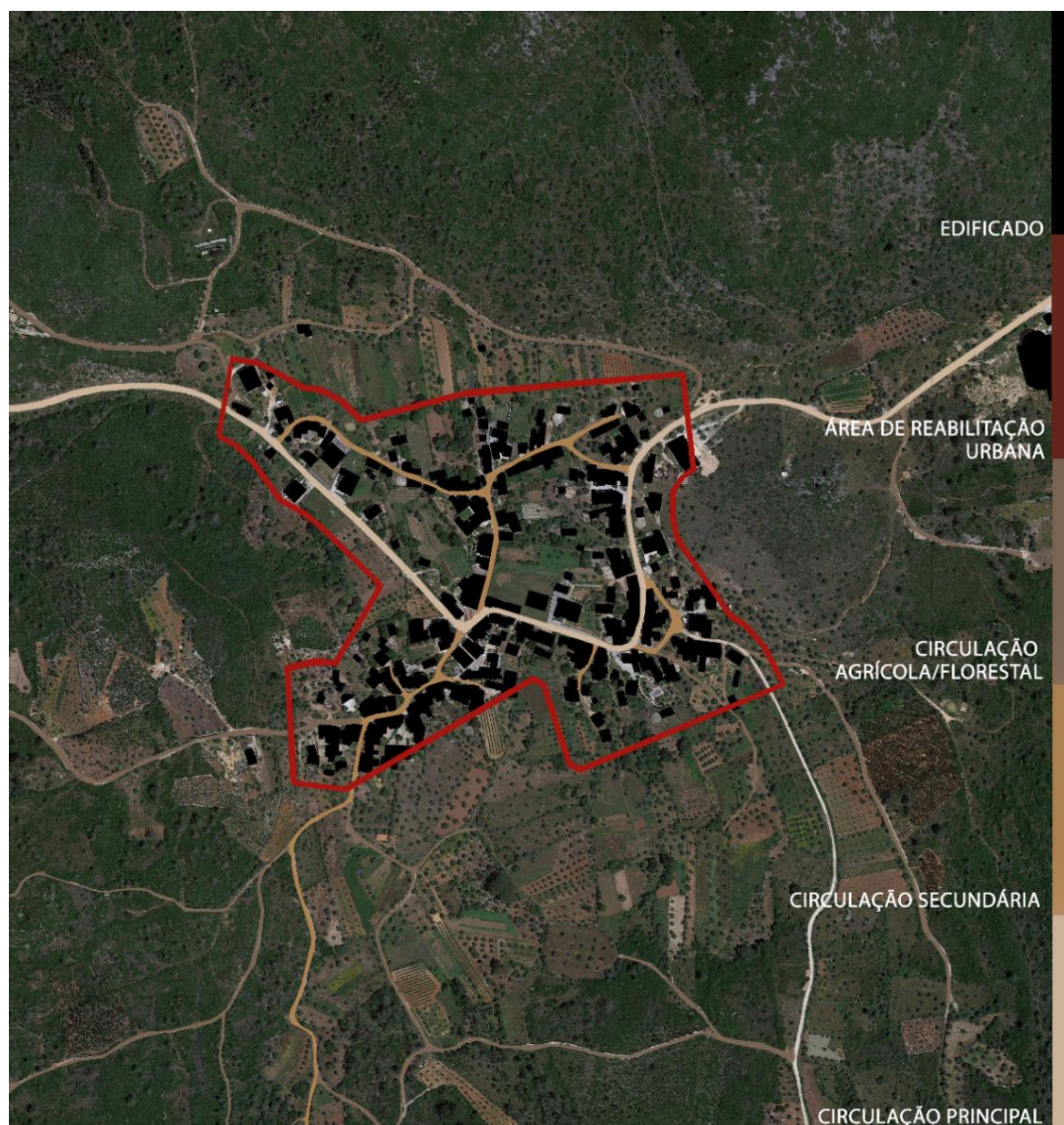


Figura 68. Mapa com hierarquia de circulações da ARU de Poios

Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022).

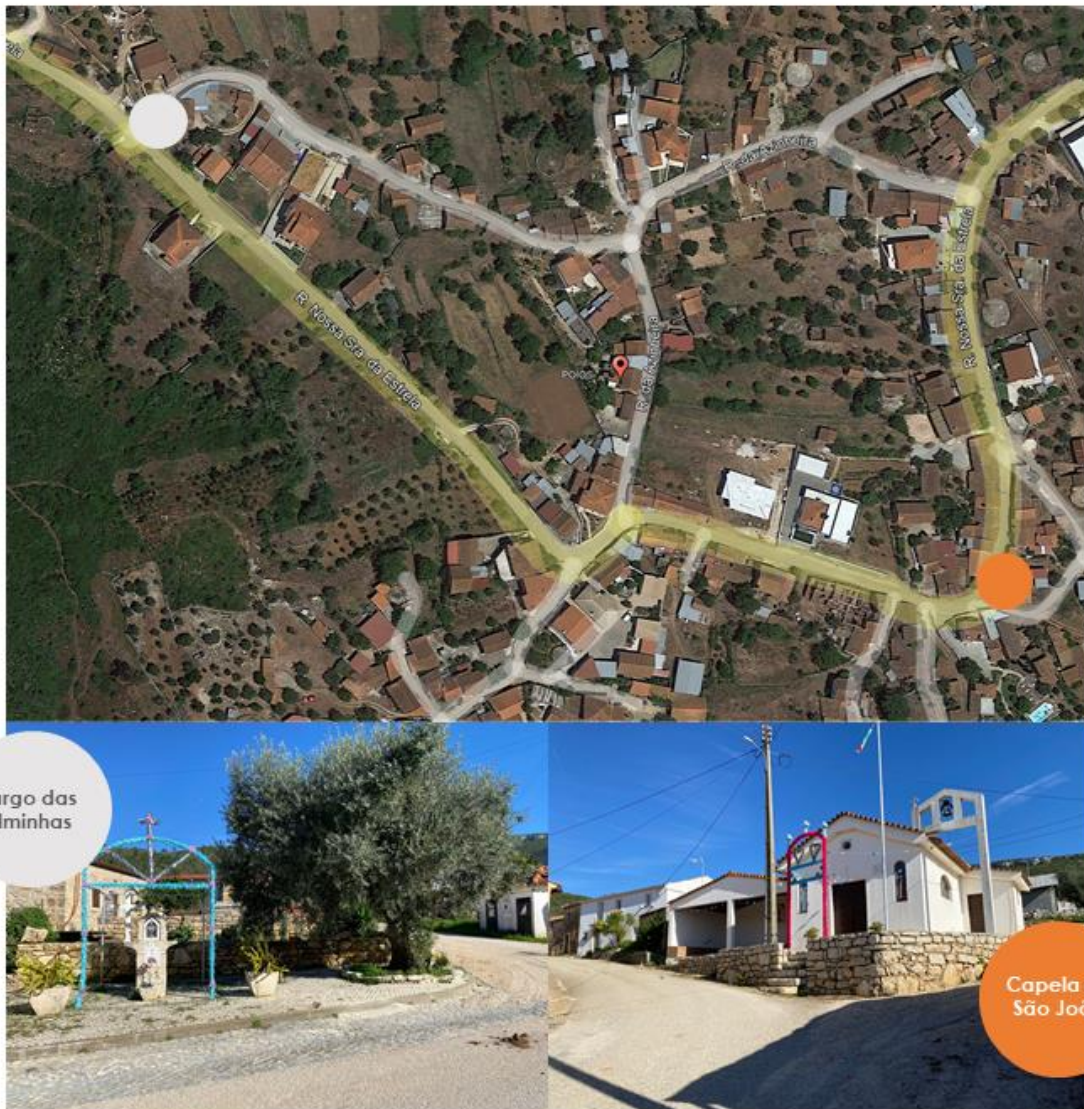


Figura 69. Rua da Estrela, Largo da capela das Alminhas e capela de são João na aldeia de Casmilo
Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022).



Figura 70. Via principal da aldeia de Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

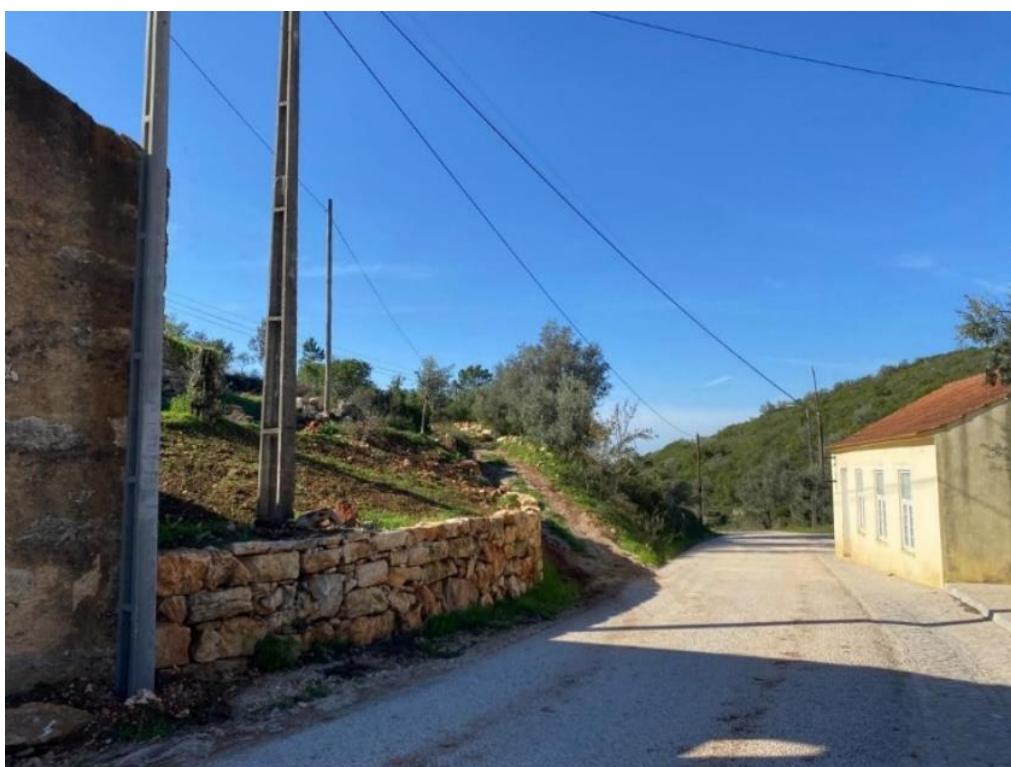


Figura 71. Arruamento da aldeia de Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 72 e 73. *Pavimentação da rua da aldeia de Poios, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 74. *Via secundária com da aldeia de Poios pavimentação asfáltica, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 75. *Via secundária da aldeia de Poios com pavimentação em cubos de pedra, 2022.*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

Os espaços públicos da aldeia encontram-se localizados no decorrer da via principal. Os passeios, por sua vez, não existem ao longo da via. Os que existem são pavimentados com calçada de microcubo de pedra calcária. As vias secundárias encontram-se em mau estado de conservação, considerando a sua pavimentação asfáltica desgastada e a inexistência de passeios para peões. Em outros casos, as vias secundárias são completamente revestidas em cubos de pedra, não existindo o pavimento asfaltado. As restantes vias de circulação agrícola/ florestal da aldeia não possuem revestimento e apenas apresentam um caminho em terra batida. O aglomerado de Poios também não dispõe de um estacionamento formal para os visitantes que passam pela aldeia. Os condutores costumam estacionar seus veículos em frente das casas, nos passeios ou próximo da associação dos moradores, a Estrela Poiense.

Praças e largos

Os principais espaços públicos de Poios são compostos pelo Largo das Alminhas e pelo Adro da Igreja de São João. Estes espaços possibilitam o convívio entre os moradores da aldeia, e localizam-se ao longo da via de circulação principal. São espaços importantes para a organização física e para o funcionalismo da aldeia, pois são pontos de referência, e locais de reunião e encontro entre os moradores. Apesar do bom estado de conservação que estes ambientes se encontram, a realização de algumas melhorias como, a implementação de bancos e melhoria na iluminação das vias públicas, poderá contribuir para o aumento na frequência de utilização pelos moradores. Assim como na aldeia do Casmilo, a ausência de mobiliários que sejam convidativos a permanecer nestes locais, fazem com que sejam pouco aproveitados pelos transientes.

Espaços Públicos de Interesse

- 1 - Largo das Alminhas
- 2 - Adro da Igreja de São João
- 3 - Associação dos moradores

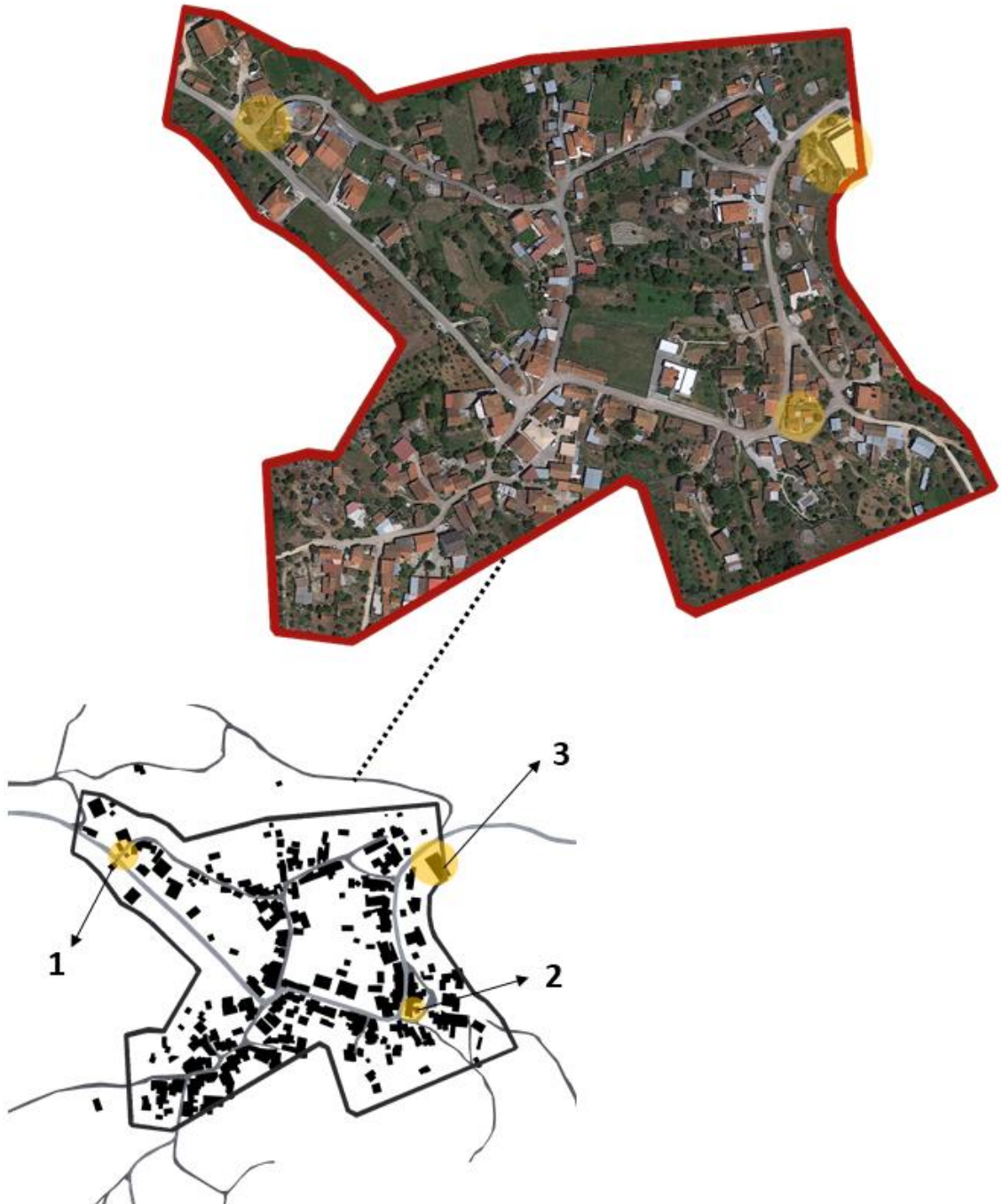


Figura 76. Mapeamento dos espaços públicos de Interesse da aldeia de Poios
Fonte: Elaboração autoral com base em imagem via satélite de Google Earth (2022)



Figuras 77 e 78. Adro da Igreja de São João, Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figuras 79 e 80. Largo das Alminhas, Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

Associação dos Moradores

Assim como em Casmilo, a sede da associação dos moradores, a Estrela Poiense, é um espaço bastante utilizado pelos habitantes, que aqui costumam encontrar-se aos finais de semana para jogar cartas e socializarem. O edifício encontra-se em bom estado de conservação e é estruturado com um bar, uma cozinha, espaço para refeições, um salão com um espaço para palco e uma casa de banho.

No entanto, para além do edifício não se enquadrar na paisagem da aldeia, ao nível do interior apresenta alguns problemas na organização e não dispõe de espaços capazes de responder às necessidades da aldeia. Assim sendo, espaço poderia ser melhor desenvolvido para atender à população da aldeia, mediante a reorganização do seu espaço interno, para atender a atividades educacionais e culturais e recreativas na aldeia. Além disso, a envolvente deste espaço pode ser requalificada e abrigar um estacionamento adequado para os visitantes. A melhoria da iluminação pública nos arredores da associação também pode ser uma melhoria a considerar, assim como os demais espaços públicos das aldeias. Diferente da aldeia do Casmilo, e apesar de existirem mais pessoas vivendo no aglomerado de Poios, esta aldeia disponibiliza poucas opções de convívio em áreas externas. Não existe na aldeia um campo de jogos ou um parque de merendas, por exemplo. A implementação destes elementos, além da criação de equipamentos coletivos como um forno comunitário poderá ser extremamente favorável para convívio dos moradores de Poios.



Figuras 81 e 82. Associação dos moradores da aldeia de Poios, 2022.

Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 83. Acesso à instalação da Associação dos Moradores de Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 84. Espaço Interno, zona do palco da Associação dos moradores da aldeia de Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)



Figura 85. Espaço interno de refeições da Associação dos moradores da aldeia de Poios, 2022.
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

2.2.3 Análises PEST e SWOT

Com o objetivo de elaborar estratégias para a requalificação do espaço público que servirão de inigção para a promoção das ações participativas, este capítulo apresenta um diagnóstico dos espaços públicos das aldeias de Casmilo (Condeixa-a-Nova) e Poios (Pombal). Para isto, após a recolha de dados na fase anterior, optou-se pela realização de uma análise PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica) para averiguar os fatores relacionados com a ativação do potencial do espaço público, no sentido de delimitar possíveis consequências da inclusão da participação cidadã. Além disso, é também apresentada uma análise SWOT (FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), com o intuito de identificar os critérios essenciais para a requalificação dos espaços públicos das aldeias.

As análises realizadas nesta etapa tiveram em conta o resultado da pesquisa de campo, os inquéritos efetuados com os moradores, e os documentos estratégicos existentes para a RAC juntamente com os Planos Diretores Municipais dos dois municípios. Somado a isso, a perceção da autora desta dissertação foi igualmente atribuída às análises. Estas análises possuem o intuito de disponibilizar uma perspetiva qualificada para a proposta de atuação da reabilitação do espaço público, que servirá para impulsionar o desenvolvimento de ações participativas.

ANÁLISE PEST PERTINENTE AO ESPAÇO PÚBLICO DAS ALDEIAS DO CASMILO E POIOS

A partir das informações obtidas nos subcapítulos anteriores, torna-se possível analisar objetivos pretendidos para os espaços públicos das aldeias de Casmilo e Poios. Para isto, considera-se os assuntos expostos pelas comunidades das duas aldeias, mediante os inquéritos realizados, considerando a influencia destes espaços na qualidade de vida dos habitantes. A análise dos fatores políticos e económicos, sociais e tecnológicos tem como base as dimensões gerais dos problemas que foram apresentados nas duas aldeias.

→ **Fatores Políticos**

Devido a Associação Terras de Sicó, nota-se que os municípios têm se esforçado para o cumprimento de estudos e programas que visam a melhoria e o desenvolvimento local para a região de Sicó. Entretanto, os moradores continuam insatisfeitos e sentem-se esquecidos pelos governantes, alegando que as melhorias em curso no território priorizam apenas o turismo.

A elaboração das ORU's das aldeias do Casmilo e de Poios abrem possibilidades em termos de acesso a instrumentos de financiamento e possibilitam um conjunto de apoios e incentivos administrativos, financeiros e fiscais. Para além disso, as ARU's, já delimitadas, juntamente com os objetivos de melhoria da qualidade do espaço público e do desenvolvimento da comunidade local, são oportunidades atribuídas a esfera política. Portanto, a requalificação dos espaços públicos das aldeias (as vias de acessos, os passeios, os espaços de convívio, as sedes das associações, o mobiliário urbano e os equipamentos comunitários), é uma ação da responsabilidade dos governantes, e cabe a estes contribuírem para as melhorias destes espaços. Diante disto, identifica-se também uma oportunidade de implementar nos instrumentos estratégicos que serão criados a partir das ORU's, critérios que subjazem a participação cidadã.

→ **Fatores Económicos:**

Em Casmilo e Poios, assim como nas demais aldeias da região de Sicó, existe a produção de produtos endógenos (queijo, azeite, vinho e outros produtos artesanais). Tendo isto em consideração, a venda dos produtos locais, juntamente com a qualificação dos moradores para a produção legal destes produtos, poderá ser uma oportunidade para a economia local e para o desenvolvimento económico das aldeias.

A atribuição do selo de Denominação de Origem Protegida (DOP), também é um fator economicamente positivo que tem sido realizada pela Associação Terras de Sicó para que os produtos possam ser vendidos acompanhados das condutas legais, interna ou externamente, visando o complemento da renda de famílias interessadas. O turismo rural poderá então ser aproveitado como potencialidade, e utilizado de forma estratégica para a melhoria económica da região, a fim de concordar com os anseios da população habitante.

O planeamento adequado deve priorizar as opiniões dos moradores, para que o turismo não se torne uma ameaça no local, mas, sim, uma oportunidade. Logo, a criação de espaços de convívio destinados ao manuseio, aprendizagem, e qualificação dos produtos endógenos, também é de extrema relevância para a economia das aldeias e da promoção do turismo de melhor qualidade na região. Deste modo, a população terá mais oportunidades de dinâmicas coletivas, que serão destinadas a realização de atividades relacionadas com a cultura e identidade do local. Os espaços destinados a estas ações podem, contudo, também ser considerados ambientes que promovem a socialização das comunidades.

→ **Fatores Sociais:**

Os laços de convívio social tornam-se mais estreitos em comunidades menores. Logo, as aldeias costumam ser propícias a maior interação social em comunidade quando comparadas aos grandes centros urbanos. Porém, a falta de qualidade nos espaços públicos interfere diretamente nos encontros que podem ocorrer nestes espaços, fazendo com que os mesmos sejam breves e pouco estimulantes. As associações são os ambientes em que a população se sente mais à vontade em utilizar, entretanto, estes espaços possuem horários limitados de utilização.

Nas aldeias, que por vezes apresentam uma baixa densidade demográfica, é importante que haja o convívio entre os moradores para que estes não se sintam isolados e esquecidos. Portanto, os espaços públicos de convívio ajudam a proporcionar uma boa saúde mental e bem-estar aos habitantes. É importante visar a requalificação destes espaços, levando sempre em consideração a opinião dos moradores à cerca das intervenções que sejam visadas para estes locais.

→ **Fatores Tecnológicos:**

A utilização das plataformas digitais como meio de informação, já é algo comum para os habitantes das aldeias do Casmilo e de Poios. Como já referido em resposta aos inquéritos, o Facebook é uma ferramenta bastante utilizada pela comunidade e para a comunicação entre eles quando é para informar a cerca dos eventos e dos acontecimentos nas aldeias. No entanto, principalmente na aldeia do Casmilo, a cobertura de rede móvel e de internet não são suficientes para atender a demanda de usuários. Logo, para que a tecnologia seja um fator favorável, será necessário fornecer uma melhoria na qualidade das redes de internet.

Através da formulação de inquéritos e fóruns de debates online para saber o nível de satisfação da população, estima-se que a tecnologia possa ser utilizada também a favor da requalificação dos espaços públicos. Para isto, deverá ser considerada a participação cívica em cada etapa das intervenções e a internet deverá facilitar os meios de informação, comunicação e de monitoramento das obras visadas para os espaços públicos que virão a ser realizadas nas aldeias.

Quadro 7. Análise PEST das Aldeias do Casmilo e Poios.

Fonte: Elaboração Autoral (2022)

P	A elaboração das ORU's, abrem possibilidades em termos de acesso a instrumentos de financiamento e, possibilitam um conjunto de apoios e incentivos administrativos, financeiros e fiscais para a requalificação do espaço público.
E	Produção interna de produtos endógenos.
S	Associação e os demais espaços públicos de convívio ajudam a proporcionar uma boa saúde mental e qualidade de vida aos habitantes.
T	Utilização das plataformas online a favor da requalificação dos espaços públicos.

ANÁLISE FOFA PERTINENTE AO ESPAÇO PÚBLICO DAS ALDEIAS DO CASMILO E POIOS

→ FORÇAS

Dentre as forças encontradas nas aldeias em estudo, podemos destacar o forte senso de comunidade. É possível perceber, através dos inquéritos realizados, que os moradores interagem bastante entre si e que anseiam pela oportunidade da melhoria nos espaços de convívio. Neste sentido, a existência de espaços de uso comum para o convívio nas aldeias, como as sedes das associações e os largos, é importante para reforçar a vida em comunidade nas duas aldeias.

As festas religiosas que ocorrem em honra aos santos São Paulo e São João nas aldeias do Casmilo e Poios, respectivamente, são eventos que reúnem os moradores em uma determinada data especial, para celebrar as suas crenças e festejar em comunidade. É sempre relevante lembrarmos que a vida em comunidade depende dos espaços públicos para que os encontros, debates e demais eventos coletivos aconteçam. Portanto, os ambientes que fazem parte da ativação de um potencial local que é a vida em comunidade, precisam ser cuidados e mais bem preparados para receber os seus usuários.

→ OPORTUNIDADES

As oportunidades passam pela estratégia de desenvolvimento turístico da região e pelo trabalho em curso para a classificação de Sicó como Área de Paisagem Protegida, bem como o trabalho iniciado para preparar a candidatura dos muros de pedra seca à Lista de Património Mundial. Estas são oportunidades que ajudam a fomentar a autoestima dos moradores pelo espaço habitado.

→ FRAQUEZAS:

As fraquezas baseiam-se na falta de interesse das comunidades, cansadas de se envolverem em ações que não se concretizam. Além disso, o envelhecimento da população em ambas as aldeias que contribui para que haja um nível reduzido de interações entre as pessoas por conta da fraca capacidade de mobilidade.

→ AMEAÇAS

Uma das ameaças existentes, não só entre as aldeias do Casmilo e de Poios, mas em todas as aldeias que integram a RAC, é a falta de atenção e resposta do município às necessidades da comunidade local e o desenvolvimento turístico em outros locais que retirem os turistas da RAC. Somado a isto, a baixa utilização dos espaços de uso comum pelos moradores das aldeias, é uma ameaça preocupante para o património edificado e para a vitalidade do território, tendo em vista que a não utilização destes ambientes podem ocasionar a degradação dos espaços, fazendo com as aldeias se tonem cada vez menos atrativas.

Quadro 8. Análise FOFA das Aldeias do Casmilo e Poios.

Fonte: Elaboração Autoral (2022)

F	Forte senso de comunidade nas aldeias; Existencia de espaços de uso coletivo e Associação dos moradores.
O	Estratégia de desenvolvimento turístico da região; Trabalho em curso para a classificação de Sicó como Área de Paisagem Protegida; Trabalho iniciado para preparar a candidatura dos muros de pedra seca à Lista de Património Mundial.
F	Falta de interesse das comunidades, cansadas de se envolverem em ações que não se concretizam; O envelhecimento da população em ambas as aldeias.
A	A falta de atenção e resposta do município às necessidades da comunidade local e o desenvolvimento turístico em outros locais que retirem os turistas da RAC; A baixa utilização dos espaços de uso comum pelos moradores das aldeias, é uma ameaça para o património edificado e para a vitalidade do território.

2.2.4 Estratégias de atuação para as aldeias de Casmilo e Poios

Após o diagnóstico dos espaços públicos das aldeias do Casmilo e de Poios, este capítulo tem como propósito apresentar estratégias de atuação, voltadas ao espaço público. Em consonância a isto, serão incrementadas algumas propostas de ação participativa, que servirão como contributo para a reabilitação das aldeias em estudo. As aldeias do Casmilo e de Poios possuem algumas insuficiências em seus espaços de uso comum que acabam por ocasionar na falta de atratividade e abandono do espaço por parte dos habitantes. Portanto, as propostas destinadas ao espaço público servirão como ignição ao processo participativo, e as propostas das ações participativas acrescentadas a seguir, irão auxiliar no reforço das relações comunitárias e no estímulo pelo sentimento de pertença pelo território.

A reabilitação dos espaços públicos envolvendo a população, servirá para despertar nas comunidades o interesse pela utilização dos espaços comuns, proporcionando ambientes de interação que contribuam para a valorização das aldeias. As propostas foram desenvolvidas de acordo com as dificuldades referidas pelos moradores nos inquéritos e entrevistas realizados *in loco*. As intervenções objetivadas para a requalificação do espaço público das aldeias do Casmilo e Poios devem estar fundamentadas em princípios sustentáveis e considerar elementos ambientais, sociais e económicos envolvidos no desenvolvimento das propostas que visem o bem estar da população habitante. Além disso, as propostas buscam dar resposta às necessidades sentidas pelos habitantes das aldeias em estudo.

A estratégia de requalificação dos espaços públicos passa por assegurar o conforto e bem estar aos seus utilizadores, priorizando soluções sustentáveis e assegurando que as características especiais das aldeias não serão desqualificadas. Considerando a revitalização dos principais espaços públicos da aldeia, ajudando a manter a preservação da paisagem rural, atuando contra a desertificação destas aldeias e salvaguardando os seus valores históricos e culturais.

Casmilo

Eixos viários

Como já visto no diagnóstico anterior, acesso principal da aldeia é a Rua do Tronco que, atualmente, é revestida em asfalto e prioriza a passagem de automóveis. À esta via é proposto um novo perfil de arruamento, potencializando o desenho existente, através da substituição do seu pavimento asfáltico, por cubo de pedras calcárias, para priorizar a passagem de pessoas e animais da aldeia. O perfil da rua também é repensado de forma a aproveitar a captação da água da chuva.

Para requalificar os espaços públicos da aldeia, será previsto ao longo das vias principais iluminação pública, implementação de mobiliários urbanos como bancos e contentores de lixo. Além disso, alguns dos caminhos do interior da aldeia terão de ser requalificados, com a melhoria e troca da pavimentação.

Para evitar a permanência de automóveis no centro da aldeia, será delimitada uma zona para estacionamento próximo ao parque de merendas da associação, que será destinada tanto à comunidade quanto aos visitantes, afim de manter a organização na aldeia e deslocar os automóveis que ficam estacionados em locais de encontro e passagem dos moradores.

Praças e Largos

A zona do palco, localizada na Rua do Tronco, apesar de ser um espaço de encontro situada na zona central na aldeia, é um espaço utilizado pelos habitantes apenas em ocasiões especiais. Com a introdução do mobiliário urbano adequado, que esteja de acordo com as características locais, esta zona poderá ser melhor aproveitada pelos moradores que param para descansar e conviver, passando a ser um espaço de permanência durante o quotidiano.

Por ser um espaço central, e afim de recuperar a atratividade na aldeia, a zona do palco será destinada a realização de feiras periódicas, em cenários de maior demanda turística, que serão destinadas a exposição e degustação dos produtos locais. Além disto, na zona voltada para o largo deve funcionar uma loja, onde podem ser vendidos produtos criados na aldeia, como um posto de turismo destinado à venda destes produtos. Este espaço de caráter público será, portanto, utilizado tanto pelos habitantes da aldeia como pelos seus visitantes, buscando potencializar o turismo a favor dos interesses dos moradores locais.

Os demais largos também serão requalificados a fim de serem mais aproveitados pelos habitantes das aldeias. No Largo do Cruzeiro serão implementados bancos e contentores de lixo, para que os moradores possam se reunir após as celebrações da missa aos domingos. Além disso, a cruz do Largo do Cruzeiro será limpa e restaurada. No Largo da Capelinha serão melhoradas as condições de iluminação, além da pavimentação que passará a ser também em cubos de pedras calcárias. Os edifícios no entorno que se encontram em ruína serão recuperados e destinados ao funcionamento de atividades de pedagógicas e à realização de oficinas e workshops para a prática de manuseamento dos produtos endógenos.

A reabilitação participada do espaço público

Associação dos Moradores (CRCDC)

Este espaço, será destinado ao desenvolvimento de atividades recreativas. O edifício será, portanto, reorganizado no seu interior, e o seu exterior passará por um melhoramento em seus acabamentos, harmonizando sua integração com os demais conjuntos de edificados. As melhorias nas condições de acessibilidade e conforto do local são empregues mediante a implementação de rampas de acesso ao edifício para pessoas com mobilidade reduzida, criação de mais uma casa de banho e substituição dos mobiliários do salão principal.

Para tal, na zona voltada para a associação, deverá funcionar um espaço destinado também ao forno comunitário, que, assim como as demais intervenções foi colocado como uma necessidade pelos habitantes do Casmilo. Este será um proveito do CRCD, destinados a utilização pelos moradores da aldeia. Será prevista para o parque de merendas a restauração do fontenário e a criação de lugares para estacionamento. Além disso, o campo de futebol será ampliado e receberá os mobiliários adequados para dar espaço a outras atividades e dinâmicas de lazer.

Infraestruturas

A aldeia deverá ser dotada de infraestruturas públicas que garantam o seu funcionamento e a melhoria na qualidade de vida dos habitantes, tais como redes de águas e esgotos, de eletricidade, telefone e internet. Além disso, a aldeia terá um espaço destinado ao tratamento de águas pluviais, esta será recolhida e direcionada para um tanque subterrâneo, onde é feita a decantação de resíduos. Após a decantação, água recolhida receberá o devido tratamento para que possa ser utilizada em fins em não potáveis.

Poios

Eixos viários

As vias principais do aglomerado de Poios contarão com novos perfis viários, além da substituição do seu pavimento asfáltico pelo microcubo de pedra calcária. As vias secundárias, as quais se encontram com a pavimentação asfáltica desgastada, passarão também, a serem todas revestidas em cubos de pedra, priorizando a passagem de pessoas e animais e reforçando a identidade da aldeia calcária

Será criado ainda espaços de estacionamento para automóveis destinados à moradores e visitantes. Os arruamentos públicos da aldeia, contarão com a implementação de iluminação, mobiliários urbanos, e cuidados paisagísticos. Além disso, ao longo da via principal, Rua Nossa Srª da Estrela, será recuperado os muros de pedra seca existentes, e que fazem parte da identidade do local.

Adros e Largos

Para a requalificação do Largo das Alminhas, será previsto em seu entorno a implementação de bancos e melhoria na iluminação das vias públicas, com o intuito de aumentar a permanência dos moradores no local de convívio. A edificação existente em ruínas em frente ao Largo das Alminhas, onde funcionava uma antiga escola, será restaurado e dará lugar a um café, destinado aos moradores e visitantes da aldeia. Tudo isto, considerando os desejos dos moradores locais, que gostariam que houvessem mais pessoas que sejam atraídas a viver na aldeia.

A entrada pela aldeia que tem acesso por detrás da Capela de São João, localizada no Vale de Poios, propõe-se, além da pavimentação das vias, a criação de um espaço destinado a venda de endógenos e um ponto turístico. O ambiente irá conter casas de banho e espaços destinados a guardar equipamentos desportivos, que servirão de apoio para os turistas, ajudando a manter a limpeza e organização da aldeia.

Associação dos Moradores (Estrela Poiense)

A partir da requalificação do edifício destinado a associação dos moradores e edificado em volta, a potencialização urbana da urbanidade do ponto central identitário da aldeia de Poios irá contribuir para o desenvolvimento da vida pública e da reutilização destes espaços pelos habitantes, trazendo de volta a vitalidade local. O espaço interno da Estrela Poiense deverá ser reorganizado e o seu mobiliário deverá ser aumentado e substituído, a fim de corresponder às futuras necessidades de funcionamento do espaço.

Numa das edificações envolventes que das quais serão requalificadas, deverá funcionar um espaço destinado ao tanque e ao forno comunitário, que deverá fazer ligação com um parque de merendas ao ar livre. Será prevista nesta zona, a criação de lugares para estacionamento de automóveis. Além disso, será desenvolvido para a área envolvente à associação, a criação de um campo de futebol e outras atividades e dinâmicas de lazer.

Infraestruturas

Assim como em Casmilo, a aldeia de Poios deverá ser dotada de infraestruturas públicas que garantam o seu funcionamento e a melhoria na qualidade de vida dos habitantes, tais como redes de águas e esgotos, de eletricidade, telefone e internet. A aldeia também terá um espaço destinado ao tratamento de águas pluviais que serão recolhidas e direcionadas para um tanque subterrâneo, onde é feita a decantação de resíduos. Após a decantação, as águas recolhidas irão receber o devido tratamento para que possa ser utilizada em fins em não potáveis.

AÇÕES PARTICIPATIVAS COMO CONTRIBUTO PARA A REABILITAÇÃO DAS ALDEIAS DO CASMILO E POIOS

As propostas de requalificação dos espaços públicos deverão ser consideradas um motor que incite a comunidade local a realizar ações participativas para o desenvolvimento da aldeia. Visto que a população se encontra desanimada com as respostas apresentadas (ou não apresentadas) pelos regentes, mediante o relato das suas reais dificuldades, considera-se a seguir, as estratégias concretas de ações participativas que deverão servir como contributo para a reabilitação das aldeias do Casmiло e de Poios.

- Consultar à comunidade quanto suas reais necessidades;
- Promover encontros periódicos com a comunidade para discutir assuntos relacionados às aldeias;
- Sugerir uma data extraordinária na aldeia, na qual a comunidade desenvolva tarefas comunitárias, que sejam destinadas a limpeza e cuidado do espaço público;
- Criar pontos de venda dos produtos endógenos, nos espaços públicos das aldeias, a fim de tirar proveito do turismo rural e beneficiar economicamente a população local;
- Promover workshops e feiras para a venda de produtos locais e arrecadação de dinheiro para a concretização de intervenções destinadas ao espaço público das aldeias;
- Organizar eventos periódicos nas aldeias para mobilizar a população e fomentar o sentimento de comunidade;
- Descobrir soluções em conjunto com a comunidade para um problema em comum da aldeia;
- Criar uma lista de tarefas que podem ser feitas pelos cidadãos para ajudar na manutenção de alguns espaços/mobiliários aldeia;
- Propor workshops educativos onde os moradores possam compartilhar uns com os outros saberes/costumes relacionados com o território;
- Promover caminhadas ao ar livre pelas imediações da aldeia;
- Incentivar o uso do espaço comum estabelecendo encontros semanais com diferentes tipos de atividades coletivas;
- Pensar em elementos criativos para incrementar e criar uma identidade para os espaços das aldeias como por exemplo os postes de iluminação ou as caixas de correio coletivas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

COMO IGNIÇÃO AO PROCESSO PARTICIPATIVO
DAS ALDEIAS CASMILO E POIOS

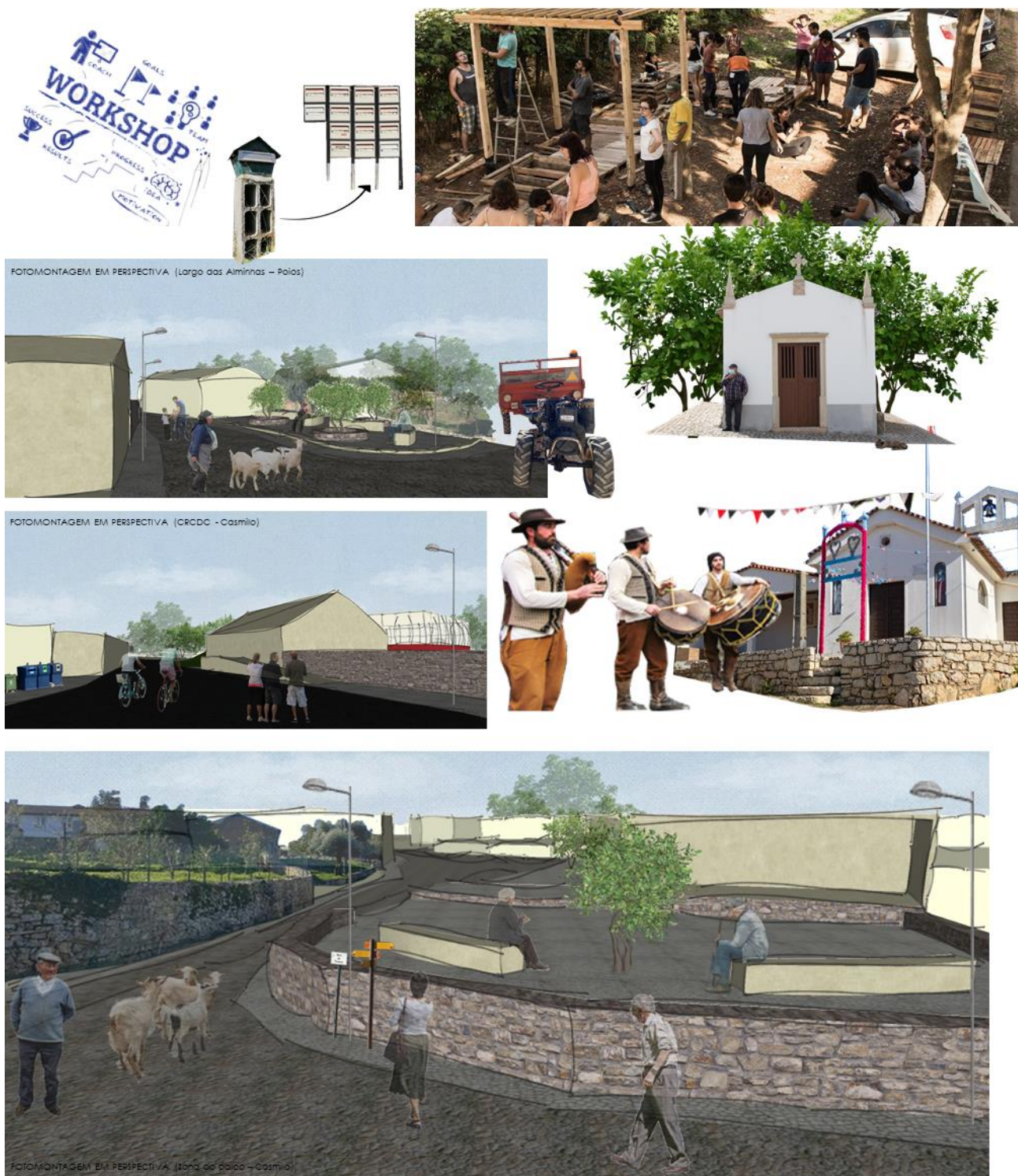


Figura 86. *Proposta de Intervenção dos Espaços Públicos*
Fonte: Elaboração Autoral (2022)

Parte III Recomendações de boas práticas participativas para a reabilitação do espaço público

Na ocasião da adoção de uma estratégia participativa, poderão surgir dúvidas relacionadas com os métodos de organização do envolvimento cívico. Desta forma, este capítulo destina-se a apresentar um recomendações participadas para a reabilitação do Espaço Público. Este instrumento destina-se às Sociedades de Reabilitação Urbana e parcerias privadas, mas também, aos demais envolvidos na problemática da organização do espaço público, nomeadamente os órgãos autárquicos, comunidades locais, profissionais do sector e demais interessados em reabilitar, a cuidar e manter os espaços públicos das aldeias, por meio de ações participativas. Este caderno de recomendações tem como objetivo estimular a dimensão pública da vida em comunidade e orientar a sua concretização, mediante a reabilitação do espaço público, despertando na população um maior interesse pela participação na reabilitação dos espaços públicos de suas aldeias. Desta forma, espera-se e que os espaços de convívio requalificados atraiam mais moradores e visitantes, e tornem-se locais de qualidade, que possam ser bem aproveitados pela população.

O espaço público foi o objeto selecionado para se tratar nessa dissertação, e tem um papel fundamental na transformação do território e da sua vitalidade, uma vez que é o que promove a conexão entre os habitantes. Isto posto, são colocadas aqui algumas recomendações que poderão servir para promover um processo de requalificação dos espaços públicos das aldeias com a participação da população em cada etapa, consistindo então: na adoção de princípios para a introdução de uma metodologia participada; na criação de uma organização voltada para as estratégias metodológicas; e na explanação de estratégias para a reabilitação do espaço público das aldeias. Apesar de não existir uma forma específica de orientar os processos, as recomendações aqui defendidas poderão ser consideradas em favor da inclusão da participação cívica nas decisões posteriores que poderão ser implantadas no território.

PRINCÍPIOS PARA UMA BOA PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Após analisar as aldeias do Casmilo e de Poios e compreender as principais carências nos seus espaços públicos, percebendo as relações sociais e o convívio entre os habitantes, foi possível formular alguns princípios fundamentais objetivando o envolvimento cívico na requalificação do espaço. Os princípios gerais aqui colocados, partem dos exemplos dos casos de estudos que serviram para o desenvolvimento deste caderno de recomendações. Assim, estes foram elaborados de forma a considerar o contexto social em que as aldeias se inserem, cuja população apresenta um forte senso de comunidade e interesse em participar nas intervenções visadas para os espaços públicos. Utiliza-se, portanto, da participação cidadã para alavancar o sentimento de pertença pelo território habitado. Visto isso, os princípios sugeridos para a participação cívica na reabilitação de aldeias passam por:

a) Alcançar o sentido de comunidade:

Para promover ações participativas como uma ferramenta metodológica para a reabilitação do espaço público, e com isso estimular o sentimento de pertença entre os habitantes, busca-se aproveitar as relações sociais existentes nas aldeias. O desenvolvimento do sentido de comunidade mediante a criação de comissões, movimentos cívicos e associações auxilia na requalificação do espaço público, visto que não é apenas o design do mobiliário e do traçado urbano que conferem a qualidade do espaço, mas também a garantia da sua funcionalidade pela população. Desse modo, recorda-se nesta pesquisa a efetivação das comunidades que passaram a desempenhar ações participativas em intervenções que serviram como estudo de caso, como por exemplo:

- A criação do movimento cívico “Amigosd’Avenida”, no caso da Avenida Lourenço Peixinho em Aveiro, que passou a desempenhar um papel relevante de promoção da participação cívica sobre vários projetos da cidade após a intervenção do espaço público da Avenida;

- A criação da Comissão de Moradores do Bairro Terras da Costa, na Costa da Caparica, que ajudou a comunidade residente a organizar-se em volta de um problema comum;

- A criação da associação “Refúgios de Pedra”, na aldeia de Casal de São Simão, que criou o “dia da associação”, com o objetivo de reunir a aldeia em convívio e partilhar tarefas comunitárias;

b) Envolvimento e compromisso

A participação nada mais é do que o envolvimento do cidadão sobre as decisões do território. Assim sendo, a Administração Pública tem o encargo de estimular o interesse da participação pelos cidadãos, através da consulta pública e outros instrumentos de participação como os Orçamentos Participativos (OP), além da a transparência na apresentação das decisões finais. A partir disso, os cidadãos e as administrações representativas devem se comprometer em atuar nas resoluções em prol da melhoria na qualidade de vida das aldeias, como por exemplo:

- As atividades realizadas em torno da Festa do Caldo na aldeia de Quintandona, que ocorrem graças às iniciativas dos moradores que trabalham em conjunto durante toda a festividade, para que evento aconteça com êxito, a fim de provocar a vitalidade no território.

- O envolvimento dos Moradores do Bairro Terras da Costa, nos workshops realizados nas etapas do desenvolvimento e na construção da Cozinha Comunitária;

- O envolvimento da população de Aveiro, mais precisamente do movimento cívico Amigosd'Avenida, nos workshops realizados nas etapas do desenvolvimento da requalificação do espaço público.

c) Transparência e comunicação

As intervenções visadas e realizadas no território devem ser transparentes, proporcionando clareza na informação sobre o processo e acessibilidade aos métodos de comunicação com a administração.

Assim, a comunicação deve ser realizada através de plataformas físicas e virtuais, facilitando a manifestação das possíveis, dúvidas, sugestões e solicitações dos habitantes. Além disso, as intervenções visadas ao espaço público deverão ser apresentadas de maneira simples e perceptível, que venha a facilitar a leitura, mediante o uso de legendas, imagens e desenhos que permitam a compreensão imediata das propostas intencionadas ao território. Tendo isto em questão, é possível que haja a necessidade de um agente articulador entre a administração e a comunidade, que facilite o acesso e a compreensão dos documentos base que definem as intervenções que serão desenvolvidas no espaço das aldeias, para que, aqueles que tenham interesse possam inteirar-se facilmente. Como exemplos de boas práticas, refere-se:

A reabilitação participada do espaço público

- A instalação do Painel de Informação e a realização dos workshops e para informar o ponto de situação da intervenção, durante a construção da Cozinha Comunitária das Terras da Costa
- A realização dos Workshops para manter a população de Aveiro informada, durante a intervenção realizada na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

DIRETRIZES PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA NA REABILITAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS ALDEIAS

As políticas de reabilitação do espaço público deverão ser elaboradas e orientadas com base no envolvimento e contributo da população local. Portanto, recomenda-se que a participação seja planejada e que esta organização ajude a sintetizar as principais orientações dos processos participados, sugerindo então:

1) Criação de um Departamento Participativo

Que seja direcionado especialmente à gestão da reabilitação dos espaços públicos das aldeias. Apresentam-se seguintes propósitos a fim de planear a participação cidadã de modo estratégico e transversal às políticas de reabilitação do território:

- i. Proceder à recolha de propostas através de meios digitais e de Assembleias Participativas, com a oportunidade de apoio de cidadãos voluntários que poderão organizar assembleias e convívios participativos específicos para a eventualidade.
- ii. Entender as necessidades das comunidades locais, considerar atividades e dinâmicas que promovam a participação cidadã, com o intuito de incentivar uma cultura participativa e senso comunitário sobre o território;
- iii. Estabelecer princípios de atuação e de administração dos processos participativos que atuem a favor da concretização dos objetivos de reabilitação das aldeias;
- iv. Documentar, analisar e monitorizar experiências participativas que ocorram no decorrer do processo;
- v. Promover uma política de transparência;

A reabilitação participada do espaço público

- vi. Articular os diferentes interesses identificados nas propostas das intervenções, estabelecendo soluções baseadas em valores comuns.
- vii. Criação e gestão de fundos locais de financiamento cívico destinados a realização de eventos e festividades.

2) Criação de uma equipe técnica local

Que irá atuar como mediador entre a população e os agentes da Câmara Municipal, no que diz respeito a:

- i. Identificar o funcionamento das relações sociais nas aldeias
- ii. Identificar as necessidades locais através da comunicação direta com os cidadãos das aldeias, disponibilizando auxílio em qualquer situação prevista
- iii. Gestão de espaços – como as associações existentes - que sejam destinados a realização de atividades coletivas, de caráter educacional e cultural;
- iv. Definição das orientações gerais das práticas participadas, do papel de cada agente atuante e dos objetivos de cada processo;

3) Criação de instrumentos de incentivo à participação

Recompensas e prémios aos cidadãos que participam ativamente nos programas propostos.

- i. Promover estímulos e benefícios financeiros aos cidadãos que interessarem-se em atuar de forma direta a favor das intervenções direcionadas aos espaços públicos das aldeias;

4) Criação de plataforma online e aplicativos

Que sirvam como base de dados sobre as experiências participativas ocorridas e, que também funcione como um meio de comunicação, consulta, esclarecimento de dúvidas, e para a recolha de contributos.

- i. Os meios digitais deverão ser encontrados disponíveis na página destinada à associação dos moradores das aldeias na internet, e deverão ser estruturadas de forma a garantir uma linguagem compreensível, informações transparentes, claras e completas, assim como facilidade de uso para toda a comunidade.

ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

As propostas de requalificação dos espaços públicos das aldeias deverão ser elaboradas e implementadas em conjunto com a população que será afetada pelas intervenções. Visto isso, considera-se a seguir, as estratégias de reabilitação do espaço público com ações participativas, como contributo para a revitalização das aldeias do Casmilo e de Poios. O envolvimento da população deve acontecer nas várias fases do processo, nomeadamente nas fases de:

1) Elaboração do diagnóstico sobre o espaço público que será intervencionado, juntamente com a conceitualização dos objetivos:

- i. Criação de workshops para que os moradores possam avaliar os espaços públicos das aldeias;
- ii. Caracterizar os critérios de qualidade do espaço público e das atividades que lá ocorrem, mediante a participação cívica na recolha das informações;
- iii. Influência ao nível da sua fruição: análise dos principais impedimentos da sua utilização por parte da população.

2) Desenvolver propostas para o espaço:

- i. Desenvolver workshops e encontros com a equipe técnica para que cada morador possa apresentar suas ideias elaboradas a partir das informações obtidas na fase anterior;
- ii. Em conjunto com a comunidade, desenvolver novas soluções e propostas de requalificação do espaço de uso comum;
- iii. Promover reuniões em comunidade que objetivem a partilha de tarefas comunitárias, que sejam destinadas a limpeza e cuidado do espaço público;
- iv. Proporcionar oportunidades para que as pessoas se reúnam a fim de estimular a comunidade à se envolver nas organizações que pretendam a vitalidade da aldeia;
- v. Garantir a equidade de acesso aos espaços de convívio e lazer, promovendo acessibilidade a todos os cidadãos;

- vi. Propor perfis de arruamento dinamizadores do espaço, formalizando os caminhos existentes, que já são comumente utilizados pela população;
- vii. Introduzir novos pavimentos com o objetivo de priorizar os usos e atividades de cada área;
- viii. Integrar novos materiais, e mobiliários com baixa manutenção e elevado nível de durabilidade na reconstrução de espaços degradados;
- ix. Respeitar as características locais e não descaracterizar os espaços;
- x. Implementar e preservar equipamentos de uso comunitário como fornos, tanques, fontes, eiras e poços;
- xi. Garantir a existência de iluminação adequada nas ruas públicas e nos espaços de convívio;
- xii. Propor áreas de recreio para que as crianças e demais moradores tenham mais opções de lazer e convívio nas aldeias;
- xiii. Proporcionar a criação de estacionamentos para automóveis nas aldeias, pretendendo a organização dos espaços públicos das aldeias;
- xiv. Criar pontos de venda dos produtos endógenos, nos espaços públicos das aldeias, a fim de tirar proveito do turismo rural e beneficiar economicamente a população local.

3) Implementação e monitorização das intervenções

- i. Informar a população acerca de qualquer implemento que venha a ser realizado nas obras, ou nas propostas de intervenção do espaço público e, incentivar a própria população a monitorar e comunicar os demais moradores;
- ii. Instalar painéis/ofícios de informações que sejam visíveis a toda a população.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu evidenciar a importância do espaço público como contributo para o desenvolvimento da cidadania, associada ao sentimento de pertença e de identidade territorial. Constata-se que as intervenções que decorrem no espaço público correspondem aos técnicos especialistas, que trabalham para atender às necessidades da população, atribuindo a participação ativa como uma metodologia para a requalificação do espaço público das aldeias. No entanto, uma metodologia participada requer um mecanismo adequado para viabilizar o equilíbrio entre o papel dos especialistas e as intervenções a serem desenvolvidas de acordo com os propósitos da comunidade.

Apoiado a isto, o envolvimento que as comunidades devem ter em contribuição às soluções desenvolvidas para o espaço comum deverá ocorrer em todas as etapas durante todo o processo de requalificação. O compromisso deverá ocorrer então, desde o planeamento do espaço, até a monitorização e acompanhamento das execuções dos projetos. Deste modo, participação deverá contribuir, indiscutivelmente, na recolha de informações quanto ao diagnóstico do espaço, para possibilitar que os técnicos especialistas alcancem uma perspetiva integral e um entendimento holístico sobre os problemas existentes no ambiente. A comunidade deverá participar durante as etapas de elaboração das propostas, de forma a colaborar com os objetivos e propostas para o espaço comum, colocando sempre as suas principais dificuldades e necessidades, para que estas sejam esclarecidas durante o processo de planeamento. Por fim, a monitorização dos processos deverá acontecer, viabilizando um procedimento continuado e coletivo de análise dos resultados e aperfeiçoamento.

Encontrar exemplos de boas práticas nas aldeias em estudo foi um grande desafio deste trabalho, pois o desuso dos espaços de uso comum por parte da população impossibilita a compreensão do espaço público como um lugar de desenvolvimento da cidadania. Por isso, buscou-se diagnosticar os obstáculos que ocasionam este problema e propor uma estratégia de atuação para as duas aldeias, a fim de restabelecer a vitalidade das aldeias, considerando os anseios da população residente. Observou-se então, que o descaso com os espaços públicos por parte dos moradores está relacionado com as condições dos mobiliários e equipamentos existentes nestes locais, não sendo favoráveis à sua utilização. Este problema ocasiona a falta de estímulo quanto a dimensão pública da vida em comunidade nas aldeias. O que se observa em muitos casos é que, para solucionar os problemas de desertificação das aldeias, os planos e propostas partem da vontade de apresentar soluções para o desenvolvimento turístico. No que diz respeito à conceção do espaço público, estima-se que o mesmo seja desenvolvido de forma a proporcionar um espaço de interação e convívio entre os habitantes. O mesmo propósito se espera a partir da requalificação dos espaços públicos nas aldeias.

Considerando então a reabilitação dos espaços de uso comum nas aldeias em conjunto com a participação cidadã, espera-se incitar a ação das comunidades no envolvimento das propostas objetivadas para os espaços públicos das aldeias. Além disso, conceber as aldeias e áreas rurais apenas como espaço receptor de turistas e pessoas da cidade que esperam usufruir da natureza e paisagem é um conceito redutor. As aldeias históricas, em especial as aldeias da RAC, apresentam um grande potencial de desenvolvimento que vão além das suas particularidades que ressaltam o interesse turístico. Recuperar a vitalidade destes territórios através da requalificação participada dos espaços públicos estimula o sentimento de pertença pelo território que se encontra entorpecido nas comunidades. Em geral, as ações e políticas participativas com a premissa da requalificação do espaço conseguem responder as insuficiências funcionais destes espaços, restabelecendo o seu dinamismo.

A participação cidadã é comumente apoiada e recomendada nos documentos das principais organizações mundiais e europeias. Nos planos desenvolvidos pelas Câmaras Municipais também se observa uma responsabilidade em cumprir metodologias participadas, como por exemplo, o orçamento participativo que é um mecanismo adotado pelas Câmaras que objetiva incluir os cidadãos nas decisões dos seus processos de intervenção. Logo, faz-se necessário que os propósitos da requalificação do espaço público nos processos de reabilitação das aldeias partam do princípio da participação pública.

A partir da introdução de uma metodologia participativa que dimensione em cada uma das etapas os interesses dos envolvidos, torna-se possível planejar a requalificação do espaço público e atender às necessidades colocadas pelos habitantes. Deste modo, ainda será possível planejar o desenvolvimento turístico na região, de forma a aproveitar as suas potencialidades para priorizar o interesse da população local. Assim sendo, é adequado que haja uma organização participativa na gestão da requalificação do espaço público, que seja orientada por uma carta de princípios e reestruturação da equipe técnica. Faz-se necessário ainda, desenvolver uma base de dados local e aprimorar os canais de comunicação, apresentando também conteúdos ilustrados. O objetivo disto tudo é promover a mobilização e sensibilização da população, estimulando a dimensão pública da vida em comunidade, mediante a reabilitação do espaço público das aldeias.

No entanto, esta temática participativa nas aldeias e nos territórios de baixa densidade ainda terá que ser muito debatida e aprimorada, pois o descaso que as pessoas manifestam em relação às questões públicas dificulta uma atuação sobre os espaços considerando um conceito integral das políticas locais. Isto pode impossibilita o êxito dos programas e das candidaturas, tanto pela quantidade de habitantes interessados em participar quanto pela qualidade da participação dos mesmos.

Em relação à vitalidade das aldeias, sabe-se que não há apenas uma resposta para todas as questões que envolvem este assunto. As dificuldades e particularidades de cada lugar como, a mobilidade, a falta de emprego e de complementaridades funcionais são fatores essenciais a serem considerados no planejamento para solucionar as demais dificuldades. Perceber as necessidades dos habitantes e compreender os problemas locais em cada um destes pontos é primordial para que os profissionais das diferentes áreas envolvidas no processo ofereçam soluções adequadas. No entanto, a requalificação do espaço público é um ponto de partida significativo para reativar a vitalidade das aldeias, visto que, são nos espaços públicos que a vida em comunidade se inicia, e que o interesse em utilizar estes espaços desperta nas pessoas um sentimento de pertença pelo território.

Diante das propostas apresentadas para Casmilo e Poios, considera-se ter chegado a uma proposta coerente com a realidade das aldeias estudadas, a partir de soluções capazes de atender às necessidades locais e requalificar os principais espaços de convívio frequentados pelos moradores, tudo isto, considerando as adversidades colocadas pelos habitantes. As recomendações apresentadas no último capítulo deste Projeto, alcançaram os objetivos que foram previamente definidos no início do mesmo. A participação cidadã empregue como ferramenta que atua em prol da reabilitação dos espaços públicos das aldeias, contribui para a integração da comunidade nas decisões das propostas voltadas às intervenções do território e ajuda a promover a importância da vida em comunidade. Este método demonstra-se especialmente eficaz nas questões relacionadas com a requalificação do espaço público, pois emerge o sentimento de pertencimento pelo território e incita o uso destes espaços por parte dos habitantes. Por fim, espera-se que este trabalho provoque o interesse pelas práticas participativas e que estas possam estar presentes no desenvolvimento de futuras propostas que venham a ser elaboradas, objetivando a requalificação do espaço público nas aldeias.

Referências bibliográficas

- Andrade, L. T., & Baptista, L. V. (2015). Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. *Sociologia: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto*, 29, 129-146. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1300/1141>.
- Animar. (2013). *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia*. NaturBarroso Lda. <https://www.animar-dl.pt/recursos/programa-minimo-de-revitalizacao-de-aldeia-anexos/>.
- Bass, S., D.B. Dalal-Clayton & J.N. Pretty (1995). *Participation in strategies for sustainable development*. Environmental Planning Group International Institute for Environment and Development. <https://www.iied.org/7754iied>.
- Baptista, D. (2013). *Reabilitação Urbana - Poderes da Administração vs. Garantias dos Particulares* [Tese de mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/34692>.
- Bispo, C., & Mendes, E. (2012, outubro 15-19). *RURAL/URBANO E CAMPO/CIDADE: características e diferenciações em debate* [artigo apresentado]. XXI Encontro Nacional da Geografia Agrária: Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1032_1.pdf
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. <https://www.dgterritorio.gov.pt/node/401>.
- Brandão, P. (2002). *O chão da cidade: Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*. Centro Português do Design.
- Caldeira, I. M. F. P. (2009). *Espaço público para todos: aplicação dos princípios da acessibilidade plena em áreas históricas e em áreas consolidadas* [Tese de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/59299>.
- Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova. (2013). *1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Condeixa-a-Nova: Estudos de caracterização, Condeixa-a-Nova*. Plural – Planeamento urbano, regional e de transportes, unipessoal, Lda.
- Câmara Municipal de Pombal. (2015). *Plano Diretor Municipal de Pombal*. Estudos de caracterização. Plural – Planeamento urbano, regional e de transportes, unipessoal, Lda.
- Carmona, M., Magalhães, C. D., & Hammond, L. (2008). *Public Space: The Management Dimension*. (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203927229>

- Carneira, M. R. (2017). *Metodologia e Estratégias de Requalificação do Espaço Público Urbano do Município de Oeiras Município de Oeiras Caso de Estudo: Caso de Estudo: Figueirinha, Oeiras* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13874>.
- Costa, M.I.S., & Ianni, A.M.Z. (2018). O conceito de cidadania. In Costa, M.I.S., & Ianni, A.M.Z. *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica*. <https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>.
- Decreto de Lei nº 307/2009. (2009). Diário da República I Série de 2009-10-23. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2009-34511675>.
- Fernandes, I.N.C.C. (2012). *Requalificação do espaço público urbano: Caso de estudo - Bairro do Olival de Fora* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional de Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/5290>.
- Figueiredo, E. (2004). O Espaço Público das Aldeias da Beira Transmontana: *que requalificação?* [Tese de Mestrado, Universidade do Porto] Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5290>.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: *Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/368/1/33.02.pdf>.
- Gehl, J., & Svarre, B. (2013). *How to study public life*. Island Press. <https://doi.org/10.5822/978-1-61091-525-0>.
- Gomes, P. C. (2010). A condição urbana: *Ensaio de geopolítica da cidade*. Bertrand.
- Habermas, J. (1987). *The theory of Communicative Action Reason and the rationalization of society & Lifeworld and System: a critique of functionalist reason*. Beacon Press.
- Judith E. I. (1998) Information in Communicative Planning. *Journal of the American Planning Association*, 64, 52-63. 10.1080/01944369808975956.
- Lorentz, R. C. (2016, setembro). A arquitetura como ferramenta de construção da cidadania: *Como ambientes educativos formais e informais formam cidadãos capazes de compreender e cumprir seus deveres pessoais e sociais* [artigo apresentado]. Anais II Cong. Int. Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura, São João do Polêne, Rio Grande do Sul. <https://reciprocidade.emnuvens.com.br/novapedagogia/article/view/145/171>.
- Marques, M. C. A. (2018). *Reabilitação do Espaço Público: Metodologia e Estratégias de Requalificação do Espaço Público Urbano do Município de Oeiras* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13874>.
- Moravcová, J., Pecenka, J., Pekna, D., Moravcova, V., & Novakova, N. (2020). *The Role of Public Spaces in Small Municipality: Sustainability in Urban Planning and Design*. IntechOpen. <https://doi.org/10.5772/intechopen.89881>

- Mota, J. C. B. (2013). Planeamento do território: *Metodologias, actores e participação* [Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro]. https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13666/1/Planeamento%20do%20territorio_metodologia_actores_e_participacao.pdf
- Narciso, F. C. A. (2013). *Espaço Público. Desenho, Organização e Poder: O Caso de Barcelona* [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1736>.
- Pascoal, M. S. (2020). *Metodologias Colaborativas Na Operacionalização de Estratégias Para a Reabilitação Urbana de Condeixa-a-Nova* [Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/94001>
- Ribeiro, A. F. S. (2015). *Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga* [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da Universidade do Minho.
- Ribeiro, F.V.F (2017). *Práticas de reabilitação em áreas rurais: Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14113>
- Rossa, W. (2011 – 2012). *Terminologia dos “re”s*. MIArq do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra. Unidade curricular Cidade & Território II.
- Roth, C. (2004). *Guidance on urban rehabilitation*. Council of Europe.
- Santos, A. F. (2018). *A cidade na construção da cidadania. A (participação)ação no Espaço Público para a Pertença e a Regeneração das Cidades* [Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/81650>.
- Serdoura, F. M. C. (2006). *Espaço Público, Vida Pública: O caso do parque das nações* [Tese de Doutoramento, Universidade Técnica De Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14839>.
- Souza, O. T. D., & Brandenburg, A. (2010). A quem pertence o espaço rural?: *As mudanças na relação sociedade/natureza e o surgimento da dimensão pública do espaço rural*. *Ambiente & Sociedade*, 13(1), 51–64. <https://doi.org/10.1590/s1414-753x2010000100004>.
- Terras de Sicó. (2015). *Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Terras de Sicó 2020: uma parceria, um compromisso*. Centro de investigação em gestão para a sustentabilidade. Instituto Politécnico de Leiria.
- Terras de Sicó. (2017). *Quem somos*. Terras de Sicó Associação de Desenvolvimento. <http://www.terrasdesico.pt/>.

- Terras de Sicó. (2019). Território XXI. *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios. Memória descritiva justificativa*. Terras de Sicó. <https://www.cm-condeixa.pt/Urbanismo/2021/memoria-descritiva-e-justificativa-ARU-casmilo.pdf>.
- Terras de Sicó. (2019). *Território XXI b. Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios. Memória descritiva justificativa*. Terras de Sicó. [cm-pombal.pt/wpcontent/uploads/2019/11/MD_ARU_Poios.pdf](https://www.cm-pombal.pt/wpcontent/uploads/2019/11/MD_ARU_Poios.pdf).
- United Nations. (2016a). *Nova Agenda Urbana. Habitat III - Conferência sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos*. United Nations.
- Wanderley, M. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8(2), 87-145. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>
- Wates N. (2000). *Community Planning Handbook*. Earthscan.
- Whyte, W. H. (2018). *The social life of small urban spaces. Project for Public Spaces*.

Índice de figuras

Figura 1. “Construir, habitar, pensar”. <i>Habitar segundo Heidegger</i>	24
Figura 2. <i>Espaço Público, lugar de coexistência social e civilidade</i>	26
Figura 3. <i>Evento no espaço público da aldeia de Cheleiros</i>	26
Figura 4. <i>Associação do Rural com o conceito de património</i>	28
Figura 5. <i>Ruas da aldeia Casal de São Simão</i>	30
Figura 6. <i>Forno comunitário em Viana do Castelo, 2021</i>	32
Figura 7. <i>Tanque comunitário em Galegos da Serra, 2022</i>	32
Figura 8. <i>Pavimentação das ruas da aldeia histórica portuguesa Idanha a velha, em cubo de granito, 2020</i>	34
Figuras 9 e 10. <i>Espaços abertos de Encontro na aldeia de Poios, 2022</i>	36
Figura 11. <i>Estrela Poiense, Associação cultural de Poios</i>	36
Figura 12. <i>Esquema da participação cívica</i>	44
Figura 13. <i>Diagrama de Lugar</i>	46
Figura 14. <i>Aldeia de Quintandona, Centro Interpretativo. Penafiel, 2022</i>	48
Figuras 15, 16 e 17. <i>Equipamentos comunitários da aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022</i>	48
Figuras 18 e 19. <i>Caixa de correio e poste de luz feitos em xisto e ardósia na aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022</i>	50
Figura 20. <i>Festa do Caldo na aldeia de Quintandona, Penafiel, 2022</i>	50
Figura 21. <i>Aldeia de Casal de São Simão, 2019</i>	52
Figura 22. <i>Caixas de correio no espaço público da Aldeia de Casal de São Simão, 2019</i>	52
Figura 23. <i>Moradores limpando a fonte da aldeia de Casal de São Simão</i>	54
Figura 24. <i>Avenida Lourenço Peixinho, Aveiro, 2020</i>	56
Figura 25. <i>Imagem de divulgação da Sessão Pública de apresentação do projeto da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 2012</i>	56
Figura 26. <i>Bairro das Terras da Costa, Costa da Caparica</i>	58
Figura 27. <i>Cozinha comunitária das Terras da Costa</i>	58
Figura 28. <i>Moradores das Terras da Costa ajudando a edificar a cozinha comunitária</i>	60
Figura 29. <i>Refeição entre os moradores na Cozinha Comunitária</i>	60
Figuras 30 e 31. <i>Programa educativo desenvolvido na Cozinha Comunitária</i>	60
Figura 32. <i>Rota turística das Terras de Sicó</i>	64
Figura 33. <i>Demarcação da Rede de Aldeias do Calcário (RAC)</i>	66
Figura 34. <i>Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Casmilo</i>	70
Figura 35. <i>Indicação das Buracas do Casmilo na aldeia do Casmilo, 2022</i>	70
Figura 36. <i>Acesso de Poios à capela de Nossa Senhora da Estrela, Serra de Sicó</i>	74

Figura 37. <i>Trajeto de Poios à cidade de Pombal.</i>	74
Figura 38. <i>Critérios de delimitação da ARU de Poios.</i>	76
Figura 39. <i>Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Poios.</i>	78
Figura 40. <i>Estado de Conservação e Idade do Edificado da ARU de Poios.</i>	78
Figura 41. <i>Mapa com hierarquia de circulações da ARU do Casmilo</i>	90
Figura 42. <i>Rua do Tronco, Largo do cruzeiro e Largo da Capelinha na aldeia de Casmilo</i>	91
Figura 43. <i>Rua do Tronco.</i>	91
Figura 44. <i>Estrada e passeios da aldeia do Casmilo</i>	92
Figuras 45 e 46. <i>Pastores com seu rebanho de cabras nas vias do Casmilo.</i>	92
Figura 47. <i>Carros estacionados na aldeia do Casmilo.</i>	93
Figura 48. <i>Mapeamento dos espaços públicos de Interesse da aldeia do Casmilo</i>	94
Figura 49. <i>Palco do espaço público de encontro na aldeia do Casmilo, 2022.</i>	95
Figura 50. <i>Zona do Palco, espaço público de encontro na aldeia do Casmilo, 2022.</i>	95
Figura 51. <i>Rua do Tronco, próxima a zona do palco.</i>	96
Figura 52. <i>Largo do Cruzeiro</i>	96
Figura 53. <i>Largo da Capelinha</i>	96
Figura 54. <i>Imagem satélite CRCDC.</i>	97
Figuras 55 e 56. <i>Instalações do Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo, 2022.</i>	98
Figuras 57 e 58. <i>Escadas de acesso à instalação do Centro Recreativo, Cultural e Desportivo do Casmilo, 2022.</i>	99
Figura 59. <i>Espaço Interno, zona do palco da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	99
Figura 60. <i>Espaço Interno da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022</i> ...	100
Figura 61. <i>Cozinha da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	100
Figura 62. <i>Espaço interno de refeições da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	100
Figura 63. <i>Bar da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	101
Figura 64. <i>Parque das merendas da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	101
Figura 65. <i>Fontanário da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	101
Figura 66. <i>Espaço externo da Associação dos moradores da aldeia do Casmilo, 2022.</i> .	102
Figuras 67. <i>Campo de Futebol da aldeia do Casmilo, 2022.</i>	102
Figura 68. <i>Mapa com hierarquia de circulações da ARU de Poios</i>	103
Figura 69. <i>Rua da Estrela, Largo da capela das Alminhas e capela de são João na aldeia de Casmilo</i>	104
Figura 70. <i>Via principal da aldeia de Poios, 2022.</i>	105

Figura 71. <i>Arruamento da aldeia de Poios, 2022.</i>	105
Figuras 72 e 73. <i>Pavimentação da rua da aldeia de Poios, 2022.</i>	106
Figura 74. <i>Via secundária com da aldeia de Poios pavimentação asfáltica, 2022.</i>	106
Figura 75. <i>Via secundária da aldeia de Poios com pavimentação em cubos de pedra, 2022.</i>	107
Figura 76. <i>Mapeamento dos espaços públicos de Interesse da aldeia de Poios</i>	108
Figuras 77 e 78. <i>Adro da Igreja de São João, Poios, 2022.</i>	109
Figuras 79 e 80. <i>Largo das Alminhas, Poios, 2022.</i>	110
Figuras 81 e 82. <i>Associação dos moradores da aldeia de Poios, 2022.</i>	111
Figura 83. <i>Acesso à instalação da Associação dos Moradores de Poios, 2022.</i>	112
Figura 84. <i>Espaço Interno, zona do palco da Associação dos moradores da aldeia de Poios,</i> <i>2022.</i>	112
Figura 85. <i>Espaço interno de refeições da Associação dos moradores da aldeia de Poios,</i> <i>2022.</i>	112
Figura 86. <i>Proposta de Intervenção dos Espaços Públicos</i>	130

Índice de quadros

Quadro 1. Tipologias de Espaço Público.	34
Quadro 2. Tipologias e conceitos de intervenção do espaço.	42
Quadro 3. Estatística demográfica do concelho de Condeixa a Nova.	72
Quadro 4. <i>Inquérito realizado na esfera das relações sociais</i>	82
Quadro 5. Inquérito realizado na esfera de qualidade de vida e perceção do local.	82
Quadro 6. Perfil dos moradores das aldeias de Casmilo e Poios.	84
Quadro 7. <i>Análise PEST das Aldeias do Casmilo e Poios</i>	118
Quadro 8. <i>Análise FOFA das Aldeias do Casmilo e Poios</i>	120

APÊNDICE 1

**INQUÉRITO: ESPAÇOS DE CONVÍVIO EM ALDEIAS DE
SICÓ**

Nome:

Género: Feminino Masculino

Idade: _____

Ocupação: Estudo Trabalho Reformado

Aldeia onde reside:

- Casmilo Poios

RELAÇÕES SOCIAIS E INTERCOMUNITÁRIAS

1) COSTUMA REUNIR-SE COM AMIGOS, FAMILIARES E VIZINHOS? COM QUE FREQUÊNCIA?

- Diariamente
 Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana
 Quinzenalmente, duas vezes por mês
 Mensalmente, 1 vez por mês
 Não, pois não sinto necessidade

Comentários:

2) CONSIDERA QUE NA SUA ALDEIA HÁ ESPAÇOS PARA ENCONTROS E CONVÍVIO?

- Sim
 Não

Comentários:

3) GOSTARIA QUE HOUVESSE MAIS ATIVIDADES E SERVIÇOS NA SUA ALDEIA, COMO POR EXEMPLO:

- Café/Restaurante
- Espaços Lúdicos
- Festividades/ Feiras
- Oficinas

Outros:

4) GOSTARIA QUE HOUVESSE MAIS PESSOAS VIVENDO EM SUA ALDEIA?

- Não.
- Sim. Comente

Comentários:

5) AS PESSOAS DA SUA ALDEIA COSTUMAM SE ENCONTRAR PARA CONVERSAR/DISCUSSIR SOBRE OS ASSUNTOS QUE DIZEM RESPEITO À COMUNIDADE?

- Não.
- Sim. Comente

Comentários:

QUALIDADE DE VIDA E PERCEPÇÃO DO LOCAL

6) “TENHO UMA BOA QUALIDADE DE VIDA EM MINHA ALDEIA”. ESTA AFIRMAÇÃO É VERDADEIRA?

- Não.
- Sim. Comente

Comentários:

7) FATORES QUE EU GOSTARIA DE MUDAR EM MINHA ALDEIA:

APÊNDICE 2

RESPOSTAS AO INQUÉRITO

Isaura

Feminino

Trabalhadora

Casmilo

- 1) Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana (quando tem tempo)
 - 2) “Sim, há a Associação e Campo de futebol.”
 - 3) “Sim, gostaria que houvesse festividades, cursos, mais desenvolvimento, coisas que movimentassem a comunidade. Isaura falou que não há necessidade que haja um Café/Restaurante porque isso tira o sossego da aldeia.”
 - 4) “Não, está bom assim, se for para fazer barulho é melhor deixar assim. Gosto de tranquilidade.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Desenvolveria mais cursos para ensinar algumas pessoas a ler, artesanato, etc.
Tirando isso não nos falta nada, temos peixe, coisas que a carrinha traz.
Se for numa cidade muitas vezes morando no mesmo prédio ninguém se conhece, aqui todo o mundo se conhece, se cumprimenta.
Querem fazer um alojamento local e um café na igreja.
Já há um alojamento local e sempre tem turistas por conta das buracas do Casmilo.”
-

José

Masculino

Trabalhador

Poios

- 1) “Diariamente.”
- 2) “Sim.”
- 3) “Sim, festividades.”
- 4) “Sim.”
- 5) “Sim.”
- 6) “Sim.”
- 7) “Nada”

Cipriano Ribeiro

A reabilitação do espaço público com ações participativas

Masculino

Trabalhador (Caça)

Poios

- 1) Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana.
 - 2) “Sim, Associação.”
 - 3) “Sim, Café/Restaurante e Campo de futebol/Basquete. Há um museu que está a ser contruído para atrair mais turistas.”
 - 4) “Sim.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Tudo que acrescentar.”
-

António

Masculino

Trabalha

Poios

- 1) Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana
 - 2) “Sim, Associação.”
 - 3) “Sim, como por exemplo festas e um café para se encontrar com os amigos e jogar à sueca.”
 - 4) “Sim, faz sempre falta mais pessoas.”
 - 5) “Sim, é um sítio sossegado, tranquilo, a relação é boa porque toda a gente se conhece.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Novas atividades ou investimentos para ocupar os moradores da aldeia e atrair turistas durante as épocas altas. Embelezar a nossa aldeia.”
-

Maria Neves

Feminino

26 anos

Trabalha

Poios

- 1) “Diariamente, antigamente costumava reunir-me com os meus vizinhos no largo da aldeia. Às vezes havia festas, hoje em dia já não. O Covid dificultou muito isso.”
- 2) “Sim, a associação e o largo da Capela de S. João.”

- 3) “Sim, festas e mais desporto.”
 - 4) “Sim, se souberem viver em comunidade como nós pessoas da aldeia estamos habituados.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Mais atividades, desporto, aulas, festas e mais sítios de convívio para as pessoas se reunirem como por exemplo um café.”
-

Filipe

Masculino

Trabalha

Poios

- 1) “Diariamente.”
 - 2) “Sim.”
 - 3) “Sim.”
 - 4) “Não, prefiro manter a tranquilidade da minha aldeia.”
 - 5) “Sim, aqui toda o mundo é amigo de todo o mundo.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Nada, eu gosto da minha aldeia como está, penso ter tudo o que precisa”.
-

Augustinho

Masculino

Trabalha

Casmilo

- 1) “Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana.”
- 2) “Sim.”
- 3) “Sim, café/restaurante, espaços lúdicos para os miúdos, festas anuais, caminhadas e melhores espaços públicos e estruturas (Fibra ótica e saneamento).”
- 4) “Sim.”
- 5) “Sim.”
- 6) “Sim.”
- 7) “Há um grupo no facebook da comunidade de Casmilo, as pessoas reúnem-se na associação e sempre conversam umas com as outras. Entretanto a estrutura da associação é básica.

Os projetos que a prefeitura propõe à nossa aldeia são pensados apenas nos turistas, nós opomo-nos a algumas propostas.

A reabilitação do espaço público com ações participativas

A associação e o palco foram construídos pela iniciativa da população, mas a prefeitura quer destruí-lo. A prefeitura quer remover o palco.

Querem mudar a rua, mas o cabrito tem que passar também. O cabrito dá o queijo que os turistas compram e isso gera lucro, mas quem cuida dos cabritos são os moradores daqui.”

Cristina do Santos

Feminino

30 anos

Trabalha

Casmilo

- 1) “Mensalmente, uma vez por mês.”
 - 2) “Sim.”
 - 3) “Sim, café/restaurante e mais programações de convívio.”
 - 4) “Sim.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Nada, gosto da natureza e tranquilidade.”
-

Aslino

Masculino

Reformado

Casmilo

- 1) “Diariamente.”
 - 2) “Sim.”
 - 3) “Sim.”
 - 4) “Não.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Nada.”
-

Francisco Calhindo

Masculino

20 anos

Estuda

Casmilo

- 1) "Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana."
 - 2) "Sim."
 - 3) "Sim, festas e investimento nos espaços de convívio."
 - 4) "Sim, mas dificilmente vejo jovens a virem morar para cá."
 - 5) "Sim."
 - 6) "Sim."
 - 7) "Melhoraria algumas coisas"
-

Susana Calhindo

Feminino

Trabalha

Casmilo

- 1) "Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana."
 - 2) "Sim."
 - 3) "Sim, mais investimento em cursos e dinâmicas para a população da aldeia."
 - 4) "Sim, mas não muita gente. Gosto da tranquilidade que a aldeia tem durante o ano."
 - 5) "Sim."
 - 6) "Sim."
 - 7) "Melhoraria infraestrutura, os espaços da aldeia, a associação. Há muitas casas em ruína que poderiam ser mais bem cuidadas também"
-

Tiago Rodrigues

Masculino

Trabalha

Poios

- 1) "Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana."
- 2) "Sim."
- 3) "Sim, café/restaurante e Campo de futebol para os miúdos."
- 4) "Sim, se viessem morar mais pessoas para aqui, isso daria outra vida à aldeia, se calhar mais animação."
- 5) "Sim."

A reabilitação do espaço público com ações participativas

- 6) “Sim.”
- 7) “Existem algumas coisas boas e más, mas no geral temos uma boa qualidade de vida. As acessibilidades sendo melhoradas poderiam ajudar muito os habitantes daqui. A maioria já é velho e eles precisam de mais facilidades no dia a dia.”

Catarina

Feminino

Estuda

Casmilo

- 1) “Quinzenalmente, uma vez cada duas semanas.”
- 2) “Sim.”
- 3) “Sim, espaços lúdicos e um café/restaurante.”
- 4) “Sim.”
- 5) “Sim.”
- 6) “Sim.”
- 7) “Sim, a nossa aldeia é muito bonita. Não é em todo o lado que se vê a natureza desta forma. A tranquilidade também é um fator importante para mim.”
“Gostaria que houvesse algum investimento nas acessibilidades, como os transportes públicos. As festividades também fazem falta, principalmente depois da pandemia.”

Andreia Morais

Feminino

Estuda

Casmilo

- 1) “Semanalmente, pelo menos 1 vez por semana.”
- 2) “Sim.”
- 3) “Sim, festividades, espaços lúdicos e café/restaurante.”
- 4) “Sim.”
- 5) “Sim.”
- 6) “Sim.”
- 7) “Nada “

Rui
Masculino
Reformado
Casmilo

- 1) “Diariamente.”
 - 2) “Sim.”
 - 3) “Sim, festividades, espaços lúdicos e café/restaurante.”
 - 4) “Sim, se houvesse mais pessoas de certeza que iríamos ter mais animo na aldeia, se os novos ou futuros habitantes de Casmilo gostarem de preservar esta tranquilidade e a cultura da nossa aldeia, tenho a certeza que isso iria ser positivo para todos.”
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Nada, a minha terra e estou feliz pela tranquilidade que tenho no dia a dia, se fosse na cidade provavelmente ia ter muitas mais preocupações. “
-

Mariana
Feminino
Reformada
Poios

- 1) “Diariamente.”
 - 2) “Sim, a associação e o largo da Capela de S. João.”
 - 3) “Sim, festas e espaços lúdicos agradáveis. Não me importava se associação tivesse uma melhoria.”
 - 4) “Sim.”
 - 5) “Sim, aqui todos são amigos uns dos outros porque toda a gente já se conhece”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Eu quero e gosto de viver aqui, mas isso não quer dizer que não exista nada para melhorar. As acessibilidades, o estado das estradas, do passeio, da associação, espaços públicos e também os largos podem ter um melhor aproveitamento.”
-

Marta
Feminino
Reformada
Poios

- 1) “Diariamente.”
 - 2) “Sim, a associação e o largo da Capela de S. João.”
 - 3) “Sim, gostaria que investissem em cursos e formações. Os espaços lúdicos também são muito importantes, as crianças, os adolescentes e os adultos utilizam com frequência e se tivessem arranjados seria mais agradável para toda a comunidade. Se adicionarmos a isto tudo um café/restaurante tenho a certeza que iria atrair mais visitantes.”
 - 4) “Sim, gostaria muito que a nossa aldeia tivesse mais habitantes ou turistas, é sempre bom ver novas caras de vez em quando. “
 - 5) “Sim.”
 - 6) “Sim.”
 - 7) “Nada. Eu cresci aqui e não me vejo morar noutra sítio.”
-

António Coelho
Masculino
Reformado
Poios

- 1) “Semanalmente, pelo menos uma vez por semana.”
- 2) “Sim, a associação é um bom espaço para as pessoas da aldeia se reunirem. Penso que as festividades também são importantes para a aldeia.”
- 3) “Sim, neste momento o museu está a ser construído e é bom haver algum investimento da câmara municipal para atrair mais turistas.”
- 4) “Sim, a aldeia precisa de mais movimentação, de mais vida. Os turistas vêm para conhecer a nossa cultura e a nossa história e é nesse aspeto que eu acho importante investir.”
- 5) “Sim.”
- 6) “Sim.”
- 7) “Há muita coisa a melhorar, mas acredito que com o tempo a aldeia esteja mais evoluída em muitos aspetos.”